

LUCIANE MUNHOZ DE OMENA

**A CENTRALIZAÇÃO DO PODER NAS OBRAS *DE CLEMENTIA* E
DIVI CLAVDII APOCOLOCYNTOSIS, DE SÊNECA.**

Maio de 2002

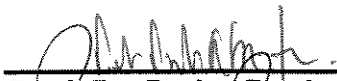
Luciane Munhoz De Omena.

**A CENTRALIZAÇÃO DO PODER NAS OBRAS *DE CLEMENTIA* E
DIVI CLAVDII APOCOLOCYNTOSIS, DE SÊNECA.**

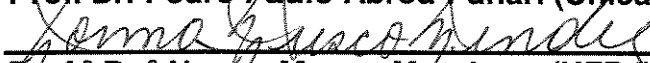
Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob orientação do Prof.
Dr. Pedro Paulo Abreu Funari.

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação de Mestrado defendida e aprovada
pela comissão examinadora em 16/05/2002.

Banca examinadora:



Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari (Unicamp) - Orientador



Prof.ª Dr.ª Norma Musco Mendes – (UERJ)



Prof. Dr. André Leonardo Chevitaresh – (Unicamp – Convidado)

Prof. Dr. Leandro Karnal – (Unicamp) Suplente.

Maio de 2002.

UNIDADE Be
Nº CHAMADA UNICAMP
Om 2 c
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 49501
PROC 16.837/02
C _____ DX _____
PREÇO R\$ 11,00
DATA 08/06/02
Nº CPD _____

CM00168750-4

BIB ID 243424

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Om 2 c Omena, Luciane Munhoz de
A centralização do poder nas obras *De Clementia e Diui Claudii Apocolocyntosis*, de Sêneca / Luciane Munhoz de Omena.
-- Campinas, SP : [s.n.], 2002.

Orientador: Pedro Paulo Abreu Funari.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sêneca, Lucius Annaeus, ca. 4 a.C.-ca. 65d.c.
2. Historiografia. 3. Roma – História – Séc. I – Biografia.
4. Roma – Política e governo. I. Funari, Pedro Paulo Abreu.
- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

**A vocês, meus amores:
Djalma e Sônia,
Paula e Maria,
“Duducha” e “Felipélica”,
Guina e Sônia Regina.**

Exercício

*Ciência, amor, sabedoria,
Tudo jaz muito longe, sempre
imensamente fora do nosso alcance*

*Desmancha-se o átomo,
Domina-se a lágrima,
Já se podem vencer abismos*

- *cai-se, porém, logo de bruços e de olhos fechados,*
- *e é-se um pequeno segredo*
- *sobre um grande segredo*

*Tristes ainda seremos por muito tempo,
Embora de uma nobre tristeza,
Nós, os que o sol e a lua
Todos os dias encontram
No espelho do silêncio refletidos, nesse longo exercício
de alma”*

Cecília Meireles

Resumo/Abstract.

Estudamos os manuscritos *De Clementia* e *Diui Claudii Apocolocyntosis*, de Sêneca que propiciasse especular as razões pelas quais o filósofo optou por regime centralizado em que o *princeps* era retratado como o agente ordenador da sociedade. Buscamos compreender, igualmente, a interpretação historiográfica que idealizava Sêneca como o propugnador da divisão de *potestas* entre o Soberano e o Senado.

Palavras chaves: Sêneca, Política, Roma, Príncipe, Centralização.

Abstract.

We study of the manuscripts of *De Clementia* and *Diui Claudii Apocolocyntosis*, by Seneca, that propitiated to speculate the reasons for the which the philosopher opted for centralized regime in which the *princeps* was portrayed as the orderer agent of the society. We aim at understanding also, the historiography interpretation that idealized Seneca as the upholder of the *potestas* division between Sovereign and Senate.

Key words: Seneca's, Politics, Rome, Prince, Centralization.

Agradecimentos.

O término desse estudo deve-se ao caminho partilhado com algumas pessoas que colaboraram para a sua construção. Tentarei lembrar de todos, tendo a certeza de que os agradecimentos são ínfimos por tão profunda contribuição.

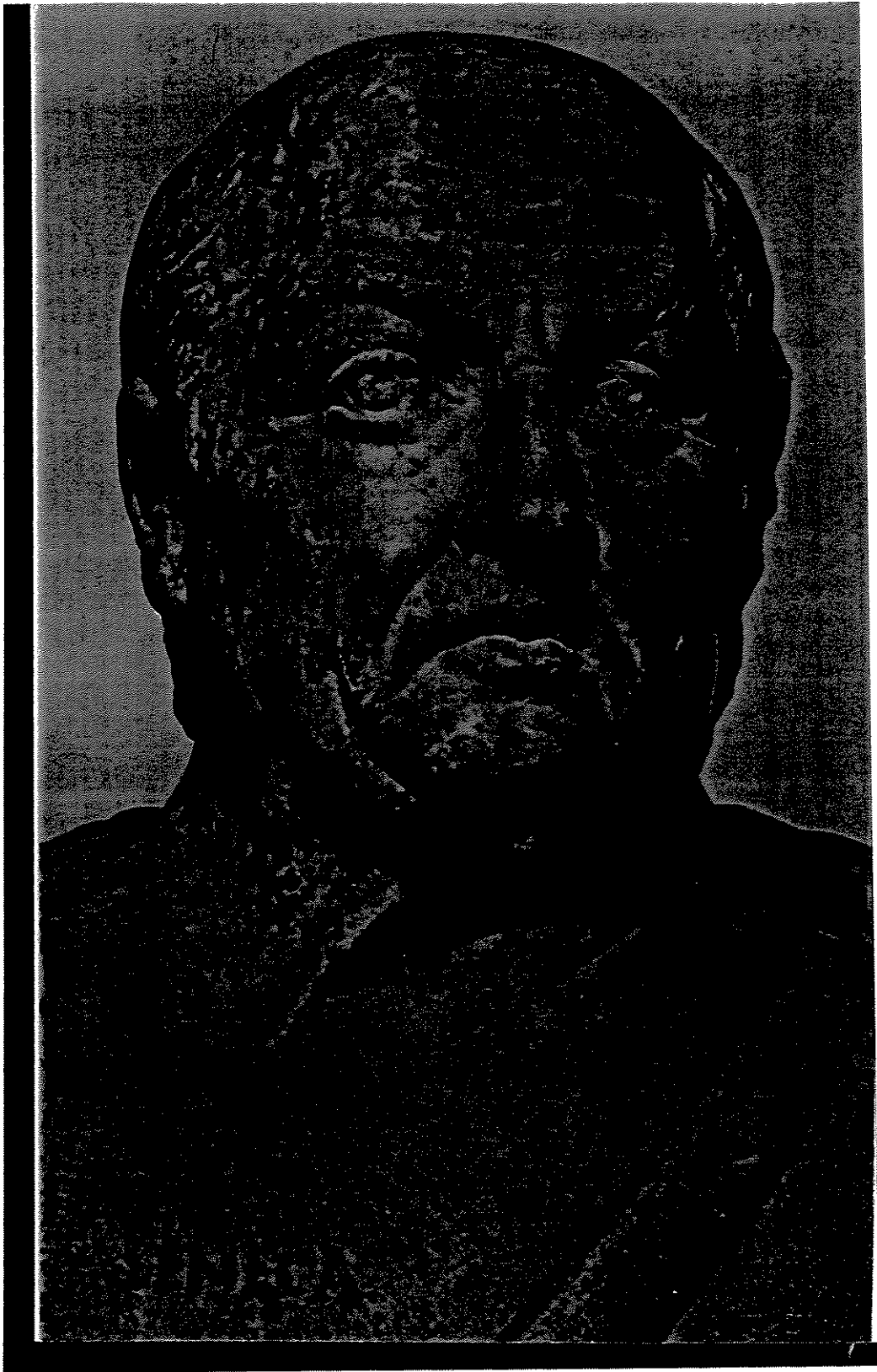
No espaço institucional, foi relevante o financiamento recebido do CNPq, que garantiu a compra de materiais, a participação em congressos, assegurando, desta forma, o debate e a troca de idéias, inestimáveis para meus estudos. Entre os pesquisadores, cujos nomes não poderia deixar de mencionar e às quais quero expressar todo reconhecimento, agradeço meu orientador, Pedro Paulo Abreu Funari, por ter me acolhido com toda atenção, amizade e muita competência; ao professor Fábio Faversani (UFOP) por sua honrosa presença no decorrer do trabalho; a professora Sônia Regina Pinto Soares (Unicamp), por seu inestimável contributo ao enviar-me textos, a Renata Senna Garrafoli (Unicamp), Francisco Fátima da Silva (Unicamp) e a professora Maria Aparecida Munhoz de Omena (Unesp – São José do Rio Preto), pela leitura e correção final da dissertação. Finalmente, e muito importante, agradeço aos amigos e, particularmente, a Djalma, Sônia, Paula, Eduardo, Felipe, Aguinaldo e Rafael, pela contínua atenção e a agradável companhia.

Sumário.

I. Considerações Iniciais	17.
II. Capítulo I	
II. 1 Biografia	23.
II. 2 Trajetória Textual	31.
III. Capítulo II – O debate historiográfico com ênfase no ideal senatorial.	
III. 1 O documento como apreensão do conhecimento histórico	37.
III. 2 Um balanço historiográfico: Sêneca e o ideal senatorial	49.
IV. Capítulo III – A concentração de poder <i>in mano principis</i> .	
IV. 1 <i>Diui Claudii Apocolocyntosis e De Clementia</i>	65.
IV. 2 Sociedade dominada pelo vício	83.
IV. 3 A idealização do poder centralizado	90.
V. Considerações finais	99.
VI. Anexo	
<i>A partida</i> , de Max Beckmann	104.
VII. Bibliografia.....	105.

Referência da Figura:

SÊNECA, L. A. Cartas a Lucílio. Trad. J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.



Considerações Iniciais.

*... Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra ...
Trouxeste a chave?...*

Carlos Drummond de Andrade.

Esta pesquisa visou a investigar duas proposições: a interpretação da historiografia contemporânea, sobre a participação e influência de Sêneca no Principado de Nero, e a idealização seniquiana de um modelo de soberania sustentado pelo poder centralizado, que enfatizava a virtude do *princeps* como um componente ordenador da sociedade.

Fez-se necessário, então, tecermos alguns comentários sobre os caminhos percorridos por Sêneca. Demos ênfase à importância do espaço histórico conjugado aos seus manuscritos, pois compreender uma trajetória é construir os estados sucessivos do campo no qual se desenvolve e, logo, o conjunto das relações objetivas vinculadas ao filósofo (BOURDIEU, 1996), como também à repercussão de suas obras na posteridade.

No capítulo segundo, apresentamos nossa leitura priorizando dois eixos de análise: primeiro, a interpretação do documento histórico sob a ótica da historiografia contemporânea, que prioriza a narrativa tacitiana como fonte documental em detrimento dos manuscritos de Sêneca; e segundo, a construção do ideal senatorial pelo discurso historiográfico.

No último capítulo, dividimos a discussão em três pontos: primeiro, uma apresentação sumária das obras *De Clementia* e *Diui Claudii Apocolocyntosis*; segundo, o retrato dos vícios sociais esboçados por Sêneca; e terceira, a proposta do filósofo da *stoa* pela concentração do poder *in mano principis*.

Finalmente, apresentamos, nossas conclusões gerais, procurando resumir as idéias que construímos ao longo do texto.

CAPÍTULO I

Biografia.

“Qualquer que tenha sido a duração de uma vida, ela foi completa”.

Michel de Montaigne

Na cidade de Córdoba, capital da província Bética, entre os anos 4 e 1 a. C. nasceu o filósofo e escritor Sêneca¹. Mudou-se para Roma com sua família e, durante os anos de formação, estudou Gramática, Retórica e Filosofia. O mentor de Gramática ensinou-lhe os rudimentos da língua e da Literatura Latina, além de noções em História e Geografia. Tais influências são perceptíveis em muitas obras como *De Clementia* e *Quaestiones Naturales*.

Dedicou-se ao conhecimento de Retórica, tendo o próprio pai como professor. A disciplina era essencial a todo romano culto por constituir-se em um instrumento imprescindível à política. Cabia ao professor incentivar a eloquência política e judiciária. As declamações eram efetivadas a partir de duas modalidades: a *suasoria* e a *controversia*. A primeira era o exercício declamatório político, a segunda, a prática da causídica. Ambas seguiam o mesmo princípio. O *rhetor* propunha ao aluno um problema e este desenvolvia argumentos sobre temas, geralmente, imaginários que destoavam da legislação romana (CARCOPINO, 1990).

Sêneca criticava tanto os gramáticos, quanto os retóricos que se enveredavam por questões vazias, sem fundamentos. Na obra *Ad Paulinum de Brevitate Vitae*, condenou os estudiosos que se prendiam a proposições especulativas como, por exemplo, a quantidade de remadores que teve Ulisses (*Ad Paulinum de Brevitate Vitae*, XIII, 2, 3). De acordo com o filósofo, os responsáveis pelo ensino direcionavam os aprendizes a abordagens meramente eruditas, sem valor prático. Na citação a seguir, podemos observar uma das suas críticas quanto ao papel da educação na formação dos jovens:

¹ O pai de Sêneca, Aneu Sêneca, nasceu por volta do século I a. C. na cidade de Córdoba. Quando jovem foi para Roma, onde iniciou seus estudos sobre eloquência. Segundo Paratore, "ele próprio nunca foi orador e rétor, donde que o apelativo de "Sêneca, o rétor", com que se costuma designá-lo para o distinguir do filho, o grande filósofo, é inexato". (PARATORE, 1987, p. 524) Escreveu uma obra de retórica, sob o título *Oratorum et rhetorum sententiae divisiones colores*, descoberta no século XV pelo Bispo Giovanni Andrea Bussi e pelo Cardeal Nicolau de Cusa. Ele e Hêlvia tiveram três filhos: Aneu Novato, Lúcio Aneu Sêneca e Aneu Mela, pai do poeta Lucano. Morreu em Roma por volta do ano de 37 d. C., pouco depois do falecimento do imperador Tibério. Consultar sobre Sêneca, o velho: (GRIFFIN, *Seneca: a philosopher in politics*, 1992)

Tudo isto é um jogo! Gasta-se o engenho com questões supérfluas: estas teorias não tornam os homens bons, apenas os fazem eruditos. Saber é algo de muito mais vasto, e também simples: não são precisas muitas letras para nos darem um espírito bem formado; nós é que estamos habituados a desperdiçar tudo, e a filosofia não foge à regra. Sofremos de intemperança em tudo, até no uso das letras. Estudamos para a escola, não para a vida (*Ep. Mor.* 106, 11-12)².

O conflito existente entre a Filosofia e a Retórica decorria do fato de que o *rhetor* privilegiava o efeito do discurso em situações, muitas vezes, inexistentes ao cotidiano do homem. A filosofia defendida por Sêneca pretendia ultrapassar os limites da eloquência, para alcançar a prática da *uirtus*. Isto é, ocupar-se de “temas mais válidos, que trato [Sêneca] daquilo que me tranqüiliza o ânimo, que me observo a mim mesmo antes de observar o universo” (*Ep. Mor.* 65, 15)³. O homem não deveria “tirar satisfação de coisas vãs” (*Ep. Mor.* 23, 1)⁴.

O filósofo, em uma passagem das *Epistulae Morales*, declarou que em Roma as pessoas que se abstinham de carnes eram acusadas de praticar “cultos exóticos”. Sêneca por ser vegetariano poderia incorrer em alguma acusação. Seu pai, contudo, não temia tal fato, mas “odiava a filosofia” (*Ep. Mor.* 108, 22-23). O vegetarianismo é associado à filosofia, pois alguns pitagóricos, como Sócion, não ingeriam carne. De acordo com Sêneca, o próprio Pitágoras considerava um parricídio matar animais e Sócion acreditava que se comêssemos carne nos igualaríamos a animais selvagens como os leões e abutres (*Ep. Mor.* 108, 19-21).

A trajetória do jovem orador, como podemos notar, foi marcada pela Filosofia Moral, que se fundamentava na arte do bem viver e morrer; era, igualmente, considerada por Sêneca a mestra da vida. Tal linha de pensamento nos faz refletir

² “Latrunculis ladimus. In superuacuis subtilitas teritur: non faciunt bonos ista, sed doctos. Apertior res est sapere, immo simplicior: paucis est ad mentem bonam uti litteris, sed nos ut cetera in superuacuum diffundimus ita philosophiam ipsam. Quemadmodum omnium rerum sic litterarum quoque intemperantia laboramus: nos uitae, sed scholae discimus. Vale” (*Ep. Mor.* 106, 11-12). SÊNECA. Cartas a Lucílio. Tradução de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

³ “Ego quidem potiora illa ago ac tracto, quibus pacatur animus, et me prius scrutor, deinde hunc mundum” (*Ep. Mor.* 65, 15).

sobre o fato de que “a filosofia nos ensina a respeitar o divino e a amar o humano; diz-nos que cabe aos deuses o governo do mundo, e que a condição humana é a mesma para todos” (*Ep. Mor.* 90, 3)⁵. Sêneca queria atingir a conduta prática, por esta reger as atividades externa e interna do ser humano. O indivíduo, a partir de constantes avaliações, obedeceria à ordem natural dos deuses, evitaria os excessos alimentares e aliar-se-ia a interesses honestos (*De Vita Beata* XX). O exame de consciência era uma prática realizada pelos estóicos. Apontavam formas de alcançar o bem numa tentativa de obter o aperfeiçoamento sobre si mesmo, seus atos e os seus pensamentos. Observava-se todos os eventos que ocorriam no decorrer do dia, para perceber se houve ou não algum progresso moral (*De Clem. Pr.* I, 1).

O indivíduo capaz de auto-avaliar-se tinha como finalidade a sabedoria, que representava o equilíbrio, pois “o sábio autêntico vive em plena alegria, contente, tranqüilo, imperturbável; vive em pé de igualdade com os deuses” (*Ep. Mor.* 59, 14)⁶. Este cidadão estava capacitado a escolher o mais sensato, sem sentir temor pelo que rejeitava, nem admiração pelo que escolhia. Bastava que tivesse uma alma nobre e firme (*Ep. Mor.* 31, 06)⁷.

Como podemos observar, o sábio encontra-se acima dos homens comuns e ao lado dos deuses, agindo sempre de forma perfeita por sua condição. Sêneca e a *stoa* diferiam o sábio do insensato também por motivos educativos, pretendiam mostrar ao homem comum o aprendizado do que acreditavam ser o certo (GAZOLLA, 1999). Dessa forma, o homem sábio estava autorizado a educar e direcionar os súditos, para que pudessem conquistar o equilíbrio da alma. Como um ser superior às imperfeições humanas, estava apto a governar, principalmente, por ter nascido “para a

⁴ “ne gaudeas uanis. Fundamentum hoc esse dixi: culmen est” (*Ep. Mor.* 23, 1)

⁵ “Haec docuit colere diuina, humana diligere, et penes deos imperium esse, inter homines consortium” (*Ep. Mor.* 90, 3).

⁶ “sapiens ille plenus est gaudio, hilaris et placidus, inconcussus; cum dis ex pari uiuit” (*Ep. Mor.* 59, 14).

⁷ “ille prudens atque artifex pro tempore quaeque repellit aut eligit: sed nec quae repellit timet, nec miratur quae eligit, si modo magnus illi et inuictus animus est” (*Ep. Mor.* 31, 06).

assistência comum e para o bem público, do qual dará a cada um a sua parte” (*De Clem.* IV, 1, 3)⁸.

Tais reflexões estão alicerçadas na escola estoicista, fundada por Zenão de Cítio em 336 ou 264 a. C., em Atenas; entrando em Roma na passagem do século II para o século III a. C., por meio de Panécio e Possidônio. Segundo o filósofo Ullmann, a origem do pensamento estóico é anterior às especulações de Zenão. Este conheceu as lendas fenícias e os mitos teológicos do povo de Chipre, em Cítio, local onde praticavam-se cultos cananeus, que descendiam dos fenícios. De acordo com os cananeus, existia uma pequena distância entre o homem e a divindade. Daí a tentativa dos estóicos em igualar o sábio a Deus (ULLMANN, 1996). No livro *De Tranquillitate Animi*, Sêneca confirma, explicitamente, a influência dos estóicos quando escreve: “disposto, inexperiente, sigo Zenão, Cleantes, Crisipo” (*De Tranquillitate Animi* I, 11)⁹.

Sêneca foi aluno dos filósofos Sócion, Papíro Fabiano, Demétrio e Átalo; entrou, também, em contato com as escolas cínica e pitagórica. Na carta 108 das *Epistulae Morales*, fez uma biografia de sua juventude comentando tais inclinações. Átalo, seguidor dos cínicos, mostrou a Sêneca os malefícios de acumular riquezas e viver no luxo. Sêneca enalteceu Átalo, dizendo:

Quando ele [Átalo] se punha a enaltecer a pobreza e a mostrar até que ponto tudo quanto excede a utilidade se torna numa carga supérflua e difícil de suportar, dava-me freqüentemente vontade de sair da escola reduzido à condição de pobre (*Ep. Mor.* 108, 14)¹⁰.

Retomando o relato de sua vida, lembremos que o filósofo se deslocou até o Egito por volta de 25, retornando em 31 d.C. Sua saúde precária levou-o a realizar tal viagem e a hospedar-se na casa de sua tia materna. Na obra *Consolatio ad Helviam*,

⁸ “in commune auxilium natus ac bonum publicum, ex quo dabit cuique partem” (*De Clem.* IV, 1, 3).

⁹ “promptus, imperitus, sequor Zenona, Cleanthen, Crysippum” (*De Tranquillitate Animi* I, 11). SÊNECA, L. A. *Sobre a tranqüilidade da alma*. Trad. José Rodrigues Seabra Filho. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

Sêneca relata a influência da tia e sua união matrimonial com o prefeito C. Galério, o que possibilitou a conquista do cargo de *quaestor*, mais ou menos em 34 ou 35 d. C. Lembra, igualmente, à mãe a intervenção da tia em seu favor para a obtenção da *quaestura* e dos cuidados despendidos pela sua enfermidade. Damos voz a Sêneca: "... pelas mãos dela fui levado até Roma; doente por um longo tempo, restabeleci-me com seu cuidado afetuoso e maternal; ela empregou sua influência em favor de minha *quaestura*" (*Consolatio ad Helviam* XX, 1) ¹¹.

O acesso a cargos importantes no mundo romano ocorria devido a algumas condições básicas como, por exemplo, a proteção de uma pessoa rica e poderosa. Sêneca foi aceito no *ordo equestre* por ter nascido em uma família rica, um dos motivos pelo qual foi admitido na aristocracia e pôde, com isso, viver e sustentar sua posição em Roma. A riqueza era medida pela posse de terras. O historiador Alföldy relata-nos sobre a crescente concentração de terra, a ponto de Plínio, o Velho, mencionar uma destruição da pequena propriedade da terra pelos *latifundia* (ALFÖLDY, 1989).

Sêneca não conseguiu, contudo, evitar as intrigas políticas. Na corte palaciana, surgiam, freqüentemente, delatores que denunciavam seus inimigos para angariar vantagens em proveito próprio. A narrativa tacitiana mostra um emaranhado de intrigas pessoais pela disputa de vantagens e benefícios oferecidos pelo soberano. O acusado, normalmente, incorria ao crime de lesa majestade por intentar contra a vida do *princeps*¹². Os senadores reuniam-se em um tribunal supremo para julgar o réu. A decisão final, no entanto, pertencia ao príncipe.

¹⁰ "Cum uero commendare paupertatem coeperat et ostendere quam quicquid usum excederet, pondus esset superuacuum et graue ferenti, saepe exire e schola pauperi libuit" (*Ep. Mor.* 108, 14).

¹¹ "... Illius manibus in Urbem perlatus sum; illius pio maternoque nutricio per longum tempus aeger conualui; illa pro quaestura mea gratiam suam extendit et, quae ne sermonis quidem aut clare salutationis sustinuit audaciam, pro me uicit indulgentia uerecundiam" (*Consolatio ad Helviam* XX, 1). Trad. de Cleonice Furtado Mendonça Van Raji. Campinas: Pontes, 1992.

¹² *Princeps*, o primeiro entre os senadores. Segundo Braren: "a condição necessária era que o *princeps* se destacasse no desempenho de suas funções e tivesse o reconhecimento da opinião pública. Entre as obrigações e características do *princeps* aparecem as *uirtutes*. Aliás, os príncipes devem se distinguir na sua posição de regentes dos destino da nação não pelas *opes*, mas pelas *uirtutes*. Entre as obrigações está o uso da *fides*, *uiqilantia* e *patriae caritas*. Entre as qualidades *auctoritas*, eloquência e riqueza" (BRAREN, 1985, p. 49/50).

A literatura contemporânea, alicerçada nos manuscritos antigos de autores como Tácito, Suetônio e Dion Cássio, narra que Sêneca, em 39, pronunciou um discurso na presença de Calígula, provocando um descontentamento do *imperator*¹³. Mais tarde, no tratado *De ira*, Sêneca deixou evidente diversos exemplos que evidenciavam a relação conflituosa do filósofo com Calígula (*De Ira* III, XVIII).

Embora Sêneca tenha se livrado de Caio César, dois anos mais tarde, foi condenado ao exílio na Córsega sob as ordens de Cláudio, por ter sido acusado de envolvimento amoroso com Júlia Livila, sobrinha do *princeps*. A razão mais provável da condenação de Sêneca foi sua inimizade com Cláudio e a possibilidade de aliar-se à oposição senatorial estóica, que tendia à monarquia (VEYNE, 1995). O episódio do exílio aparece na narrativa tacitiana quando Agripina quis torná-lo preceptor do jovem Nero. Tácito escreveu que Agripina “alcançou para Aneu Sêneca o perdão do seu desterro, e a dignidade de pretor...” (*Anais*, XII, VIII)¹⁴.

Após alguns anos de desterro, redigiu a *Consolatio ad Polybium*. Enviou uma consolação a Políbio, poderoso liberto na época de Cláudio, para amenizar o sofrimento causado pela morte de seu irmão. Por um lado, Paratore interpreta a obra como sendo um pedido de regresso mediante as mais exageradas adulações (PARATORE, 1987). Por outro lado, Veyne propõe que a Consolação foi uma solicitação indireta ao imperador para retornar a Roma, uma súplica em forma de carta aberta (VEYNE, 1995)¹⁵.

¹³ O título *imperator* era atribuído ao romano que possuísse o comando militar e religioso, “pois o detentor do *imperium* é chefe milícias e tem o direito de fazer consultas aos deuses por meio do *auspicium* (...) Assim, se no período arcaico *imperium* era uma noção concreta, seguindo um processo característico da língua latina, tornou-se uma noção abstrata. *Imperium* passou a denominar o regime de Augusto: “uma simples transposição de realidade foi suficiente para caracterizar a essência do regime político de Império”. Deste modo, Augusto, que possuía o *imperium*, substancialmente o comando militar, tornou-se, segundo o julgamento da História, *imperator*, comandante supremo de todos os súditos do Império romano” (BRAREN, 1985, p. 45/46)

¹⁴ “At Agrippina, ne malis tantum facinoribus notesceret, ueniam exilii pro Annaeo Seneca, simul praeturam impetrat ...” (*Anais* XII, VIII)

¹⁵ Sêneca escreveu: “... o grande consolo de minhas desventuras é ver a sua clemência distribuída por todo o mundo: uma vez que mesmo neste lugar deserto, onde estou preso, essa clemência tem retirado várias pessoas esmagadas pela desgraça já há muitos anos e as têm reconduzido à luz, eu não receio que ela me deixe só. Ele, porém, conhece perfeitamente o momento para que deve socorrer cada um; eu

Sêneca saiu vitorioso quando Narciso, liberto de Cláudio, preparou o assassinato de Messalina, esposa do *imperator*. Cláudio casou-se, então, com sua sobrinha Agripina. Após o matrimônio, Sêneca, em 49, retornou à Roma, por ordem de Agripina, para ser preceptor de Domício. Para Tácito, Agripina ganharia um aliado político com a presença do filósofo na corte, “porque tendo Sêneca sido desterrado por Cláudio, era natural lhe conservasse sempre rancor pela lembrança da injúria, e ele fosse ao mesmo tempo agradecido à mão benfeitora de Agripina” (*Anais* XII, VIII)¹⁶.

Anos mais tarde, Cláudio, em 54, foi envenenado por sua esposa. Tácito ao narrar o assassinato, esboçou a preocupação de Agripina em eliminar o *imperator*, sem chamar a atenção. Mesmo nos últimos instantes, Cláudio poderia tirar a sucessão de Nero (*Anais* XII, LXVI), pelo fato da legitimação recair sob aquele que se achava sob o poder do ascendente morto (THOMAS, 1995). Nero, nomeado sucessor de Cláudio, escolheu Sêneca e Burro para se tornarem “*amici*” do *imperator*. Com este título, o imperador devia mostrar-se magnânimo com seus amigos e enriquecê-los. Sêneca utilizou de sua autoridade social e de suas relações na Bretanha para emprestar dinheiro, tendo a garantia de que nenhum credor deixaria de pagar um amigo do príncipe (VEYNE, 1985).

Como conselheiro, Sêneca, redigiu, segundo Tácito, o discurso de posse do jovem soberano¹⁷, prometendo que

tudo o farei para que não se envergonhe de vir até mim” - “*quae cum ex ipso angulo quo ego defixus sum complures multorum iam annorum ruina obrutos effoderit et in lucem reduxerit, non uereor ne me unum transeat. Ipse autem optime nouit tempus quo cuique debeat succurrere; ego omnem operam dabo ne peruenire ad me erubescat*” (*Consolatio ad Polybium* XIII, 3). Tradução de Cleonice Furtado de Mendonça Van Raji. Campinas: Pontes, 1992.

¹⁶ “Quia Seneca fidus in Agrippinam memoria beneficii et infensus Claudio dolore iniuria credebatur” (*Anais* XII, VIII). Nero casa-se com Otávia filha de Cláudio e Messalina. Após a união, Agripina convence Cláudio, em 51, a adotar Domício. Segundo Thomas, “o adotado era considerado como tendo nascido do pai (...) Neste sentido, a adoção imitava natureza, razão pela qual, de resto, a diferença de idades entre o adotante e o adotado devia respeitar a diferença mínima que teria tornado possível a geração de um pelo outro” (THOMAS, 1995, p. 180). Domício passa a ser chamado de Nero e com isso, torna-se herdeiro ao trono, assim como, Britânico, filho legítimo de Cláudio e Messalina. Cabia ao imperador escolher o próximo candidato ao trono.

¹⁷ Suetônio narra o discurso-programa, mas com menos detalhes que a narrativa tacitiana. Observemos: “De plus, pour donner des marques encore plus claires de son bon caractère, il déclara qu’il se réglerait

nunca se constituiria juiz de todas as causas, porque não podendo ouvir-se fora do recinto do palácio as vozes dos acusadores e dos réus, a sorte destes últimos viria então só a depender dos caprichos de alguns validos. Que da sua corte desterraria a venalidade e as intrigas; e que os interesses da Republica haviam de ser independentes dos negócios da sua casa. Que o senado gozaria de toda a sua antiga jurisdição; e a Itália, e as províncias do Império ficariam sujeitas ao tribunal dos côsules, pelo qual passariam os seus requerimentos aos padres. Quanto a ele, tomaria a seu cargo o comando das legiões (*Anais* XIII, IV)¹⁸.

Após alguns anos ao lado de Nero, Sêneca começou a perder seu prestígio frente ao *princeps*¹⁹. Temos como sinal de crise a morte de Afrânio Burro, o único homem que, talvez, pudesse apoiá-lo na casa imperial. Diante de tais circunstâncias, decidiu retirar-se da vida pública em 62. O discurso tacitiano apresenta às pressões de Nero sobre Sêneca para que voltasse atrás ao seu propósito. O discurso de Nero é transcrito da seguinte forma:

Se como rapaz venho a ter alguns desmanchos, tu cuidarás em corrigi-los; e muito melhor seguirei agora as tuas lições que me vejo com mais instrução, e com muitos anos (...) porém todos atribuirão este teu procedimento à minha avareza, e ao temor da minha crueldade. (*Anais* XIV, LVI)²⁰

dans l'exercice de son pouvoir sur les principes d'Auguste et ne laissa passer aucune occasion de montrer sa générosité et sa clémence, et même sa bonté" – "Atque ut certiorum adhuc indolem ostenderet, ex Augusti praescripto imperaturum se professus, neque liberalitatis neque clementiae, ne comitatus quidem exhibendae ullam occasionem omisit". (Suet., *Néron*, X) SUETÔNIO. *Néron*. Trad. d'Yves Avril. Paris: Brocard et Taupin, 1995.

¹⁸ "Tum formam futuri principatus praescripsit, ea maxime declinans quorum recens flagrabat invidia. Nom enim se negotiorum omnium iudicem fore, ut clausis unam intra domum accusatoribus et reis paucorum potentia grassaretur; nihil in penetribus suis uenale aut ambitioni peruium; discretam domum et rem publicam. Teneret antiqua munia senatus, consulum tribunalibus Italia et publicae prouinciae adsisterent, illi patrum aditum praeberent: se mandatis exercitibus consulturum" (*Anais* XIII, IV).

¹⁹ Quanto ao seu casamento, não se sabe, ao certo, se teve duas esposas ou se Pompéia Paulina foi a única. Nas *Epistulae Morales* refere-se à Paulina: "...Que pode um homem sentir estimulante do que saber-se tão amado da própria mulher que, por isso apenas, a existência se lhe torna mais amável? E aqui tens como eu fico a dever à minha Paulina não só os seus cuidados mas ainda os meus próprios para comigo!" – "Quid enim iucundius quam uxori tam carum esse propter hoc ut tibi carior fias? Potest itaque Paulina mea non tantum suum mihi timorem imputare, sed etiam meum" (*Ep. Mor.* 104, 5).

²⁰ "Quin, si Qua in parte lubricum adulescentiae nostrae declinat, reuocas ornatumque robur subsidio impensius regis? Non tua moderatio, si reddideris pecuniam, nec quies, si reliqueris principem, sed mea auaritia, meae crudelitatis metus in ore omnium uersabitur" (*Anais* XIV, LVI).

Sêneca, no tratado *Ad Serenum de Otio*, defende o afastamento da política quando impera a violência e a corrupção. Vejamos: “se a república é demais corrompida para que se possa auxiliá-la, se é lançada em trevas por males, não se sacrificará o sábio em esforços supérfluos nem tentará ser útil em vão (*Ad. Serenum de Otio* III, 3)²¹.

A narrativa tacitiana supõe, por volta de 64 d. C, que Nero pretendia eliminar Sêneca. Teria dado ordem ao liberto Cleónico, muito embora, a suposta tentativa de assassinato não tenha tido êxito. Tácito explica que o filósofo “... escapara ou porque o mesmo liberto o avisou, ou porque, andando já desconfiado, apenas se alimentava mui frugalmente de certos frutos do campo, e quando tinha sede só bebia água corrente (*Anais* XV, XLV)²².

Nero realizou seu desejo em 65, quando foi informado a cerca da conjuração propugnada por Pisão. Lucano, sobrinho de Sêneca, citou o nome do filósofo como integrante do movimento. O *princeps*, na ocasião, convidou Sêneca a retirar-se da vida, pois havia um temor que pudesse se tornar imperador, motivo suficiente para levá-lo à morte.

A Trajetória Textual.

Com o colapso do Império Romano Ocidental, muitos manuscritos de autores antigos como Cícero, Sêneca, Petrônio, Marco Aurélio entre outros, desapareceram nas guerras, nas catástrofes ou foram negligenciados. Restaram apenas cópias preservadas, normalmente, por monges e distribuídas pelas bibliotecas dos conventos.

²¹ “si res publica corruptior est quam ut adiuuari possit, si obscurata est malis, non nitetur sapiens in superuacuum nec se nihil profuturus impendet”. (*Ad. Serenum de Otio* III, 3). SÊNECA, L. A. *Ad Serenum de otio*. Trad. José Rodrigues Seabra Filho. São Paulo: Nova Alexandria, 1994. Sêneca redigiu importantes manuscritos como *De providentia Ad Marciam de consolatione*, *De beneficiis*; além de outras obras no decorrer do texto: *Hercules furens*, *Troades*, *Phoenissae*, *Medea Phaedra*, *Oedipus*, *Agamemnon* *Thyestes* *Hercules Oetaeus*.

Textos, portanto, mutilados e fragmentados. O trabalho dos humanistas era, antes de mais nada, encontrá-los e deles extrair a autenticidade do autor. Existia, no entanto, uma técnica, que, primeiramente, copiava-os e depois comparava-os; na maioria dos casos, obtinha-se uma classificação (AUERBACH, 1987).

Esta técnica causava, constantemente, uma gama de erros entre os copistas. A diminuição de tais equívocos ocorreu com o surgimento da imprensa. Uma vez constituído, o texto poderia ser reproduzido de modo autêntico, evitando, assim, os possíveis lapsos. Sabemos, pois, que, se por um lado, a reprodução mecânica era passível de erros, por outro lado, os erros eram mais fáceis de serem contornados.

No Baixo-Império e na Idade Média os textos de autores pagãos foram utilizados pela cristandade. Santo Mazzarino informa que a categoria denominada por juízos divinos colocou a história profana a serviço da eclesiástica. Esta, enquanto história sagrada, forneceu as respostas para a existência humana (MAZARINO, 1999). *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri, mostra com perfeição a conexão entre a cultura clássica e a cultura cristã. Basta lembrarmos o grupo de poetas que colocou no Limbo, como, por exemplo, Virgílio que em determinado momento diz: “quelli è Omero poeta sovrano; l'altro è Orazio satiro che vene; Ovidio è l' terzo, e l'ultimo Lucano” (*A divina Comédia*, canto IV, 88).

Outras personagens histórico-teológicas como Electra e Heitor, César, Bruto, Zenão, Demócrito, Galeno, Sêneca, entre outros formam o Limbo. Para Dante, as quatro virtudes cardeais, força, justiça, prudência e temperança, eram fundamentais para a salvação do homem (CARMELO, 1998). A importância atribuída à virtude pelo cristão favoreceu a difusão das reflexões de Sêneca sobre o bem moral. Não é coincidência, nem um fato meramente estilístico, Dante referir-se a Sêneca como o “*morale*” (*A divina comédia*, canto IV, 139). Aquele que propagou a prática das virtudes

²² “... Cleonicus paratum iussu Neronis uitatumque a Seneca proditiōe liberti seu propria formidine, dum persimplici uictu et agrestibus pomis ac, si sitis admoneret, profluente aqua uitam tolerat”. (*Anais*, XV, XLV)

nas quais deviam “estar uniformemente alertas, de modo a que, mal deparem com o mínimo obstáculo, imediatamente se lhe oponham, respondendo sem precipitações à vontade da alma que comanda” (*Ep. Mor.*, 59, 7)²³.

Era prioridade veicular idéias que se adequavam à doutrina da Igreja, principalmente em um período em que a população não tinha acesso à cultura escrita, ficando, normalmente, restrita aos doutores da Igreja. A forma de exclusão foi baseada no cânone. Os teólogos selecionavam autores e textos que mereciam ser preservados e baniam da biblioteca os que não disseminavam as “verdades” que deveriam ser pregadas aos seguidores da fé cristã (REIS, 1992). Sêneca foi “canonizado”. Diferentemente de autores como Petrônio, que lidavam com aspectos morais e estilísticos não privilegiados pelo cânon teológico. Logo, eram excluídos. Daí a difusão do pensamento seniquiano²⁴.

Terminado este capítulo, faremos uma discussão sobre o debate historiográfico com ênfase no ideal senatorial. Apresentaremos as abordagens que priorizaram o discurso programa ou o “discurso conciliador” de Nero com o *senatus*, propagado pelos historiadores contemporâneos a Sêneca.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

²³ “Idem, inquit, sapiens, facere debet: omnes uirtutes suas undique expandat, ut ubicumque infesti aliquid orietur, illic parata praesidia sint et ad nutum regentis sine tumultu responsidia sint et ad nutum regentis sine tumultu respondeant” (*Ep. Mor.* 59, 7)

²⁴ A possível correspondência entre Sêneca e São Paulo favoreceu a propagação de seus manuscritos na Idade Média. Há várias controvérsias quanto à autenticidade dessa relação. Paratore, por exemplo, a considera falsa. Na cidade de Tarso, onde nasceu São Paulo, havia um centro de filosofia neopitagórica, do qual Sêneca se alimentou. Deste fato resultou a correspondência entre Paulo e Sêneca (PARATORE, 1987). Há quem diga, como Carmelo, que a origem dessa correspondência deve-se ao fato de o filósofo ter sido citado com apreço por alguns Padres da Igreja, que viam nele um precursor das doutrinas cristãs (CARMELO, 1991).

CAPÍTULO II

O DEBATE HISTORIOGRÁFICO COM ÊNFASE NO IDEAL SENATORIAL.

“Só tive inicialmente uma visão lunar e lúcida, e então preendi para mim o instante antes que ele morresse e que perpetuamente morre. Não é um recado de idéias que te transmito e sim uma intuitiva volúpia daquilo que está escondido na natureza que adivinho. E esta é uma festa de palavras. Escrevo em signos que são mais um gesto que voz. Tudo isso é o que me habituei a pintar mexendo na natureza íntima das coisas. Mas agora chegou a hora de parar a pintura para me refazer, refaço-me nestas linhas. Tenho uma voz. Assim como me lanço no traço de meu desenho, este é o exercício de vida sem planejamento. O mundo não tem ordem visível e eu só tenho a ordem da respiração. Deixo-me acontecer”.

Clarice Lispector

O documento como apreensão do conhecimento histórico.

A compreensão do passado é apreendida indiretamente por haver um obstáculo transponível: os vestígios, informações aleatórias, formadoras de um conjunto de evidências, ou fatos, que carecem em si de ordem, lógica ou conexão. Cabe ao historiador recolher e selecionar dados para transformá-los em fatos a partir de suas próprias teorias, bem como apanhar ou apurar certos modos de se ordenar e pensar o passado, para que se possa propor interpretações ou reconstruções do que aconteceu. Temos a presença de um narrador que mediatiza aquilo que se viu, vê ou ouviu falar e que conta e explica a terceiros uma situação não presenciada por estes. Interpõe-se, assim, um princípio de inteligibilidade e de proposta de conhecimento ocorrido, que é reapresentado a um público ouvinte ou leitor (PESAVENTO, 1999).

Como podemos ver, a narrativa histórica comporta uma acepção de escolha, seleção, recorte e montagem, que são exercícios articulados à capacidade da imaginação criadora de construir os traços de passado, como também representá-lo²⁵. Criamos objetos circunscritos de sentido cronológico, espacial, cultural, social e dentro deles selecionamos os acontecimentos, tornando-os unidades inteligíveis, adaptando-as a um arcabouço teórico. Este é, claramente, essencial. A partir da teoria, transformamos e interpretamos as fontes primárias em reconstruções específicas da história humana. Se privilegiarmos, por exemplo, a política ou a atitude das elites como fatores fundamentais, tenderemos a selecionar fatos e eventos correspondentes, relacionando-os dentro de uma determinada realidade. Neste sentido, os objetos são pontuados e construídos por historiadores, como também idealizado pela sociedade. Historiadores exercem tais atividades periodizando e estabelecendo modelos espaciais ou sociais para, com isto, estabelecer um padrão em seu estudo. "É isso que chamo

²⁵ Para Pesavento, o texto histórico comporta traços de ficção. O simples fato de representar o real envolve um momento de criação, uma ficção controlada. Vejamos: "Ficção controlada, porque a história aspira ter, em sua relação de "representância" com o real, um nível de verdade possível. Se não mais aquela verdade inquestionável, única e duradoura, um regime de verdade que se apoie num desejável e íntimo nível de aproximação com o real" (Ibidem, p. 71).

forma, como uma fôrma que conforma nosso modo de ver o passado, que nos abre, ou conforma campos de visibilidade” (GUARINELLO, 2001, p. 04)²⁶.

O estudo de um objeto não são dados, mas são produzidos pela própria atividade cultural da sociedade em que vivemos. O contexto, tanto sob a ótica do leitor, quanto do autor, traz particularidades culturais datáveis, demarcadas por uma escala de valores inserida em um perfil histórico definido. Tais particularidades são como projeções do presente, isto é, o conhecimento dentro de um texto é produzido por um agente social, arrolado em um momento histórico e representante de um projeto ideológico e de classe. Trata-se da inserção de um intelectual e do próprio texto historiográfico ou ficcional em um solo histórico (REIS, 1998).

Devemos, no entanto, atentar ao modo como foram criadas e como afetam nossas visões da História. Aos olhos de Guarinello, compreender os limites das reconstruções ou interpretações é uma forma de possibilitar a produção histórica, por meio de visões alternativas que criam e escrevem outros passados. A História ainda retrata o eurocentrismo numa visão evolutiva da História mundial. É como se o restante do globo passasse a ter História somente após os europeus. Esta política é o reflexo das transformações contemporâneas dentro de um universo globalizante. Há uma tendência em unificar as histórias em uma única história para compreender-se, por exemplo, a diversidade do mundo, seus conflitos e suas perspectivas para o futuro (GUARINELLO, 2001).

O resultado desta globalização infere também nas formas com que indagamos as fontes primárias. Os vestígios em História Antiga pertencem, geralmente,

²⁶ Segundo Funari; “O movimento pós-processual da Arqueologia observou que os contextos sociais e políticos contemporâneos dos arqueólogos moldam suas interpretações dos vestígios arqueológicos (Wood e Powell, p. 407), ecoando os reclamos dos historiadores de que eles estão envolvidos em suas próprias tradições históricas e historiográficas (Burguière, 1982, p. 437; Harlan, 1989, p. 587; Calhoun, 1993, p. 91). Padrões científicos em mudança (Burckhardt, 1958, p. xi) dependem de esquemas interpretativos provenientes do contexto contemporâneo (França, 1951, p. 266; Goldmann, 1975, p. 40)”. (FUNARI, 1998, p. 11)

à tradição literária, livresca, embora tenhamos aportes na arqueologia, nas pinturas vesuvianas, na epigrafia numismática, nos grafites, como também nas escritas em moedas. Nossa compreensão do mundo antigo depende, surpreendentemente, dos textos escritos. Como enfatiza Bowman e Woolf, o uso que fazemos desses textos, sejam literários ou apenas documentais, depende de nosso pressuposto de como foram originalmente produzidos, lidos e entendidos (BOWMAN e WOOLF, 1998).

A efetiva recuperação dos livros iniciou-se no renascimento, dando origem ao que chamamos de civilização ocidental. Há uma grande dificuldade para os historiadores, com outras experiências culturais, na interpretação de sociedades a partir de manuscritos literários e, ainda, de pequenos fragmentos de uma tradição que se estendeu por milênios (GUARINELLO, 2001). Além disso, os manuscritos tendem a enfatizar certas realidades, que afetam nossa percepção sobre o passado.

Sabemos que a escrita não é um retrato da vida, mas sua interpretação. Tendemos a falar das fontes, e a partir delas, como se falássemos do todo. Isto é, somos mais sensíveis ao regulamento do que às regularidades. Um exemplo disto é a visão historiográfica contemporânea sobre Sêneca, que analisa, costumeiramente, as atividades do filósofo por um viés tacitiano. É como se houvesse uma similaridade, uma transposição em ambos autores, capaz de mapeá-los numa mesma circunstância histórica discursiva. Os manuscritos de Sêneca tornaram-se obras de apoio, complemento às interpretações de seu próprio pensamento político. Vemos, no entanto, pensamentos e acontecimentos em tipos e níveis diferentes, *tramas históricas distintas*. Como afirmou Foucault, as homogeneidades e heterogeneidades enunciativas “se entrecruzam com continuidades (e mudanças) lingüísticas, com identidades (e diferenças) lógicas, sem que umas e outras se desenvolvam da mesma forma ou se comandem necessariamente (FOUCAULT, 1972, p. 180).

O resultado deste tipo de generalização é a conseqüente busca de coesão e unidade dentro da organização de um discurso analisado. Vemos uma comodidade e

uma coerência em não multiplicar as contradições. É um terreno perigoso intensificar as incoerências, observar as diferenças, atribuir peso demasiado às transformações, às polêmicas e não supor que o discurso dos homens esteja perpetuamente minado do interior pela contradição de seus desejos, das influências que sofreram, ou das condições em que vivem. Na verdade, dialogam entre si muito mais para superar essas contradições e encontrar o ponto a partir do qual elas poderão ser comedidas (FOUCAULT, 1972).

A negação das contradições, em nosso estudo, tem uma justificativa: os historiadores estabeleceram um longo debate a respeito da participação e influência de Sêneca, no período neroniano. Defenderam a existência de uma perceptível ascendência pessoal e política do filósofo sobre Nero, chegando a dividir o governo em duas fases: de 54 a 62 d. C, quando esteve aconselhando o jovem governante, representando assim os interesses do senado, e de 62, momento denominado de tirânico, devido ao afastamento do conselheiro. Sêneca tornou-se, então, símbolo de uma política mais ampla, menos centralizadora.

O retrato de um Nero coerente e logo depois metamorfoseado em um tirano foi suscitado pela historiografia antiga; os “não-estóicos” Tácito, Suetônio e Dion Cássio perpetuaram tais perspectivas. Não há como saber se ocorreu ou não uma intervenção do grupo estóico na tentativa de colaborar com a criação de uma imagem negativa do *imperator*²⁷. O contributo desta interpretação foi a reedição à posteridade, como bem fizeram os historiadores contemporâneos.

²⁷ Segundo Guarinello, a historiografia ressalta apenas a participação de Sêneca no governo de Nero. A atuação dos estóicos na ascensão do *princeps* não foi particularizada. Haveria uma elite aderente à idéias estóicas. Temos, portanto, de 54 a 62 d. C., “ao contrário do que se acredita, os grupos estóicos favoreceram o governo de Nero, vendo nele a oportunidade providencial para concretizar seus ideais políticos: uma aliança que sobreviveu, sem abalos, ao assassinato de Agripina, que o próprio Sêneca teria apoiado e sobre o qual, como vimos, Thrasea silenciou cúmpliciosamente” (GUARINELLO, 1996, p. 59). Maria Eugenia Pareti de Canessa também vê uma forte influência dos estóicos no poder. Vejamos. Esta política senatorial “aseguraba la colaboración de los estoicos con el gobierno puesto que el Senado representaba el principio de gobierno aristocrático y por consiguiente, era el único que podía prevenir que la monarquía se convirtiese en tiranía” (CANESSA, 1990, p. 83).

Sêneca, ao contrário, criou um ideal de principado que o tornava mais autoritário e mais centralizado. Segundo o filósofo, a natureza inventou a monarquia, fato observável entre as abelhas, “cujo rei tem o alvéolo mais espaçoso, colocado no centro e no lugar mais seguro (...) Tendo-se perdido o rei, todo enxame se dispersa; não toleram mais que um só rei e procuram o melhor em combate (*De Clem.* III, XVII, 2)²⁸. A natureza era a própria personificação de Deus, a razão em si, a “natureza universal”. Por isso, ampliar as participações políticas representava negar esta ordenação e sofrer os distúrbios provocados por uma multidão de ignorantes em sua caótica movimentação.

O que levou, então, a historiografia a optar pela continuidade desta tradição? Há uma possível explicação. Em finais do século XIX e início do século XX, tivemos uma intensa discussão sobre os regimes totalitários no Ocidente. No mundo, com exceção da Suíça, da França, dos Estados Unidos e da Dinamarca, o sistema político não se baseava no voto democrático, embora algumas colônias brancas, formalmente pertencentes ao Império Britânico - Austrália, Nova Zelândia, Canadá - fossem razoavelmente democráticas. Havia uma exclusão das populações anteriores às suas chegadas; os aborígenes não faziam parte da comunidade política. Mulheres e analfabetos estavam à margem do processo político, não podiam usufruir do direito ao voto, muito menos, de serem eleitos²⁹. Sem falar da tendência aos golpes militares nas Repúblicas Latino-Americanas, com isso, não poderíamos descrevê-las, sob nenhum aspecto, como “democráticas” (HOBBSAWM, 1988).

Os governantes europeus e a classe média alarmaram-se com a morte de muitos franceses provocados pela Comuna de Paris, em 1871. Tornava-se evidente a

²⁸ “... et amisso rege totum dilabitur, nec umquam plus unum patiuntur melioremque pugna quaerunt; praeterea insignis regi forma est dissimilisque ceteris cum magnitudine tum nitore” (*De Clem.* III, XVII, 2). *Estudaremos as reflexões seniquianas de centralização política no capítulo III.*

²⁹ O processo democrático não conseguiu abolir as desigualdades sociais. Os homens tentavam se adequar ao critério da sociedade burguesa: indivíduos juridicamente livres e iguais. Para Hobsbawm, “o ideal de sociedade burguesa foi sintetizado nesta frase irônica de Anatole France: “A lei, em sua majestática igualdade, dá a todos os homens o mesmo direito de jantar no Ritz e de dormir debaixo da ponte” (HOBBSAWM, 1988, p. 43).

necessidade de se discutir o problema da sociedade burguesa: a democratização. A partir de 1870, a população passou a trilhar os caminhos da política. Na Inglaterra, por exemplo,

a Reforma de 1867 e 1883 quadruplicaram o eleitorado, que se elevou de 8% a 29% para os homens de mais de vinte anos. A Bélgica democratizou estes direitos em 1894, após uma greve geral realizada por essa reforma, o aumento foi de 3,9% para 37,3% para a população adulta (HOBSBAWM, 1988, p. 127).

As discussões sobre o direito ao voto, embora fizessem parte dos programas de governo, ainda eram insípidas. Havia muito mais retórica do que prática. As abordagens sérias partiam dos intelectuais e de seus leitores cultos, que tinham acesso aos debates. Existia um profundo fosso entre o discurso público e a realidade política. No entanto, o otimismo democrático transformou-se em um modelo para o futuro. No período de 1919, toda a Europa, a Turquia e o ocidente da Rússia foram reorganizadas dentro de um modelo democrático (HOBSBAWM, 1988).

Anos mais tarde, a democracia foi ameaçada pelo regime fascista de Mussolini e pelo regime nazista de Hitler³⁰. Mesmo o movimento trabalhista socialista, muito criticado pelos demagogos liberais, estava comprometido com os valores da razão, ciência, educação e liberdade individual. A ditadura e o governo absoluto, no entanto, viam com desconfiança as assembleias de representatividade eleitoral, a liberdade de expressão, de publicação e de reunião. Segundo Hobsbawm,

os vinte e três anos entre a chamada “Marcha sobre Roma” de Mussolini e o auge do sucesso do Eixo na Segunda Guerra Mundial viram uma retirada acelerada e cada vez mais catastrófica das instituições políticas liberais. (HOBSBAWM, 1995, p. 115).

³⁰ O fascismo, italiano e alemão, discordavam da emancipação feminina, da influência e crescimento das artes modernistas, descreviam-na como o “bolchevismo cultural” degenerativas. “... Não apelavam aos guardiões históricos da ordem conservadora, a Igreja e o rei, (...) buscavam complementá-las com um princípio de liderança inteiramente não tradicional, corporificado no homem que faz a si mesmo, legitimizado pelo apoio das massas” (Hobsbawm, 1995, p. 121).

Os aliados da Alemanha, Itália e Japão difundiam a necessidade de uma pureza racial, a crença na *virtus* militar de auto-sacrifício, abnegação e obediência absoluta às ordens. Havia uma forte correlação com o estoicismo. O próprio Sêneca defendia a obediência à autoridade suprema, o *imperator*. Ocorreu uma grande mobilização contra o avanço do Eixo, ou seja, contra as forças alemãs. As alianças antifascistas e antinazistas uniram verdadeiros paradoxos: a convergência entre liberais, socialistas e comunistas. Lutaram contra o racismo nazista, que provocou o êxodo em massa de intelectuais judeus e esquerdistas a regiões mais tolerantes. Os campos de concentração para o extermínio de judeus, a queima de livros "indesejáveis" e a intolerância à liberdade intelectual dentro das universidades alemãs aterrorizaram tanto o capitalismo liberal, quanto o comunismo. Foi uma breve mas decisiva aliança contra o fascismo e o nazismo.

A memória dessa época foi, em sua maioria, a luta contra a intolerância aos regimes autoritários. Os intelectuais ocidentais mobilizaram-se, desde de 1930, para eliminar a aliança nazi-fascista. O próprio Hobsbawm comenta seu temor à ameaça fascista.

De qualquer modo, nós que vivemos aqueles tempos sabíamos que haveria uma guerra, mesmo quando pensávamos possibilidades pouco convincente para evitá-la. Nós - o historiador também pode recorrer à própria memória - contávamos em lutar na próxima guerra, e provavelmente morrer. E como antifascistas não tínhamos dúvida de que, quando ela viesse, não teríamos outra opção além de lutar (Ibidem, p. 154).

A política do pós-guerra voltou-se novamente para a democracia, enquanto o fascismo tendeu a desaparecer. Criou-se um desprezo aos defensores fascistas; as nações não desejavam nenhum vínculo com o regime, mesmo as políticas mais conservadoras. A Alemanha Oriental intitulou-se República Democrática do Povo ou Popular. A vitória sobre o Eixo, conseguida por meio da mobilização política e de políticas revolucionárias, abriu uma nova perspectiva de transformação social. A sociedade recusava-se a aceitar regimes totalitários como os nazi-fascistas; os horrores

da guerra estavam disseminados no homem ocidental. As consequências do pós-guerra eram ainda bem visíveis.

O trauma e o temor de que a aliança nazi-fascista retomasse o poder, desencadeavam alterações na cultura erudita européia, na história, nas artes, na literatura, no pensamento político, etc. A História procurou uma unidade, embora seja uma reminiscência do século XIX ³¹. Na História Antiga prevaleceram modelos que privilegiavam a concepção de nação, que apontava para a sociedade, a cultura, a língua e o povo. Daí as formas decorrentes: tanto a História da Grécia, quanto a História de Roma, bem como o viés político das narrativas foram recortados a partir da lógica dos textos, buscando-se nos manuscritos clássicos uma imaginária sociedade unificada³². Ora, é uma percepção justificável. O momento histórico era ameaçador devido aos nacionalismos, imperialismos, etnocentrismos e xenofobias. A guerra era o que emergia e sem nenhum controle, ainda que justificada filosoficamente. O homem ocidental vivia uma era de *cataclismos*.

³¹ O momento de insatisfação com o mundo e a sociedade manifestou-se no pintor Max Beckmann (1884-1950). O quadro *A Partida de 1932-35* mostra o mundo como um inferno e uma prisão, a saída para o horizonte livre é árdua, duvidosa e ameaçada. As cores profundas conferem ao mundo das manifestações um realismo e simbolismo cruel e misto. Os próprios homens assumiram o papel de demônios (BAUMGART, 1994, p. 336/337) Beckmann retratou as crueldades da guerra valendo-se de uma nova definição da realidade: os corpos deformados e despedaçados, limitados por acentuadas linhas diagonais e verticais, com sombras em traços grossos. Uma estética do grotesco e da morte, representadas em festas orgíacas e tenebrosas. Entre suas obras mais importantes dessa última fase destacam-se seus trípticos, de conteúdo ao mesmo tempo místico e agnóstico. O pessimismo e a inquietação do pintor foi acentuada quando Hitler assume o poder, condenado durante o nazismo, viveu como auto-exilado em Amsterdã e mudou-se finalmente para os Estados Unidos, onde ministrou cursos na escola do Museu da Arte do Brooklyn e na Escola de Arte de Washington. Na acepção de Muller, o temor à guerra, contido no movimento expressionista, não foi generalizado. Os futuristas, por exemplo, "ont glorifié la guerre comme "seule hygiène du monde" avant même qu'elle ne soit déclenché. Ils sont sensibles aux forces qu'elle déchaîne, mais indifférents aux drames qu'elle provoque" (MULLER, 1967, p. 122) . Ver Anexo: O quadro *A partida de 1932-35*.

³² Como acentuou Funari: "O nacionalismo do século XIX (...) forjou os Estados nacionais a partir de algumas noções que ainda estão conosco até hoje. Segundo o nacionalismo, uma nação compõe-se de um povo, um território e uma cultura. Até a Revolução Francesa, no final do século XVIII, a nação era um conceito ligado ao rei e não se baseava nestes três pontos (...) Enquanto a França monárquica era também composta de diversos povos, com diversas línguas, usos, costumes e territórios, a nação francesa moderna impõe-se a homogeneidade de uma língua, o francês, um povo, um povo francês, e um território delimitado. O que interessa aqui é que esse conceito de nação e, conseqüentemente, cultura nacional, implica homogeneidade. A partir deste nacionalismo, considerou-se que, no passado, haveria também nações homogêneas como deveriam ser os modernos Estados nacionais" (FUNARI, 2001, p. 123/124).

Além disso, criou-se uma idéia de civilização que estabeleceu uma espécie de progresso humano. Todos os aspectos da atividade humana caminhavam para a perfeição futura; acreditava-se que o homem iria se resgatar e se salvar em plena história e em pleno tempo. A história é concebida como um presente coerente, unificado e acelerado da humanidade, um sujeito singular e coletivo, em direção à perfectibilidade, à moralidade, à racionalização futuras (REIS, 1994).

A partir desta introspecção, considerava-se que os clássicos abririam um caminho para a reconstrução de civilizações distintas, as quais culminariam na civilização européia, dentro de uma perspectiva evolutiva. A noção de progresso, como apreensão da história, inseriu uma gama de valores em sua realização. Teríamos contribuições específicas, no entanto, haveria civilizações umas mais outras menos importantes.

O Império Romano foi importante até o século XVIII, voltando a se tornar objeto de estudo no final do século XIX e início do XX, associado à idéia de crise e decadência. A historiografia utiliza manuscritos de autores que colocam Roma como símbolo de decadentismo. Estes vêem uma destruição da política por má administração e abuso de poder do *princeps*. Tácito condenou explicitamente, em vários momentos, a tirania exercida por Tibério, Caio César, Cláudio e Nero. Lamentou a perda da liberdade, dizendo: "perdida a liberdade, já se não atendia senão para as vontades do príncipe" (*Anais* I, IV)³³. Apesar disso, "todos viviam satisfeitos com o presente, enquanto Augusto estava vigoroso, e conservava sua autoridade, sua família, e a paz" (Ibidem I, IV)³⁴. Havia, no entanto, o temor em relação aos possíveis sucessores de Augusto.

... Dizia-se que Tibério Nero tinha sim a gravidade dos anos e era muito bom militar, mas que se lhe enxergava toda a antiga e natural altivez da

³³ "omnes, exuta aequalitate, iussa principis aspectare, nulla in praesens formidine ..." (*Anais* I, IV)

³⁴ "... dum Augustus aetate ualidus seque et domum et pacem sustentauit" (*Anais* I, IV).

família Cláudia, havendo já dado ocasiões sobejos indícios de crueldade ... (Ibidem I, IV)³⁵.

Não podendo assegurar a prudência do soberano, Tácito defendia a concessão de poderes entre o *senatus* e o *imperator*. Mesmo vendo na constituição do ordo senatorial uma crise moral. Para ele,

nem as províncias levavam a mal esta nova ordem de governo, já de muito antes receosas do império do povo e do senado, o qual império tinha dado causa às guerras civis pela avareza dos magistrados, e pela insuficiência das leis, tantas vezes quebrantadas pela violência, pela intriga, e finalmente pelo amor insaciável de dinheiro (Ibidem I, II)³⁶.

A divisão de poderes proporcionava um estado de moderação e tranquilidade na República Romana. A narrativa tacitiana descreve a participação do senado na administração neroniana, da seguinte forma: "... as províncias do império ficariam sujeitas ao tribunal dos cônsules, pelo qual passariam os seus requerimentos aos padres. Quanto a ele, tomaria a seu cargo o comando das legiões" (Ibidem XIII, IV)³⁷.

Tácito narra a decisão do senado de eliminar a obrigatoriedade dos questores no que dizia respeito às promoções dos espetáculos de gladiadores. Política que contrariava o posicionamento de Agripina, defensora das determinações de Cláudio. Aos olhos de Tácito, prevaleceu a sensatez, ou seja, "prevaleceram os padres, que tinham sido convocados para dentro do palácio ..." (Ibidem XIII, V)³⁸ Sêneca, pelo contrário, alegava que as resoluções legitimadas por uma maioria proporcionava prejuízo ao bem público (*De Vita Beata*, I). Existem, portanto, dois universos distintos: Tácito e Sêneca. A historiografia contemporânea, majoritariamente, tenta unificar ou

³⁵ Tiberium Neronem maturum annis, spectatum bello, sed uetere atque insita Claudiaie familiae superbia; multaue indicia saeuitiae, quamquam premantur, erumpere" (*Anais* I, IV).

³⁶ "Neque prouinciae illum rerum statum abnuebant, suspecto senatus populiue imperio ob certamina potentium et auaritiam magistratuum, inualido legum auxilio, quae ui, ambitu, postremo pecunia turbabantur" (*Anais* I, II)

³⁷ "consulum tribunalibus Italia et publicae prouinciae adsisterent, illi patrum aditum praeberent: se mandatis exercitibus consulturum" (*Anais*, XIII, IV).

³⁸ "obtinuere patres, qui in Palatium ob id uocabantur ut adstaret additis a tergo foribus uelo discreta, quod uisum arceret, auditus non adimeret" (*Anais* XIII, V).

talvez aproximar a interpretação tacitiana sobre a participação, a influência e a idealização política do filósofo estóico na República Neroniana.

Tal atitude está correlacionada aos resultados partilhados pelo Ocidente, com a ascensão de regimes totalitários. A historiografia buscou, em alguns manuscritos clássicos, em especial Tácito, respostas para compreender seus conflitos e perspectivas para o futuro, tendo em vista os caminhos sinuosos pelos quais passou a sociedade democrática. A contribuição tacitiana deve-se aos efeitos perversos do pós-guerra. Permanecia ainda na memória a destruição quase completa do panorama cultural, tanto na Alemanha quanto na Rússia, após a ascensão de Hitler e Stalin. Seus valores diluíam-se em um regime que os impelia à participação política e a liberdade de expressão.

Tácito propôs uma ampliação das participações políticas no poder, ainda que fosse uma participação limitada por restringir-se a elite romana. Em contrapartida, Sêneca considerava como ideal a existência de uma República que concentrasse os poderes nas mãos do *princeps*. Aceitar a reconstrução seniquiana era conceber a produção de conhecimento fundamentado na repetição, na permanência, na simultaneidade, isto é, na sucessão sem mudança. “Os gestos sucessivos, por serem uma repetição, perdem a característica da irreversibilidade e da novidade. Cria-se uma permanência sobre a qual se articulam mudanças mais ou menos lentas (REIS, op. cit., p. 20).

Os vestígios de Sêneca simbolizavam a continuidade e a defesa de governos centralizadores, enquanto a narrativa tacitiana proporcionava-lhes demonstrar a viabilidade de uma instituição aberta à participação e ao debate político. Era uma forma de demonstrar a inviabilidade de políticas ditatoriais na história da humanidade, uma forma de não concordar com a exclusão realizada pelos Estados totalitários e conservadores.

Sabemos que o passado só é apreensível pela comparação com o presente, a única duração que o historiador pode conhecer concretamente. Há, no entanto, diferenças entre o ontem e o hoje (Ariès, 1986). O passado deve ser reconstruído, mas não será jamais reconstituído. A temporalidade é pluridirecionada, possibilita reconstruções diversas, desde que se priorize seus aspectos temporais. Um mesmo processo temporal objetivo promove uma imbricação de direções e durações nas pesquisas históricas, justamente por serem reconstruções temporais heterogêneas.

A historiografia tenta globalizar os discursos de Tácito e Sêneca. Não há, contudo, uma unidade do tempo objetivo e do tempo do conhecimento inserido em uma convergência global. Esta pressupõe a existência de um sistema de realizações homogêneas, de uma única forma de historicidade, ligando estruturas diferentes, pressupondo que as diversas fases da história possuem um centro que as constitui como fases. Assim sendo, todas as diferenças de uma sociedade podem ser reconduzidas a uma forma única, a uma coerência tranquilizadora (FOUCAULT, 1972).

Nossa intenção é demonstrar a medida e a forma do afastamento discursivo historiográfico em relação ao discurso seniquiano, descrevendo os diferentes espaços da dimensão. Como enfatizou Foucault,

uma formação discursiva (...) é antes um espaço de dimensões múltiplas, é um conjunto de oposições diferentes cujos níveis e papéis devem ser descritos (...) Trata-se (...) de demarcar em uma prática discursiva determinada, o ponto em que elas se constituem, de definir a forma que assumem, as relações que têm entre si e o domínio que elas comandam (FOUCAULT, op. cit., p. 192).

Um Balanço Historiográfico: Sêneca e o Ideal Senatorial.

Faremos um balanço historiográfico sobre a relevância de Sêneca como construtor do ideal senatorial, que garantia a concessão de poderes entre o *senatus* e o *princeps*. A aristocracia romana, em meados do século I d. C., constrangia-se em aceitar um poder centralizado, tentava, normalmente, estabelecer limites à abrangência deste poder. Tratava-se de defender a continuidade dos privilégios do *ordo* senatorial, garantindo que o príncipe adotasse um conjunto de valores fundamentado na legalidade e na liberdade como manutenção da *praxis* desta prerrogativa.

Após o término das guerras civis, que assinalaram a fase final da República, constata-se uma ideologia oficial apresentada no documento redigido por Augusto, *Res Gestae*. Augusto, oficialmente, instaurou a paz romana em um mundo dilacerado pelas lutas internas. Teoricamente, não requisitou nenhum poder extraordinário: "limitou-se a assumir um certo número de magistraturas tradicionais, depois de um golpe de cena magistral devolvendo ao Senado todo o poder, em 27 a. C". (CORASSIN, 1999, p. 276). No seu documento afirmou:

Durante o meu sexto e sétimo consulado depois de ter feito acabar as guerras civis, tendo assumido o supremo poder por senso universal, transferi o governo da república, passando-o da minha pessoa às mãos do senado e do povo romano (AVGVSTI, RG, 34)³⁹.

Augusto foi minucioso e cuidadoso ao mostrar que não era superior em *potestas* mas em *auctoritas*. Considerava, aparentemente, a assembléia depositária dos poderes. Percebemos, nesse sentido, um esforço oficial concentrado em

³⁹ "In consulatu sexto et septimo, postquam bella civilia extinxeram, per consensum universorum potitus rerum omnium, rem publicam ex mea potestate in senatus populique Romani arbitrium transtuli" (AVGVSTI, RG, 34) Na acepção de Braren: "Tanto para Augusto quanto para Sêneca, o soberano deve permanecer em eterna elevação para ininterrupta admiração de seus subordinados, o que era alcançado, sobretudo, através da nobreza de seus valores. Na verdade, para Augusto, a principal preocupação era assegurar a unidade do Império por meio de um liame que o mantivesse indissolúvel. Para Sêneca, o principal objetivo era conservá-lo e introduzir-lhe conteúdo e razões de permanência" (BRAREN, 1985, p. 44).

demonstrar a continuidade do poder senatorial, mesmo sendo uma ficção⁴⁰. Em outras palavras, a propaganda imperial empenhava-se em considerar o *princeps* como depositário de um patrimônio pertencente coletivamente ao *Populus Romanus*.

Sabemos, no entanto, que os imperadores concentravam grandes poderes, embora não fossem reverenciados como reis. Havia, então, um esforço administrativo direcionado a uma maior centralização, quer dizer,

o imperador passou a acumular todos os poderes apesar de continuarem a existir os órgãos administrativos da República. [Este] era reverenciado e adorado como um dos deuses romanos, daí sua enorme autoridade, derivada também do temor que inspirava (FUNARI, 2001, p. 90).

Deparamo-nos com a existência de um conflito institucional. Por um lado, o *imperator* necessitava manter seu poder pessoal centralizado, sem qualquer resistência. O *senatus*, por outro lado, procurava recuperar o monopólio político perdido. Nas palavras de Veyne, os senadores “más orgullosos, los jefes de la “oposición estoica”, hacen lo mismo que los demás; mientras pueden protestar sin poner sus vidas en peligro, lo hacen” (VEYNE, 1995, p. 43). É neste ambiente de disputa que a historiografia contemporânea, majoritariamente, coloca Sêneca como o propulsor da *diarquia*⁴¹. Esta abordagem, portanto, leva-nos a iniciar a discussão com as assertivas de René Waltz, autor que principia o século XX.

⁴⁰ A República, de Cícero baseava-se “na idéia de um governo capaz de combinar simultaneamente os princípios aristocráticos, democrático e monárquico, partilhado entre o Senado, Povo romano e cônsules eleitos, continuava aparentemente a vigorar em Roma: o príncipe recebeu os poderes do Senado, que continuava como depositário do poder a ser transmitido pelo imperador” (CORASSIN, 1999, p. 276)

⁴¹ Na acepção de Petit, a *diarquia* destaca “a divisão de direitos, desigual como nas províncias, o senado conservou o que era ao mesmo tempo o mais teórico e o mais perigoso, a investidura, isto é, o poder de designar em princípio, o que, na realidade, era o poder de reconhecer legalmente o senhor do Estado” (PETTIT, 1989, p. 118)

No livro *Vie de Sénèque*, Waltz traça uma biografia do filósofo. Em sua concepção, nem os autores antigos, nem muito menos os modernos⁴² atinaram com a pertinência das funções de Sêneca na política neroniana. Tácito, embora seja o formulador de um retrato mais exato e mais completo desta época, cometeu dois erros: relegou a um segundo plano a atuação de Sêneca como ministro de Nero⁴³ e empreendeu, em suas análises, juízos de valor. Isto é,

comme maraliste (et pour Tacite la valeur des gens dépend surtout de leurs mœurs), il est choqué de ses fautes, de ses faiblesses vraies ou probables, et lui pardonne malaisément d'avoir si souvent prêté le flanc à la censure (Ibidem, p. 16).

Mesmo criticando asperamente a interpretação tacitiana, Waltz, penetra em sua teia narrativa e cronológica como base de sustentação e argumentação sobre Sêneca. Segundo o autor, existe uma evidente divisão alicerçada na carreira do filósofo; Waltz desmembra-a em dois grandes momentos: após o retorno do exílio, mais ou menos aos quarenta e cinco anos, desenvolveu trabalhos como advogado, escritor e filósofo; não apresentava, neste período, um papel relevante nos bastidores políticos; no segundo momento, Sêneca por meio de Agripina teve acesso a casa imperial, tornou-se preceptor, e logo mais, conselheiro e ministro de Nero. Manteve-se por sete ou oito anos dirigindo o espírito do jovem monarca, administrando e ditando, em quase todas as ocasiões importantes, sua conduta e seus discursos (Ibidem, p. 03).

O autor vê com significância a atuação seniquiana, abrindo um subcapítulo denominado "*Caractère général du gouvernement de Sénèque*". Nero tornou-se um elemento evasivo, sem força, enquanto, Sêneca representava a imagem e o poder do soberano. Foi, explicitamente, simbolizado pela idéia de um bom governante. Tratava-

⁴² Refere-se a autores modernos como Diderot, C. Pascal e Ranke. Ele afirma: "Les modernes ont souvent été moins indulgents: à côté du panégyrique effréné d'un Diderot, plus préjudiciable qu'utile à la cause qu'il veut défendre, les appréciations pondérées des véritables historiens sont pour la plupart défavorables au philosophe-ministre" (WALTZ, 1909, p. 11-12).

⁴³ Waltz diz: "Sénèque demeure une figure d'arrière-plan. Il apparaît de loin en loin comme conseiller ou auxiliaire du prince, nous sommes avertis qu'il l'inspire sans cesse; nous n'avons pas une fois sous les

se do resultado de uma política pautada no equilíbrio e na paz, que correspondia à perpetuação da tradição do *quinquennium neronis*⁴⁴. O imperador Trajano era a testemunha de maior autoridade. Segundo Waltz, Trajano repetia, insistentemente, que o início do principado neroniano foi a *"plus belle période de l'Empire"*. Foi preciso reunir os discursos proferidos pelos grandes Antoninos que declararam, quase diretamente, inspirarem-se "dans l'exercice du pouvoir de l'illustre exemple laissé par le gouvernement de Sénèque et qu'il eut le sentiment d'en reprendre la tradition (Ibidem, p. 243).

A *belle époque* deve-se ao regime conciliador adotado pelo filósofo. Este teria propugnado o principado da diarquia, isto é, uma fusão híbrida e transitória entre a República e a Monarquia. Waltz faz a seguinte observação: "... est pour lui une forme pratique de gouvernement, parfaite pour l'époque et pour le monde romain, qu'il s'efforce de réaliser pleinement et de rendre stable" (Ibidem, p. 257)⁴⁵. O novo governo fundamentava-se em uma divisão de competências entre o príncipe e o senado:

ils partageaient ensemble la mission de représenter le peuple, d'administrer ses affaires, et devaient coopérer constamment. Loin d'affecter l'aspect de la monarchie, la puissance suprême se présentait sous la forme d'une dualité ou, comme on l'a dit, d'une dyarchie (Ibidem, p. 249).

yeux le ministre dirigeant aux prises avec toutes les besognes et toutes les difficultés de sa fonction" (Ibidem, p. 08-09).

⁴⁴ O *quinquennium Neronis* os cinco primeiros anos do principado neroniano, tornaram-se inesquecíveis pela predominância da ordem e justiça. O termo, no entanto, não deve ser tomado ao pé da letra. "En réalité, le calme ne s'établit, on ne commença à jouir d'une direction régulière, qu'au sortir de la crise de 55; mais la période de tranquillité, de progrès, de bien-être qui s'ouvre alors s'étendit jusqu'en 62, date de la mort de Burrus et la disgrâce de Sénèque" (Ibid. p. 242). Consultar: (THORNTON, 1973, p. 572-582).

⁴⁵ Segundo Waltz, o ideal seniquiano consistia em harmonizar-se com os preceitos proferidos pela doutrina de Augusto: "les savantes combinaisons du fondateur de l'Empire avaient eu justement pour objet d'effectuer cet alliage du dogme républicain et de l'institution monarchique qui caractérise les vues du philosophe. Auguste, on le sait, avait eu le tort et l'habileté de ne pas définir le gouvernement fondé par lui, de ne pas poser d'assises constitutionnelles au régime qu'il inaugurerait. Donner l'illusion que le principat n'était qu'une modification, qu'une adaptation aux circonstances de la forme républicaine" (Ibidem, p. 247).

O termo diarquia é expressivo, embora, seja inteiramente injusto. Para Waltz, “le Sénat n’a jamais eu, même dans l’esprit d’Auguste, une autorité égale à celle de l’empereur” (Ibidem, p. 249). Sêneca, no entanto, pretendia restituir um principado, em sua primitiva e verdadeira forma, designado por um governo liberal, proferindo o respeito aos indivíduos e às instituições. Ou seja,

qu’on donnât au Sénat une puissance et une indépendance effectives; que, sans renouveler les erreurs de l’époque républicaine, on restaurât dans le corps de l’État le maximum de liberté compatible avec le maintien de l’ordre: tant que rien n’altérerait le train régulier des choses, Rome serait prémunie contre la tyrannie (Ibidem, p. 251).

Sêneca anunciou, então, o governo sob os auspícios dos direitos tradicionais do Senado, quer dizer, o reconhecimento de uma divisão precisa de poderes entre o *princeps* e a assembléia. Segundo Waltz, as atividades militares e as relações exteriores estavam sob as ordens do monarca, enquanto o senado responsabilizava-se pela administração e pela justiça civil na Itália e nas províncias imperiais (Ibidem)⁴⁶.

Como podemos notar, há uma excessiva idealização sobre a participação do filósofo como construtor de uma política moderadora. Em muitos trechos, detectamos análises tendenciosas em que Sêneca é considerado o agente de equilíbrio, o ordenador da paz, a fonte de inspiração e sustentação de Nero que, por si próprio, teria, desde o início, tornado Roma um centro de anarquia generalizada.

Seguindo uma proposta bem diferenciada, Eugen Cizek interpreta Sêneca como “l’un de ces “conseillers de la Renaissance”, souvent sans scrupules, pour qui but justifiait les moyens” (CIZEK, 1982, p. 101). Para o autor, o filósofo, em diversos momentos como, por exemplo, no assassinato de Britânico, ocultou e declarou a inocência de Nero. Neste episódio, Cizek assere: “la version de la crise d’épilepsie

⁴⁶ A justiça criminal, segundo Waltz, ficava a cargo das duas competências, o *princeps* e o *senatus*. O tesouro público, o *aerarium Saturni*, era administrado pelos senadores. Havia também um *fiscus* particular para o imperador, assim como o *aerarium* militar (Ibidem, p. 254).

demeura la version officielle. Sénèque s'y rallia, proclamant bientôt Néron totalement innocent dans cette affaire. Une active propagande officielle fit le rest" (Ibidem, p. 54)⁴⁷.

Além disso, Cizek prioriza a autonomia política de Nero. Encontramos, no cerne desta interpretação, uma forte crítica a autores que posicionam o jovem monarca como um "fantoche" nas mãos de seus conselheiros e Agripina. Cizek não nega a forte predominância de Sêneca e Burro, mas acentua o interesse do *princeps* por seus negócios, muito embora o filósofo fosse responsável pela redação de seus discursos (Ibidem, p. 103). Como exemplo de dominação, Nero manteve um controle expressivo nas eleições dos magistrados, obteve benefícios ao diminuir o poder do tribuno da plebe, mesmo que encorajado pelos senadores (Ibidem, p. 95-96).

Na mesma obra, o autor propõe o surgimento de um novo valor sócio-cultural caracterizado pela orientalização do universo romano. Nero teria seguido, no decurso de seu governo, duas estratégias diferentes, mas, direcionadas por uma única inspiração: "la doctrine antonienne et son culte de la vertu royale et hellénistique" (Ibidem, p. 84-85). Quer dizer, o Império seria simbolizado segundo o modelo helenístico; no entanto, manteria-se a unidade dos romanos, respeitando as tradições italianas, no primeiro caso, ainda que a criação do novo código sócio-cultural, no segundo caso, colocasse em desordem as antigas instituições. Citemos as palavras de Cizek *in extenso*:

les mœurs traditionnelles romaines, on le sait, répugnaient à la divinization (...) Déjà en 55, à la suite du retrait des Parthes d'Arménie, le Sénat avait fait installer une statue de Néron dans le temple de Mars le Vengeur, le dieu de la guerre (...) Peu à peu, le nouveau code socio-culturel se mettait en place (Ibidem, p. 87).

⁴⁷ Jean-Michel Croisille propõe que Britânico possa ter sofrido, possivelmente, uma morte natural. Na Antigüidade os venenos capazes de provocar uma morte instantânea, "du genre des cyanures, n'étaient pas utilisés; les plus rapides semblent avoir été l'acide oxalique ou la strychnine qui agissent au plus vite en une vingtaine de minutes" (CROISILLE, 1994, p. 66).

A helenização baseava-se, de acordo com Cizek, em um sistema teocrático, isto é, o *imperator* tinha como missão representar os deuses e administrar o mundo terreno. A divinização, contudo, não era absoluta. O soberano devia respeitar e praticar a virtude, a *uirtus* real. Tratava-se de um “*dieu bienfaisant de l’univers*”, en même temps qu’il en est le roi absolu (Ibidem, p. 90). Dentro desta perspectiva, Nero era o novo Apolo, o novo Sol reinando acima do mundo romano e helenístico. Sêneca retratou a metáfora solar, embora fosse consciente da repugnância dos romanos aos mitos orientais, colocou Apolo no centro da teologia solar de Nero. Reintroduziu, discretamente, a mística antonina. Assim, Apolo-Febo “n’est pas seulement le dieu des vainqueurs d’Actium, où Octavien-Auguste écrasa Antoine, il devient aussi le protecteur de la royauté cosmique de Néron, lequel devra vivre plus longtemps que Nestor (Ibidem, p. 107).

Havia também uma associação da imagem de Augusto com Nero, sancionada a partir do discurso-programa pronunciado pelo jovem monarca ao *senatus*. Tratava-se de um programa que determinava o exercício do poder entre o *imperator* e a assembléia, isto é,

... l’exercice de la justice ne serait plus le fait de la seule maison du prince, que le pouvoir des affranchis serait ramené aux domaines personnels de l’empereur, que la vénalité dans l’administration serait combattue, que l’autorité du César serait limitée, enfin que les sénateurs et les magistrats recouvreraient leurs anciennes prérogatives touchant au contrôle de l’Italie et des provinces sénatoriales (Ibidem, p. 91)⁴⁸.

Tais prerrogativas são, certamente, secundárias. As concessões senatoriais não enfraqueceram o absolutismo imperial, continuando sob o controle do príncipe o domínio da cúria, da Itália e das províncias senatoriais. Aos olhos de Cizek, “il décide de se départir de la politique de clémence et de conciliation, relativement prosénatoriale,

⁴⁸ Essa interpretação tacitiana manifestou-se, sobretudo, nos primeiros anos do principado neroniano. Esta tradição proporcionou uma continuidade nas fontes antigas como Aurelius Victor que indica o término do *quinquennium neronis* com a morte de Agripina. Ou seja, “elle n’ en reflète pas moins une opinion fréquente dans les sources de l’ historien: la conviction que le règne de Néron a eu as période positive” (Ibidem, p. 93).

prônée par Sénèque et Burrus” (Ibidem, p. 92). Nero estava evitando combater, ao mesmo tempo, duas frentes: de um lado, os opositores do senado, de outro lado, Agripina e os partidários de Cláudio (Ibidem, p. 60-61).

A alusão à diarquia, portanto, foi uma ficção destinada a camuflar a monarquia absoluta. Na concepção de Cizek, Nero:

s'efforça d'entretenir de bons rapports avec le Sénat, déclinant les honneurs que celui-ci voulait lui rendre, sous le prétexte qu'il les jugeait excessifs. De même, ce n'est que progressivement qu'il fit valoir ses prérogatives impériales (Ibidem, p. 94).

Havia, portanto, um eminente esforço em agradar os senadores para manter seu liberalismo sob uma fachada⁴⁹, dando a sensação de autoridade ao *senatus*⁵⁰. Em outras palavras, “his repeated gestures of respect and submission to senatorial authority are the more notorious since they were performed in an atmosphere of increasing senatorial adulatio” (RUDICH, 1993, p. 05).

Sêneca, no entanto, recebeu com entusiasmo o novo governante, caracterizou-o na *Apocolocyntosis* como o retorno à idade de ouro. Esta sátira menipéia foi, provavelmente, uma resposta à memória de Agripina e de seu proselitismo claudiano (CIZEK, op. cit., p. 99)⁵¹. Segundo Cizek, a mãe de Nero desejava:

⁴⁹ Compreendemos o conceito fachada, assim como foi formulado por Erving Goffman. Observemos: “... parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou, inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (GOFFMAN, 1983, p. 29).

⁵⁰ Jean-Michel Croisille propõe o seguinte quadro: sob a influência de Sêneca, Nero, manteve as prerrogativas senatoriais. “Cette réaction va se poursuivre pendant les cinq premières années du règne, mais elle sera éphémère: après 60 e surtout après 62, avec l'effacement du vieux maître de l'empereur, on remarque un changement très net, dont une dévaluation monétaire d'une part, les tendances modernistes et orientalisantes du prince de l'autre, sont les principales manifestations, au grand dam de l'opposition sénatoriale, incarnée par Thræsa Paetus” (Croisille, 1994, p. 12-13)

⁵¹ Croisille interpreta, tanto a *Apocolocyntose* quanto o discurso do trono, sob duas óticas. Vejamos: “... on retire ainsi l'impression d'une volonté de retour aux sources augustéennes de l'Empire, avec la limitation du pouvoir impérial et de l'influence des affranchis, le rétablissement des prérogatives du sénat en Italie et dans les provinces (...) Quant à l'opinion publique, notamment dans les basses classes de la société, en faveur desquelles Claude avait pris des mesures populaires, on influe sur elle en opposant à

... asseoir et l'autorité de Néron et la sienne propre. Aussi entretient-elle avec un grand zèle de culte de Claude (...) C'est elle également qui oblige Néron à prononcer l'oraison funèbre de l'empereur et à organiser urbi et orbi des cérémonies en sa mémoire (Ibidem, p. 98).

Na tentativa de eliminar o poder de Agripina, o *imperator* apoiou-se em Sêneca e Burro. Fez concessões e compôs, certamente com moderação, o liberalismo (Ibidem, p. 97). O filósofo condenou a política de Cláudio, vertendo-a em versos satíricos: as práticas judiciárias, as repressões brutais, a tolerância aos cultos orientais e a complacência às províncias, sobretudo, aos libertos.

Sêneca difundiu a imagem de que Nero "a rétabli la légalité et d'appeler l'empereur, dont il loue le libéralisme, et la classe politique à la réconciliation" (Ibidem, p. 107). Houve uma conciliação com tradições romanas, ou seja, a autonomia dos senadores com a teologia solar, aproximando-se da doutrina antonina. Segundo as elucubrações de Cizek, Sêneca:

d'une part, il idéalise le prince régnant; d'autre part, il propose une théorie du monarque idéal. Tout en s'efforçant d'intégrer à la royauté nouvelle et modérément antonienne de Néron les aspirations populaires et les exigences des sénateurs traditionalistes (...) En effet, pour Sénèque comme pour Néron, la monarchie ne saurait être autre chose qu'une démocratie royale: une royauté (Ibidem, p. 108)⁵².

A sustentação da "democracia real" tinha como base a clemência, sinônimo de *libertas*, tanto para o monarca, quanto para os súditos. A liberdade do *imperator* não era marcada pela obsessão à revolta, nem os cidadãos eram, tampouco, submetidos à repressão, estavam estes alicerçados na justiça, na paz e na dignidade. Havia, portanto, um ideal a atingir: adotar o mensageiro dos deuses, segundo as leis não

la caricature grotesque de Claude l'image radieuse du jeune Néron. C'est encore dans l' *Apocoloquintose* que Néron est présenté comme le protégé d' Apollon et sa destinée, sur le fuseau des parques, revêt la forme d'un fil d'or" (Ibidem, p. 32).

⁵² Para Cizek, o *Apocoloquintose* é endereçado aos senadores. Somente no *De Clementia*, Sêneca esboçara suas concepções política. Vejamos: "Aussi l'ouvrage s'adresse-t-il moins à Néron qu'à l'aristocratie sénatoriale, à laquelle le philosophe demande de soutenir le nouveau règne. Ce n'est que

escritas do reinado antonino e helenístico. Este era o ideal determinado por Sêneca, o modelo à imitar (Ibidem, p. 110).

Esta alternativa significava reconciliar o inconciliável. Nero “voulait une autocratie franche, à la mesure de sa mégalomania”. Logo, o projeto político de Sêneca de harmonizar o diálogo entre César e o Senado diluiu-se, quando a classe senatorial foi reduzida a condição de “domestiques d’élite au service d’un monarque oriental” (Ibidem, p. 134). Tornou-se, então, evidente a hostilidade da corrente senatorial, caberia ao *imperator* rever sua estratégia e tática.

Le compromis tant cherché par Sénèque – ménager les sénateurs et les riches chevaliers, préserver leurs positions économiques et leurs privilèges, respecter leur sensibilité – ce compromis, Néron doit le jeter par-dessus bord. Et la clementia du souverain-philosophe aussi (Ibidem, p. 134).

Cizek interpreta a atuação política de Sêneca de maneira mais comedida. Nero, desde o princípio, teria regulamentado um sistema de valores para inibir “le pouvoir sénatorial et l’empêcher de faire pression sur le regime” (Ibidem, p. 143), ainda que o filósofo tivesse pretendido harmonizar a monarquia helenística do *imperator* com as pretensões da aristocracia tradicionalista, ou seja, preservar os interesses do Senado, garantindo uma certa liberdade de expressão⁵³.

Pierre Grimal, por outro lado, opta pela reconstrução de um *princeps* menos autônomo, mais dependente das ordenações políticas seniquianas. Sêneca “devait lui servir d’instrument dans le conquête du pouvoir” (GRIMAL, 1991, p. 107). No período, por exemplo, em que redigiu o *Apocoloquintose* não foi senão o substituto de Nero.

plus tard, avec *De Clementia*, son dialogue sur la clémence, que Sénèque va véritablement marquer ses préférences et exposer ses conceptions politiques” (CIZEK, op. cit., p. 108).

⁵³ Sêneca, advogado da monarquia, teria, segundo Rudich, “forced his audience back to reality from the realms of rhetoric and illusion, thereby exposing the hypocrisy of the entire Augustan political arrangement” (RUDICH, op. cit., p. 14).

Este era, ainda, inexperiente para compor um discurso calculado, sábio e tradicional, que atingisse um público ávido por uma bela linguagem (Ibidem, p. 110)⁵⁴.

Como agente do novo poder, Sêneca quis remodelá-lo, seguindo os passos de Augusto. Havia uma promessa, nos discursos de Nero, em "rétablissement de la dyarchie instituée par Auguste, le partage des attributions entre le Prince, essentiellement imperator, chef militaire, et le Sénat, qui reprendrait ses antiqua munia, ses fonctions administrative suprême ..." (Ibidem, p. 111-112).

O retorno à tradição de Augusto teve como sustentáculo Agripina. Esta "représentait cette légitimité augustéenne qu'avait incarnée longtemps la personne de Germanicus, et qui demeurait attachée à son souvenir" (Ibidem, p. 113). Agripina eliminou a sucessão dos filhos de Cláudio e apresentou Nero aos senadores, "en promettant qu'il suivrait une politique différente de celle du nouveau dieu" (Ibidem, p. 114). Àquele bufão representado na *Apocolocyntosis*⁵⁵.

Como colaborador, Sêneca quis atingir a opinião pública, ridicularizando não somente o defunto, como também "les rumeurs inquiétantes qui circulaient, de préparer dans les meilleures conditions la prise du pouvoir et les premiers jours de l'Empereur Néron" (Ibidem, p. 115). Além de escarnecer a figura de Cláudio, o filósofo expressou os primeiros rumores da teologia solar, isto é, o jovem monarca foi simbolizado como sendo o novo Apolo (Ibidem, p. 115)⁵⁶. Na acepção de Grimal, "Apollon, dieu augustéen

⁵⁴ Grimal não constata hipocrisia de Sêneca ao comparar *Consolação a Políbio* e *Apocolocyntose*. Na primeira, Cláudio é o *princeps*, enquanto, na segunda, não passa de um pobre homem. Para ele, "s'il avait pu un moment espérer que Claude suivrait une politique favorable aux aspirations du sénat, avait dû constater que cet espoir ne s'était pas réalisé. Aussi ne pouvait-il éprouver le sentiment d'avoir des obligations ni politiques ni personnelles envers l'empereur défunt" (GRIMAL, 1991, p. 107).

⁵⁵ Em uma proposta diferenciada, Griffin, "...seeing in the ridicule of Claudius deification a serious attack on Agrippina, organizer and priestess of the cult, or on Britannicus, whose claim to the throne, it is suggested, had unexpectedly profited more than Nero's from his father's divinity (...) Nothing here is sacred – except Nero" (GRIFFIN, 1976, p. 131).

⁵⁶ A apresentação de Nero como deus solar foi empreendida desde o seu nascimento. Grimal afirma: "... dans la famille même de Germanicus, était né un enfant que la volonté divine avait marqué du signe royal: prince solaire, il était ainsi prédestiné à régner sur l'Égypte, donc, sur l'univers romain, puisque le

par excellence, apparaît ici comme le héraut précurseur du Soleil. Du même coup se trouvait rattachée au thème central de la nouvelle politique – le retour à Auguste (Ibidem, p. 118)⁵⁷.

No tratado *De Clementia*, Nero, inspirado por Sêneca, adotou a teoria do poder monárquico⁵⁸. O “reinado” era considerado, desde os primeiros estóicos, uma forma de virtude do sábio. O espírito real consistia em não reconhecer outra autoridade senão a Razão – o que era para a *stoa* o ideal de todo o espírito livre. Significa dizer que

la véritable royauté sera celle qui prend pour règle, comme Dieu lui-même dans l’administration de l’Univers, la Raison parfaite. A cette condition, les hommes, “animaux rebelles”, seront prêts à suivre, tandis qu’ils refuseraient de se laisser conduire par une autorité arbitraire (Ibidem, p. 127).

Esse tratado apareceu como uma tentativa de convencer a opinião senatorial a aceitar a instituição imperial como uma necessidade à monarquia neroniana. Existia uma grande viabilidade ao “tema-programa” da clemência ser aceito, especialmente, pela experiência negativa que tiveram no principado de Calígula e Cláudio. Nesse sentido, “la clemence de Néron leur sera précieuse, et ensuite parce que cette clémence apparaît, en vertu de la cohérence fondamentale des vertus, comme la garantie de toutes les autres” (Ibidem, p. 129)⁵⁹.

Prince de Rome et le maître de l’Egypte étaient confondus depuis maintenant près d’un siècle” (Ibidem, p. 116).

⁵⁷ Croisille defende a tendência a orientalização após 62, momento em que Sêneca abstêm-se do poder. Vejamos: “ Si, plus tard, Néron sera de plus en plus sensible au mythe solaire et aux prestiges orientaux, surtout égyptiens, ce sera lorsque Sénèque aura été éliminé du pouvoir, après 62, moment où le prince va subir l’influence des doctrines hellénistiques qui font du souverain un autocrate prédestiné, un cosmocrator. Pour lors, toute l’habileté de Sénèque va consister à transposer en termes romains la prédestination solaire de Néron” (CROISILLE, op. cit., p. 58).

⁵⁸ Sêneca, no mesmo tratado, emprega como tema principal de sua propaganda a idéia de clemência. Como função essencial, o soberano é responsável pela ordem e segurança pública. Nesse caso, mesmo que Nero tivesse, por exemplo, assassinado Agripina seria, ainda, clemente. Sua mãe representava um instrumento de guerra civil, então, seria razoável evitar ao preço de uma morte o sacrifício de inúmeras vidas humanas (Ibidem, p. 124).

⁵⁹ Segundo Grimal: “Sénèque sait que le regime impérial ne sera acceptable à l’élite romaine que s’il est fondé philosophiquement, si le prince est, à quelque degré, un Sage, s’il possède les vertus

Sêneca aceitou contribuir com a propaganda do novo regime, acedendo o inevitável. Desde o principado de Augusto, as idéias reais tornaram-se afluentes na política romana. Compreendeu-se que o regime do principado não poderia ser relegado, então, retornaram ao “pompeianismo” dos últimos anos da República. Buscava-se uma efetiva harmonia entre o *princeps* e a assembléia, isto é, o *Senatus Populusque Romanus* teria encontrado sua *auctoritas*. Para Grimal,

Cela, c'était l'un des aspects de l'oeuvre entreprise par Sénèque, et nous l'avons souligné. Mais Sénèque paraît bien avoir compris en même temps qu'un tel équilibre entre le Prince et le Consilium suprême de l'État, s'il fournissait d'excellente modes de gouvernement et d'administration, ne suffisait pas à satisfaire l'imagination des sujets de Rome (Ibidem, p. 132).

Sabe-se da importância em adorar o soberano como um deus. A constituição jurídica equilibrada, tendo uma dosagem de poder entre o *Consilium* e o *princeps*, satisfazia as províncias da Itália e os Romanos da vila. Esta preocupação, no entanto, não era essencial aos súditos do Egito, Grécia, Gália e Espanha, devido à ênfase dada às manifestações de devoção ao culto imperial. O Império necessitava de um deus, um imperador divino. Sêneca, em *De Clementia*, buscou integrar, dentro deste reinado novo, as aspirações populares e as exigências de um senado tradicionalista, embora estivesse impregnado pela filosofia estoicista (Ibidem, p. 133)⁶⁰. Em suma,

Si le discours prononcé par Néron au moment de l'avènement exposait le programme du Prince, dans la perspective de ses rapports avec le sénat et la dyarchie augustéenne, celui de 56 expose le programme plus ample que Sénèque a été amené à concevoir et à élaborer après un an et plus de pouvoir (Ibidem, p. 133).

fondamentales de la *sapientia*. Il se souvient, sans doute, du *clupeus uirtutis* offert par les sénateurs” (Ibidem, p. 131)

⁶⁰ Segundo Grimal, o discurso-programa de Nero foi justificado da seguinte forma: “... Dans une cité soumise à la domination d'un seul, dit Cicéron, le danger de la tyrannie est toujours menaçant, à partir du moment où la raison du roi sera troublée et ne sera plus capable de découvrir la solution juste. On comprend mieux, dans cette perspective, pourquoi l'un des premiers actes politiques de Néron, inspiré para Sénèque, fut de promettre solennellement que désormais le Prince “ne serait plus le juge unique de toutes les affaires” et que l'on distinguerait la maison de l'Empereur et l'État” (Ibidem, p. 165).

Como podemos asseverar, a historiografia aqui discutida, ainda que partilhe interpretações diferenciadas, corrobora um ponto comum: a ascendência pessoal e política de Sêneca sobre Nero proporcionou uma aproximação do *imperator* com o *senatus*. O filósofo teria sido guiado pela política de Augusto, caracterizada pelo restabelecimento da diarquia. O senado, então, estaria munido pela sua antiga *auctoritas*, isto é, haveria uma maior abertura política que propiciaria a legalidade, segurança e liberdade. O contributo, portanto, seniquiano seria como um *amicus* moderador e controlador do “despotismo tirânico” de Nero⁶¹.

Assim, terminado este diálogo historiográfico, iniciaremos a discussão sobre a centralização política propugnada por Sêneca, utilizando como fonte documental dois manuscritos: *Diui Claudii Apocolocyntosis*⁶² e *De Clementia*⁶³.

⁶¹ Temos autores como Maria Eugenia Pareti de Canessa que afirma : “Sêneca queria poner a la término a la política de persecución aristocrática. Aspiraba a ver un Senado munido de libertad y de poder, un patriciado liberado del silencio y de la inercia, una más amplia y humana interpretación y aplicación de la ley respecto de las clases más humildes y menos favorecidas (...) La defensa de la libertad consistia, por lo tanto, en tratar de impedir que el rey se convirtiese en tirano y el Senado era el cuerpo que podía actuar como elemento correctivo de las desviaciones del príncipe. Solo un príncipe que ejerciera justamente el supremo poder podía impedir que la libertad muriese”. (CANESSA, op. cit., p. 83).

⁶² Seguimos a tradução de Agostinho da Silva, contudo, modificamos alguns conceitos por não constar no original . Sêneca, L. A. *Apocoloquintose do divino Cláudio*. Trad. de Agostinho da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

⁶³ O Título do capítulo III foi inspirado no tratado *De Clementia*, de Sêneca por cremos que sintetiza a proposta do trabalho. Sêneca faz a seguinte afirmação: “Ego uitae necisque gentibus arbiter; qualem quisque sortem statumque habeat, in mea manu positum est...” (De Clem. Pr. I, 2) Daí a sugestão em optar pelo título: “A concentração de poder *in mano principis*”. Além disso, seguimos a tradução de Ingeborg Braren, no entanto, alteramos alguns conceitos por não constar no original. Sêneca, L. A. *Tratado sobre a clemência*. Trad. de Ingeborg Braren. Petrópolis: Vozes, 1990.

Capítulo III.

A Concentração De Poder In Mano Principis.

“Entre os elefantes, o chefe é o de maior estatura; entre os homens, a chefia competia, não ao mais forte, mas ao moralmente superior. O chefe era eleito pelas suas qualidades, e por isso os antigos povos viviam em perfeita felicidade, já que era impossível ao mais poderoso não ser simultaneamente o melhor. Um homem que entende o seu dever como limite rigoroso a poder, pode exercer o seu poder sem perigo para os demais”

Sêneca, Epistulae Morales.

Diui Claudii Apocolocyntosis e De Clementia.

Trabalhamos em nossa pesquisa com o pensamento político de Sêneca a partir de duas fontes primárias: *Diui Claudii Apocolocyntosis* e *De Clementia*. A primeira é uma sátira menipéia e a segunda um tratado filosófico dirigido a Nero. Estamos diante de dois gêneros distintos, ainda que partilhem um tema predominante: a teoria de um governo centralizado com um imprescindível componente humanístico caracterizado pela virtude, especialmente, a clemência. A partir dela, o soberano teria êxito no exercício do poder mantendo a sobrevivência da ordem social. O *princeps* em Sêneca era considerado “o sopro vital que arregimenta estes tantos milhares que por si mesmos nada seriam a não ser ônus e presa de guerra, se esta idéia de império lhes fosse retirada” (De Clem. III, II, 1)⁶⁴.

Diui Claudii Apocolocyntosis.

A sátira menipéia recebeu essa denominação pelo fato de o seu criador chamar-se Menipo, caracterizou-se por ser uma mistura de prosa e verso, cuja finalidade transcorria os caminhos da estética e da paródia. Era composta por historietas de tom popularesco, com fundo cômico, que criticavam as instituições ou pessoas. Vizinha da comédia, do humor, pressupunha uma atitude ofensiva, mesmo quando dissimulada: o ataque e a insatisfação perante o estabelecido foram as suas marcas indeléveis.

Este gênero literário retratava uma tradição romana em que pessoas falecidas, que ocuparam um lugar de destaque público, eram censuradas. Cláudio foi referido com muito sarcasmo, pois o título em grego, *Apokolokyntosis*, fala da transformação deste em abóbora. A narrativa, no entanto, não comentou essa metamorfose, donde sugere-nos uma depreciação de Cláudio, principalmente, pelo fato

das curcubitáceas, nos países mediterrâneos, serem sinônimos de estupidez. Logo, torna-se evidente a figura do imperador ser associada a loucura, a imbecilidade⁶⁵.

Nesse sentido, revelavam normas morais relativamente claras nas quais eram medidos o burlesco e o absurdo. A sátira requeria uma fantasia, um conteúdo que o leitor reconhecia como grotesco, e pelo menos um padrão moral implícito, sendo o último essencial, numa atitude combativa para a experiência (FREYRE, 1973). A *Apocolocyntosis*, escrita por volta de 54 d. C., após a morte de Cláudio, preenchia tais exigências. A sátira relatava a trajetória fantástica seguida pela alma de Cláudio, *post mortem*, com uma série de eventos que se realizavam em variadas localizações. Como afirmou Braren (BRAREN, 1995), a sátira foi dividida em quatro fases:

1. in terris (II, 1 - IV, 3).
2. in caelo (V, 1 - XI, 6).
3. ad Inferos (XII, 1 - XII, 3).
4. in Inferiis (XIII, 1 - XV, 2).

Sêneca iniciou o manuscrito com uma introdução histórica, forneceu-nos o assunto, a data e o local, *in caelo*, onde afluíram os eventos como se fazia, normalmente, nos trabalhos de História. Sua intenção era transmitir uma narrativa "*Nihil nec offensae nec gratiae dabitur*" (*Apoc.* I, 1). Seguia-se, no entanto, um contraste irônico ao afirmar que "se for preciso apresentar uma testemunha, dirija-se o leitor a quem viu subir Drusila aos céus: ele confirmará ter visto também Cláudio percorrer o mesmo itinerário 'passinho por passinho'" (*Apoc.* I, 2)⁶⁶. Tratava-se de um limiar entre o

⁶⁴ "ille spiritus uitalis, quem haec tot milia trahunt nihil ipsa per se futura nisi onus et praeda, si mens illa imperii subtrahatur. Rege incolumi mens omnibus una, amisso rupere fidem" (*De Clem.* III, II, 1).

⁶⁵ Miriam Griffin teceu alguns comentários a respeito do título *Apocolocyntosis*. "All the manuscripts attribute the extant work to Seneca and the character of the work does not make his authorship implausible. The title in the best manuscripts *Divi Claudii apotheosis Annaei Senecae per satiram* is a reminiscent of Dio's description of a work written by Seneca" (GRIFFIN, 1976, p. 129).

⁶⁶ "Tamen, si necesse fuerit auctorem producerem, quaerito ab eo qui Drusillam euntem in caelum uidit: idem Claudium uidisse se dicet iter facientem "non passibus aequis" (*Apoc.* I, 2).

verdadeiro e o falso, quer dizer, o leitor era conduzido por informações precisas e, ao mesmo tempo, notificado sobre a não confiabilidade da fonte, o que é incompatível com as reconstruções históricas que ajustam-se à veracidade dos fatos. Daí seu tom escarnecedor ao dizer: “ninguém quis acreditar aquilo que ele tinha visto” (*Apoc.* I, 3)⁶⁷.

A narrativa prosseguia com o diálogo entre Mercúrio⁶⁸ e Cloto⁶⁹, *in terris*, a respeito do destino de Cláudio. O mensageiro de Júpter rogava à deusa pelo rompimento da vida, indagando-a o motivo pelo qual não queria proporcionar um momento de alegria a ele e a seu povo (*Apoc.* III, 1). Seria razoável a morte de um indivíduo que “ninguém nunca pensou que ele tivesse nascido” (*Apoc.* III, 2)⁷⁰. Depois dos sessenta e quatro anos de uma vã existência, “a qual até agora viu tantos milhares de adutores ao seu redor, diante, atrás, por todos os lados” (*Apoc.* III, 4)⁷¹, Cloto deveria cumprir seu dever: “mata-o; e no trono lhe suceda um outro mais digno” (*Apoc.* III, 2)⁷².

O novo guardião de Roma era esperado com satisfação e com o compromisso de um futuro prometedor. Febo sussurrou às Parcas: “deste fio nada seja

⁶⁷ “Et illi pro tam bono nuntio nemo credit, quod uiderit uerbis conceptis affirmavit se non indicaturum” (*Apoc.* I, 3). Segundo Braren, é provável que Sêneca “tenha tido conhecimento das circunstâncias reais da morte de Cláudio e das razões pelas quais a hora verdadeira do desenlace fora postergada. Conveniente ou não, deve ter percebido os preparativos que foram feitos para Nero assumir o poder” (BRAREN, 1994/5, p. 168).

⁶⁸ *Mercurius* era visto como o mensageiro dos deuses, concedendo riqueza aos homens, como a multiplicação de rebanhos. Passou a ser honrado também como deus dos caminhos, das ruas e das viagens, como protetor dos comerciantes, mas igualmente dos ladrões e dos vigaristas. Além disso, concedia o sono através de um bastão de ouro, fechava e abria os olhos dos seres humanos, conduzindo aos Inferos as almas dos finados (SCHWAB, 1995).

⁶⁹ As Parcas eram, em Roma, as divindades do Destino; como fiandeiras, mediam a vida dos homens. Uma presidia ao nascimento, a outra ao casamento e a terceira à morte. Cloto, a mais moça, fiava o fio da vida, Láquesias determinava a qualidade e o comprimento desse fio, Átropos, com a tesoura, cortava o fio no momento oportuno e inexorável. Consultar: GRIMAL, 1993, p. 355.

⁷⁰ “nemo enim unquam illum natum putavit” (*Apoc.* III, 2)

⁷¹ “non oportet enim eum Qui modo se tot milia hominum sequentia uidebat, tot pracedentia, tot circumfusa...” (*Apoc.* III, 4)

⁷² “Dede neci, melhor uacua sine regnet in aula” (*Apoc.* III, 2). Giuseppina Grammatico, interpreta a visão e a compreensão de Sêneca sobre a competência de Cláudio, pouco crítica. O filósofo ainda guardaria rancor por ter sido desterrado pelo *imperator* (GRAMMATICO, 1999, p. 112) A mudança de governante, no entanto, causava uma instabilidade política e Nero precisava ser legitimado como *imperator* de Roma. Tratava-se de colocar no novo poder um soberano “*bien plus que la médiocre*

tirado”, quem a mim se assemelha no aspecto, na graça do rosto, também na voz, no canto. Ele um século de ouro aos oprimidos vai dar com alegria, vai quebrar o silêncio das leis (Apoc. IV, 1)⁷³. Cláudio, pelo contrário, foi retratado com uma caricatura excêntrica por difundir a imagem gloriosa de Nero como o filho de Febo, o filho de ouro⁷⁴.

Sêneca caracterizou o personagem Cláudio como um indivíduo de “estatura normal, cabelos quase brancos: “não deve ter boas intenções, pois abana continuamente a cabeça; e coxeia do pé direito” (Apoc. V, 2)⁷⁵. Nero, entretanto, foi apresentado como aquele que “desprende-se a luz do seu rosto, do cândido pescoço guarnecido de longos cabelos” (Apoc. IV, 1) ⁷⁶. A imagem horrenda de Cláudio, comparada ao belo retrato de Nero, ocorreu devido ao privilégio da beleza na cultura clássica. A graça do príncipe se traduzia em força. Sêneca, influenciado pela cultura egípcia, projetou em Nero, “a beleza como poder e o poder como beleza” (PAGLIA, 1992, p. 64). Portanto, o elogio do encanto daquele que traria a harmonia para os romanos, desgastados com a tirania e a insensatez de imperadores como Calígula e Cláudio, era mais do que uma simples apreciação estética. Tratava-se da promessa de um bom governo.

Diante de tais expectativas, Lâquesis, “que tinha simpatia para com a personagem tão bela, contentou-o plenamente, dando por sua parte a Nero como

personne du défunt, c'est une conception renouvelée de l'empire qui se dégage de cette satire débridée” (CROISILLE, 1994, p. 32).

⁷³ “Ne demite, Parcae, Phoebus ait; uincat mortalis tempora uitae ille mihi similis uultu similisque decore, Nec cantu nec uoce minor. Felicia lassis saecula praestabit legumque silentia rumpet” (Apoc. IV, 1).

⁷⁴ Nas palavras de Alain Moreau, Febo: “é o deus da harmonia e da luz. A identificação com o sol, que ao longo dos séculos ora se afirmava nitidamente, ora permanecia subjacente, se exprime sem reservas no discurso que Ovídio atribui a Pitágoras (XV, 191ss). Do apolitismo augustino, a representação do deus escorrega para uma teologia solar que os sucessores de Augusto desenvolvem (...) Apolo tornou-se a figura luminosa, harmoniosa, perfeita para sempre no nosso inconsciente cultural” (MOREAU, 1997, p. 77).

⁷⁵ “...bonae staturae, bene canum; nescio quid illum minari, assidue enim caput mouere; pedem dextrum trahere” (Apoc. V, 2).

⁷⁶ “Flagrat nitidus fulgore remisso vultus et adfuso ceruix formosa capillo”. (Apoc. IV, 1)

presente ainda muitos anos" (*Apoc.* IV, 2)⁷⁷. Cláudio, por outro lado, havia sido expulso da terra e pôde somente exprimir estas palavras: "Ai de mim, acho, talvez, que me sujei". Se era verdade, não sei: o que é certo é que ele sempre sujou em qualquer lugar" (*Apoc.* IV, 3)⁷⁸. Ora, neste discurso encontramos dois componentes essenciais: a graça e o ataque. A graça ou o humor baseavam-se "na fantasia ou num senso de grotesco ou absurdo, a outra destina-se ao ataque. O ataque sem humor, ou pura denúncia, forma um dos limites da sátira" (FREYRE, 1973, p. 220). Dada tais circunstâncias, o personagem Cláudio foi de modo severo ridicularizado, conseguia exprimir-se somente pelo ânus, isto é, "depois de ter soltado um som, mais alto do que de costume, pela parte do corpo com que se exprimia mais eloquência" (*Apoc.* IV, 3)⁷⁹.

Na segunda fase, *in caelo*, discutia-se sobre a possibilidade de Cláudio, já morto, tornar-se deus ou não. O personagem Augusto condenou a possibilidade da deificação de um homem, que em vida não teve nenhum tipo de escrúpulos, um indivíduo com características viciosas e ridículas. Foi um governante tirânico, semelhante a Calígula. Augusto reprovou-o com o seguinte discurso:

e sempre perseguiste o teu predecessor Calígula, também depois de morto. Calígula matou o sogro; Cláudio também o genro. Calígula não quis que o filho de Crasso fosse chamado Magno; Cláudio lhe devolveu o nome, mas lhe tirou a vida (*Apoc.* XI, 2, 3)⁸⁰.

Como podemos observar, o divo Augusto criticou com ferocidade os assassinatos cometidos contra a aristocracia e satirizou a ingenuidade dos deuses em querer divinizar Cláudio, um sujeito regido pela demência, incapaz de ordenar o próprio pensamento. Teriam um deus "*nec cor nec caput habet*" (*Apoc.* VIII, 1), isto é, uma divindade desprovida de razão e do dever ao bem público, uma obrigação regida pela comunidade de imortais e mortais. Cláudio foi o modelo *in terris* de um soberano

⁷⁷ "At lachesis, quae et ipsa homini formosissimo faueret, fecit illud plena manu, et neroni multos annos de suo donat" (*Apoc.* IV, 2)

⁷⁸ "Vae me! puto, concacauit me". Quod na fecerit nescio. Omnia certe concacauit" (*Apoc.* IV, 3).

⁷⁹ "Cum maiorem sonitum emisisset illa parte Qua facilius loquebatur" (*Apoc.* IV, 3)

⁸⁰ "C. Caesarem non desiit mortuum persequi. Occiderat ille socerum: hic et generum. Gaius Crassi filium uetuit magnum uocari: hic nomen illi reddidit, caput tulit" (*Apoc.* XI, 2, 3).

conduzido por trajetórias que se distanciavam de uma política humanitária fundamentada na clemência, entre outras. Augusto questionou, portanto, o senado celestial:

‘vos quereis fazer deste sujeito um deus?’ Ele tem tal físico, que parece ter nascido para enfurecer os deuses ... Em suma, se ele proferir três palavras, uma depois da outra, torna-me-ei seu escravo. Um deus ... e quem poderá adorá-lo? Quem terá confiança nele? Se criardes deuses como este, ninguém acreditará que vós mesmos sois deuses” (*Apoc.* XI, 3, 4)⁸¹.

O divo propôs, depois dessa arguição, a condenação de Cláudio sem ser julgado, e que fosse “levado daqui quanto mais cedo: saia dos céus no máximo dentro de um mês; para deixar o Olimpo: três dias” (*Apoc.* XI, 5)⁸². A asserção foi aceita e o senado celestial impediu-o de torná-lo deus. Mercúrio é incumbido de levá-lo até os Inferos, “... onde - dizem - ninguém nunca voltou” (*Apoc.* XI, 6)⁸³.

Cláudio e Mercúrio, *ad inferos*, vislumbraram o enterro que se seguia pela via Sacra. Perceberam uma contagiosa emoção, “todo o mundo estava alegre, em festa: o *populus romano* passeava sentindo-se livre” (*Apoc.* XII, 2)⁸⁴. No hino fúnebre cantavam: “chorai o grande que celeremente mais do que os outros sabia processos estudar, uma só parte ouvindo, também nenhuma” (*Apoc.* XII, 3)⁸⁵. Temos duas situações que se complementam: o retrato de um *princeps* injusto, que aplica a pena capital sem julgamento e um povo em estado de júbilo, por estar livre da ira e insensatez de Cláudio.

⁸¹ “Hunc nunc deum facere uultis? Videte corpus eius dis iratis natum. Ad summam, tria uerba cito dicat, et seruum me ducat. Hunc deum quis colet? Quis credet? Dum tales deos facitis, nemo uos deos esse credet?” (*Apoc.* XI, 3, 4).

⁸² “...nec illi rerum iudicandarum uacationem dari, eumque quam primum exportari et caelo intra triginta dies excedere, Olympo intra diem tertium” (*Apoc.* XI, 5).

⁸³ “Vnde negant redire quemquam” (*Apoc.* XI, 6).

⁸⁴ “Omnes laeti, hilares; *populus romanus* ambulabat tanquam liber” (*Apoc.* XII, 2)

⁸⁵ “Iura securis tremere oceanum. Deflete uirum quo non alius potuit citius discere causas, vna tantum parte audita, saepe et neutra” (*Apoc.* XII, 3)

Cláudio deparou-se, *in inferiis*, com uma multidão ululante; todos aqueles que sofreram opressões sob seu jugo, chamavam-no de monstro cruel, por ter causado a morte de senadores e cavaleiros romanos (Apoc. XIII, 6). Foi levado, em represália, ao tribunal de Éaco, e sendo “um homem justo, pronuncia o veto e condena o réu, depois de ter ouvido somente a acusação...” (Apoc. XIV, 2)⁸⁶.

Como punição, foi designado a “brincar com os dados, mas usando um copo sem fundo. E Cláudio começa, imediatamente: corre atrás dos seus dados que sempre lhe fogem; e não pode concluir nada” (Apoc. XIV, 5)⁸⁷. Sêneca menosprezava o hábito que o *imperator* tinha de jogar dados, principalmente, por relegar os deveres da República em decorrência do jogo e por considerá-lo uma inutilidade, um homem sábio é aquele que “tem como verdadeiro prazer o desdém dos prazeres” (*De Vita Beata*, IV)⁸⁸.

Pode-se dizer que Sêneca inaugurou um tipo específico de realismo, pois os personagens não abandonavam o cômico, relacionam-se com a coletividade a partir “de uma acomodação habilidosa ou uma singularização grotesca e reprovável; o indivíduo representado de forma realista nunca tem, em última instância, razão perante a sociedade...” (AUERBACH, 1987, p. 27). O fim de Cláudio não foi nada animador, continuou sendo, o que foi em vida, um funcionário inferior que auxiliava os inqueritos e processos especiais. Esta panfletagem foi um discurso contra a influência que os libertos tiveram no governo de Cláudio. Segundo Carcopino, os senadores ficavam presos ao poder de antigos escravos, que, guindados de um salto aos degraus do trono, cobertos de bens e honrarias, como Narciso ou Palas, por seu trabalho oculto e soberano (CARCOPINO, 1989).

⁸⁶ “Aeacus, homo iustissimus, uetat et illum, altera tantum parte audita, condemnat” (Apoc. XIV, 2).

⁸⁷ “iubet illum alea ludere pertuso fritillo. Et iam coeperat fugientes semper tesseras quaerere et nihil proficere” (Apoc. XIV, 5).

⁸⁸ “cui uera uoluptas erit uoluptatum contemptio” (*De Vita Beata*, IV, 2)

Cláudio voltou a ser escravo de seu próprio liberto, sendo entregue a Calígula, “que o dá de presente a Éaco; e Éaco o entrega ao seu liberto Menandro, para que faça dele um esbirro na instrução dos processos” (*Apoc.* XV, 2)⁸⁹. Reduzi-lo, portanto, à escravidão era evidenciar seu anonimato, um soberano sem voz, guiado por seus libertos e pelos desmandos de Messalina.

De Clementia.

I) datação:

A cronologia dos manuscritos de Sêneca oferece pouca precisão devido à fragmentação de informações. As indicações de eventos concretos como, por exemplo, o triunfo de Cláudio sob os bretões em 43 d. C., em *De Consolatione ad Polybium*, são escassos. No caso do *De Clementia*, mesmo havendo a indicação da data, houve contestações. No seguinte trecho, Sêneca afirmou:

O divino Augusto foi um príncipe meigo, se alguém começasse por avaliá-lo pelo período do seu principado. Porém, no período de perturbação geral da República, empunhou a espada quando tinha a idade que tu tens agora, tendo começado seu décimo oitavo ano de vida. Tendo passado seu vigésimo ano, já tinha enterrado o punhal no peito de seus amigos, já tinha procurado golpear traiçoeiramente o flanco do cônsul Marco Antônio e já tinha sido seu colega de proscrições (*De Clem.* III, VII, 1)⁹⁰.

Como se vê, o filósofo fez uma comparação da inocência de Nero com a perversidade de Augusto, revelando a idade tanto de um, quanto do outro; ambos teriam dezoito anos completos. O tratado teria sido elaborado, portanto, em 56 d. C.,

⁸⁹ “Adiudicatur C. Caesari. Caesar illum Aeaco donat. Is Menandro Liberto suo tradidit, ut a cognitionibus esset” (*Apoc.* XV, 2).

⁹⁰ “Diuus Augustus fuit mitis princeps, si quis illum a principatu suo aestimare incipiat; in communi quidem rei p. clade gladium mouit, cum hoc aetatis esset, quod tu nunc es, duodeuicensimum annum ingressus; uicensimum egressus annum, iam pugiones in sinum amicorum absconderat, iam insidiis” (*De Clem.* III, VII, 1).

depois da morte de Britânico que, como se acredita, teria sido assassinado por ordem de Nero⁹¹. Na acepção de Braren:

é aí que está a dúvida da questão. Após o fratricídio, há certo constrangimento em admitir que Sêneca faça elogios à inocência e afirmações de que jamais derramara sangue ou cometera um crime. Parece que a credibilidade de Sêneca fica comprometida caso não se desfaça a incongruência que existe entre texto e realidade histórica (BRAREN, 1985, p. 24)⁹².

Préchac, intencionado em solucionar esta incongruência, acrescentou no interior do próprio numeral - *duodeuicem - simum annum ingressus* – concluindo, assim, que Nero teria dezessete anos e Augusto saía de seu vigésimo ano. Desta feita, a obra teria sido redigida precedente à morte de Britânico e os eventos de Augusto estariam corretos (PRÉCHAC, *Introduction*, 1990). Griffin, todavia, não compartilhou desta interpretação. Sêneca teria cometido intencionalmente a imprecisão da idade de Augusto, com intuito de compará-lo a Nero; deste modo, a antecipação dos crimes cometidos pelo divo Augusto esclareceria a superioridade do jovem Nero (GRIFFIN, 1976)⁹³.

Grimal não observou nenhuma incoerência quanto à datação da obra, Nero tinha dezoito anos, quer dizer, “que l’on est peu après de 15 décembre 55, et avant la fin de l’année 56” (GRIMAL, 1990, p. 120). Seguindo esta argumentação, o autor acrescenta:

⁹¹ Tácito narrou o suposto assassinato de Britânico: “Nero, conhecendo daqui como era aborrecido, muito mais se inflamou no seus ódios; e porque se via igualmente perseguido pelos ameaças de Agripina, não podendo acusar o irmão de algum crime, e nem se atrevendo a mandá-lo matar publicamente, recorreu então a tenebrosas perfídias” – “Nero intellecta inuidia odium intendit; urgentibusque Agrippinae minis, quia nullum crimen neque iubere caedem fratris palam audebat, occulta molitur pararique uenenum iubet ...” (*Anais*, XIII, XV)

⁹² Consultar, para maiores detalhes: PRÉCHAC, François. *Le traité De Clementia*. In: SÊNECA, L. A. *De la Clémence*. Paris: Les Belles Lettres, 1990 - GRIMAL, Pierre. *Sénèque ou la conscience de l'Empire*. Paris: Les Belles Lettres, 1991 - GRIFFIN, Miriam T. *Seneca: a philosopher in politics*. New York: Oxford, 1976.

⁹³ Griffin propôs também que no episódio de Cina (*De Clem.* III, VII, 2), Sêneca utilizou o epíteto *senex* a um *princeps* de quarenta anos, para estabelecer um confronto entre Augusto clemente, somente quando já velho, e Nero, clemente desde sua juventude (GRIFFIN, 1976).

lorsque fut composé le *De Clementia*, Néron portait le titre de *Pater Patriae*, qu'il ne prit qu'à la fin de l'année 55 ou au début de 56. Il est donc impossible, comme l'a soutenu F. Préchac, de penser que le chiffre de 18 ans est corrompu, qu'il faut corriger le texte et admettre que le traité fut composé dans le courant de l'année 55 (GRIMAL, 1990, p. 120).

O historiador francês supôs ainda que esse livro foi um discurso pronunciado nas calendas de janeiro de 55, por ocasião das festas da *nuncupatio uotorum*, seria uma espécie de “alocução do trono”, que traçaria um programa moral de governo (GRIMAL, 1990, 122).

A data da redação do tratado foi atribuída, deste modo, subsequente ao assassinado de Britânico. Embora tenha sido considerada desapropriada dada às circunstâncias de execução do irmão e às referências à mansidão de Nero, não pareceu, entretanto, inoportuna à Braren. De acordo com a autora, não havia dúvida de que o delito tivesse acontecido, Sêneca estabeleceu, ocultamente, uma relação com o crime por meio de dois *exemplas* filtrados no *De Clementia*. Citemos *in extenso*:

como para Sêneca “...uma grande parte de homens, que poderiam ser reconduzidos à inocência” se forem perdoados, poderíamos ver nesta concessão, “fazer o mal uma única vez”, uma silenciosa e cautelosa orientação. E, de fato, depois do assassinio de Britânico, enquanto Nero permaneceu sob a influência de Sêneca, entre 55 e 59, entre o fratricídio e o matricídio, conservou-se com certo comedimento (BRAREN, 1985, p. 31).

Independentemente das especulações que circundavam a execução de Britânico e o conhecimento de Sêneca, supostamente expressos no manuscrito, o filósofo determinou ao *imperator* o direito de “árbitro de vida e morte desta gente. Está em minhas mãos a qualidade da sorte e da posição que cabe a cada pessoa. Por minha boca, a Fortuna anuncia que se reserve a cada mortal” (*De Clem.* Pr. I, 2)⁹⁴. A Nero foi concedido o mesmo ofício das Parcas que: fiavam o fio da vida, decretando a

⁹⁴ “*Ego uitae necisque gentibus arbiter; qualem quisque sortem statumque habeat, in mea manu positum est; quid cuique mortalium fortuna datum uelit, meo ore pronuntiat*” (*De Clem.* Pr. I, 2).

qualidade e o comprimento do mesmo e, quando necessário, com a tesoura, cortavam o fio no momento oportuno e inalterável. Cabia ao soberano velar pelo *populus romanus*, especialmente por ser considerado o protetor da ordem pública (*De Clem.* III, II, 3), e isto incluía a penalidade máxima, a morte (*De Clem.* III, X, 1).

Era permitido extinguir um indivíduo que intentasse contra um *rex* virtuoso⁹⁵ e, ao ser prejudicado, ultrajasse, igualmente, o interesse público. Tratava-se, então, de proteger o tutor pois “preservado o rei, todos tem um único ideal. Perdido o rei, todos rompem com o compromisso de fidelidade” (*De Clem.* III, II, 1)⁹⁶. O mau governante, entretanto, deveria ser execrado publicamente por provocar prejuízos ao cidadão, visto que

esta imensa multidão, reunida em torno de um só ser vivente, governada pelo seu espírito, dobrada pela sua razão, será oprimida e despedaçada pelas suas próprias forças se não for sustentada pela sabedoria (*De Clem.* III, I, 5)⁹⁷.

Cláudio foi *exemplum fatuum*, ou seja, um homem regido pela demência, símbolo de desgoverno. Na sátira *Apocolocyntosis*, afirmou categoricamente: “*nemo enim unquam illum natum putavit*” (*Apoc.* III, 2). O jovem Nero, todavia, representava a sustentação e o equilíbrio do Império Romano. Sêneca afirmava que ele: “*animus rei publicae tute es, illa corpus tuum, uides, ut puto*” (*De Clem.* III, III, 1).

⁹⁵ Os romanos não admitiam a idéia de possuírem um rei como governante, um exemplo disso foi o assassinato de César pelos senadores, justificado pelo fato de a vítima almejar tal estatuto. Isto pouco adiantou, pois outros generais sucederam a César e em 31 a.C. seu sobrinho e herdeiro, Otávio, após vencer seus opositores, tornou-se o único general, logo reconhecido pelo Senado como o “principal”, sendo chamado, por isso, de *princeps*. Recebeu, ainda, o título de Augusto, “o venerável”. Este regime passou a ser conhecido como Principado ou Império, porque o governante era o príncipe, um general (*imperator*) vitorioso do exército. Sêneca consciente destas transformações utiliza, indiscriminadamente, os títulos *princeps* e *rex*. Como observou Griffin, não se trata de um descuido de Sêneca, mas uma finalidade maior, quer dizer, pretende aplicar ao seu *princeps* o ideal de virtude consolidada pelos tratados helênicos sobre a realeza. Segundo estes tratados, as condições do governo não dependiam das formas da constituição de um estado, nem de limitações da lei, mas dependiam do caráter do seu soberano. Como o poder do soberano era absoluto, um bom ou mau governo dependeria das boas ou das más qualidades do soberano (GRIFFIN, 1976, p. 146-149).

⁹⁶ “*Rege incolume mens omnibus una, amisso rupere fidem*” (*De Clem.* III, II, 1).

⁹⁷ “... sic haec inmensa multitudo unius animae circumdata illius spiritu regitur, illius ratione flectitur pressura se ac fractura viribus suis, nisi consilio sustineretur” (*De Clem.* II, I, 5).

Não houve, portanto, incoerências no discurso seniquiano a cerca da inocência de Nero com relação ao sugerido assassinato de Britânico. Sêneca enfatizou um elemento imprescindível: a manutenção da *Res Publica* pelo soberano, mesmo sob a aplicação da morte, pois a concentração de poder *in manus princeps* era o princípio ordenador do *corpus* republicano, logo mantenedor da sobrevivência e dos interesses sociais.

II) Estrutura do *De Clementia*:

Dando continuidade a análise, optaremos pela divisão que aparece explicitamente na fonte, embora complexas discussões sobre a sua estrutura tenham sido feitas por autores como François Préchac⁹⁸, Bernard Mortureux, Pierre Grimal, entre outros. Segue-se, então, o manuscrito dividido em três sessões. Vejamos:

A primeira tratará da grande humanidade de Nero. A segunda demonstrará a natureza e apresentação da clemência, (...) Em terceiro lugar, investigaremos como a alma é levada à virtude da clemência, como a consolida e a faz sua pelo uso" (*De Clem. Pr. II, 3*)⁹⁹.

⁹⁸ François Préchac, defende a conclusão do manuscrito. De acordo com o autor, Sêneca teria dividido em três partes: "Proêmio, contendo os capítulos iniciais do livro I do texto tradicional até o final do capítulo I, 3, 1, onde está o sumário, uma primeira parte, contendo os dois primeiros capítulos do livro II, do texto tradicional, deslocados para logo após o capítulo I, 3, 1; uma segunda parte, contendo os cinco capítulos restantes do livro II, do texto tradicional; uma terceira parte, que , repetido o final do capítulo I, 3, 1, se completa com todos os capítulos restantes do livro I, do texto tradicional, isto é, vinte e três capítulos" (PRÉCHAC Apud. BRAREN, p. 11). Segundo Braren, o texto tradicional do texto de Préchac diferenciam-se pela distribuição das partes da composição do tratado e ao fato do primeiro ter proposto que o tratado não foi terminado por Sêneca (BRAREN, 1985). Autores como Griffin, compartilham desta interpretação. O filósofo teria deixado o tratado incompleto, não faria mais sentido concluir o *De Clementia* com as atitudes nefandas de Nero. Para concluí-la, Sêneca discutiria questões sobre amigos, conselheiros, educação, fornecendo diversos exemplos. Como, então, abordaria estas análises com Nero? A partir disso, supõe-se que os manuscrito esteja incompleto (GRIFFIN, 1976, p. 152). Consultar: MORTUREUX, Bernard. Les idéaux stoïciens et les premières responsabilités politiques: le "De Clementia", *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*, Berlin, II, 36, 3, 1970; PRÉCHAC, François. Le traité *De Clementia*. In: SÊNECA, L. A. *De la Clémence*. Paris: Les Belles Lettres, 1990; GRIMAL, Pierre. *Sénèque ou la conscience de l'Empire*. Paris: Les Belles Lettres, 1978; BRAREN, Ingeborg. *Da Clemência de Sêneca*. São Paulo: FFLCH/USP (Dissertação de Mestrado), 1985.

⁹⁹ "Prima erit HVMANISSIMI NERONIS; secunda ea, quae naturam clementiae habitumque demonstret (...) tertio loco quaeremus, quomodo ad hanc uirtutem perducatur animus, quomodo confirmet eam et usu suam faciat" (*De Clem. Pr. II, 3*).

Sêneca iniciou o tratado por um proêmio, esboçando, nas primeiras linhas, uma preocupação com o soberano. Este tipo literário indicava, claramente uma função pedagógica em que se priorizava os feitos e os fatos de um determinado governante, delineava-se um perfil e permitia estabelecer teorias sobre seu comportamento. Suas ações eram tão imprescindíveis que o filósofo mencionou a função do “espelho” como forma de refletir o *princeps*. O trecho foi transcrito da seguinte maneira: “dispus-me a escrever a respeito da clemência, ó Nero César, para que eu, de certa forma, desempenhasse a função de espelho e te mostrasse a tua pessoa como a que há de vir para maior de todas as satisfações” (*De Clem. Pr. I, 1*)¹⁰⁰.

Seguindo esta linha argumentativa, Sêneca quis demonstrar a Nero o modelo de soberano ideal para que captasse o ensinamento e procurasse assemelhar-se ao *exemplum* exposto. O *princeps* teria a possibilidade de administrar o Império Romano sob o jugo da *uirtus*¹⁰¹, especialmente a clemência; embora, a tranquilidade, a firmeza, a tolerância, a prudência, entre outras, “proporciona à alma a retidão e a constância de propósitos” (*Ep. Mor. 66, 13*)¹⁰². Como manifesta Croisille,

le De Clementia semble donc destiné à asseoir le nouveau pouvoir sur des bases aussi solides que possible (...) Le prince sera seul sur le trône du monde, à l'image de la divinité raisonnable qui organise l'univers, selon la doctrine stoïcienne (CROISILLE, 1994., p. 68).

O modelo do soberano clemente tinha condições de ser concretizado, Nero percorreria o caminho da *uirtus*. Segundo a acepção de Sêneca, os romanos estavam em segurança, “não existe perigo de que, subitamente, te esqueças de tua natureza”

¹⁰⁰ “Scribere de clementia, Nero Caesar, institui, ut quodam modo speculi uice fungeret et te tibi ostenderem peruenturum ad uoluptatem maximam omnium” (*De Clem. Pr. I, 1*).

¹⁰¹ A *uirtus* era direcionada ao homem a serviço do bem público. Indicava-se a atitude interior do indivíduo, como um ser social, e a partir disso às realizações pessoais relacionavam-se ao seu desempenho na *res publica*. Consultar: PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História Clássica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 197.

¹⁰² “reliqua quoque inter se paria sunt, tranquillitas, simplicitas, liberalitas, constantia, aequamitas, tolerantia: omnibus enim istis una uirtus subest, quae animum rectum et indeclinabile praestat” (*Ep. Mor. 66, 13*)

(*De Clem.* Pr. I, 7)¹⁰³. O jovem *princeps* foi apreciado como sendo superior ao divo Augusto e aos primeiros tempos de Tibério César, logo, sua mansidão se propagaria e se difundiria por todo o império, e “todas as partes reunidas se configurarão à semelhança tua. Da cabeça provém a saúde que se espalha por todas as partes do corpo (*De Clem.* I, II, 1)¹⁰⁴. Nero tenderia à sapiência, à “bondade” e guiado por sua razão “*desenvolvida e justa*”, alcançaria a plenitude. “Só a razão dá a perfeição ao homem, também apenas a razão o pode tornar perfeitamente feliz” (*Ep. Mor.* 76, 16)¹⁰⁵.

Após o desenvolvimento a cerca da benignidade de Nero, o autor, na segunda parte, redigiu uma considerável reflexão sobre a conceituação de clemência¹⁰⁶. Esta foi interpretada dentro de um modelo político por ser considerada uma virtude do governante. Isto deve-se ao fato de Júlio César, durante as guerras civis, na Gália, ter tratado algumas tribos com respeito e outras com severidade, por não cumprirem os laços de fidelidade. Aproveitando-se da fama de ser generoso, César oferecia postos de honra a inimigos vencidos¹⁰⁷. Segundo Braren, o general

exerceu um tipo de Clemência que é, ao mesmo tempo, meio para obter vitória e revelação de uma virtude pessoal inteiramente sua. Assim, as

¹⁰³ “Iam uota publica in tuto sunt; nec enim periculum est, ne te subita tui capiat obliuio” (*De Clem.* Pr. I, 7).

¹⁰⁴ “... et cuncta in similitudinem tuam formabuntur. A capite bona ualeat in omnes corporis partes exit” (*De Clem.* I, II, 1). Sêneca continuou, na primeira parte, referir-se à bondade e à inocência de Nero. Narrou o constrangimento do *princeps* em aplicar uma punição. Observemos: “Gostaria de não saber escrever!” – “Vellem litteras nescirem!” (*De Clem.* I, I, 2). Esta mesma frase - “Vellem litteras nescirem” - aparece em Suetônio (*Nero*, 10, 3).

¹⁰⁵ O significado de cabeça era relacionado à razão. Na *Apocolocyntosis*, Sêneca ridicularizou Cláudio dizendo que não possuía cabeça, isto é, seria um deus destituído de razão. Citemos *in extenso*: “... Mas como poderia ser ‘redondo’ – conforme as palavras de Varrão – ‘sem cabeça nem prepúcio’? – “Quomodo potest rotundus esse, ut ait Varro, ‘sine capite, sine praeputio’? (*Apoc.* VIII, 1)

¹⁰⁶ Segundo Braren: “No Proêmio, o sentido da *clementia* é tão impreciso que a *clementia* pode ser confundida com misericórdia. Lembra o mesmo tipo de emprego, com o mesmo valor dado por Cícero em *Pro Marcello*: “pois todos que foram (seus inimigos) perderam a vida por sua obstinação ou conservaram-na por tua clemência” (*Pro Mar.* 21). Na verdade, no Proêmio e na Terceira Parte do tratado, a *clementia* tinha um significado bastante peculiar. Era, de certa forma, semelhante aos conceitos de misericórdia e *ignoscere*, no sentido de que todos tinham propriedades positivas. Ao passo que *seueritas* e *crudelitas* têm propriedades negativas, se bem que *seueritas* apresente-se em menor grau de negativismo” (BRAREN, 1985, p. 63).

¹⁰⁷ A clemência, tradicionalmente, referia-se ao perdão concedido aos inimigos, obrigatoriamente, estrangeiros. Neste sentido, sua aplicação era plausível somente na política externa e nunca dentro do Estado romano, podendo ser considerada resultado de cálculo político, a fim de ampliar o poderio de Roma” (BRAREN, 1985, p. 57).

guerras civis deram ensejo para que a *clementia* fosse transferida dos limites da política externa para a política interna (BRAREN, 1985, p. 61).

Isto resultou, desde César, em um termo político com finalidades de propaganda, destinada aos homens que comandavam postos elevados. Gozando de grandes privilégios, a *clementia* incorporou-se à figura de César, a quem o Senado honrava com um templo dedicado à *Clementia Caesaris*; logo, a personificação da Clemência atrelou-se à figura do general¹⁰⁸. Por isso, “quando o inimigo é beneficiado por ela, vê transferido para si alguma coisa que pertenceu a um verdadeiro rei ou a um deus” (BRAREN, 1985, p. 62).

A clemência seniquiana estabeleceu, entretanto, um direcionamento à educação política do *princeps*. Dentro desta perspectiva pedagógica, Sêneca propugnou a Nero o exercício de um poder centralizado com características moderadoras. A República passou, então, a ser personificada pelo *imperator*, estando no alto da pirâmide social, ela torná-lo-ia o “maior”, por proporcionar um componente humanístico, conduzindo-o à honestidade, como também à idealização de um sábio. Sêneca concebeu quatro definições para a *clementia*. Citemos *in extenso*:

- | |
|--|
| 1. “ <i>Clementia est temperantia animi in potestate ulciscendi ...</i> ”
“A clemência é a temperança da alma de quem tem o poder de castigar”.
(De Clem. II, I, 1) |
| 2. “ <i>... uel lenitas superioris aduersus inferiorem in constituendis poenis</i> ”.
“A brandura de um superior perante um inferior ao estabelecer a penalidade”.
(De Clem. II, I, 1) |
| 3. “ <i>... itaque dici potest et inclinatio animi ad lenitatem in poena exigenda</i> ”.
“... É a inclinação da alma para brandura ao executar a punição”.
(De Clem. II, I, 1) |
| 4. “ <i>... esse moderationem aliquid ex merita ac debita poena remittentem</i> ”.
“... É a moderação que retira alguma coisa de uma punição merecida e devida”.
(De Clem. II, I, 2) |

¹⁰⁸ Tácito referiu-se à construção de um altar à *Clementia* e outro à *Amicitia* pelo Senado, no tempo de Tibério. Damos voz a Tácito: “Desta sorte, apesar de se tratarem negócios bem diferentes, decretaram eles contudo, que se erigisse um altar a Clemência, e outro à Amizade; e que em roda deles se colocassem as estátuas de Tibério e Sejano...” – “Ita quamquam diuersis super rebus consulerentur, aram clementiae, aram amicitiae effigiesque circum Caesaris ac Seiani censuere crebrisque precibus efflagitabant uisendi sui copiam facerent” (Anais, IV, LXXIV).

Como podemos ver, a *clementia*, sendo um atributo de quem estivesse em algum posto de comando, determinava, portanto, a relação entre um superior e um inferior. Este estava completamente subjugado ao poder daquele, daí a clemência não ser condicionada por uma lei. O benefício tornava-se, igualmente, evidente. Na concepção seniquiana, embora qualquer cidadão pudesse obtê-la,

a clemência não convém a ninguém mais do que ao rei e ao príncipe. Assim, são grandes as forças do decoro e da glória, se o poder for saudável para elas, pois prevalecer-se do poder para prejudicar é força maligna (*De Clem.* III, I, 3)¹⁰⁹.

Além dessa diferenciação, o *imperator* possuía ainda o direito à *patria potestas*. Esta terminologia jurídica do poder paternal denominava-se de *paterfamilias*, tratamento dado “exclusivamente ao cidadão que deixara de estar sob o poder paternal de qualquer ascendente em linha masculina” (THOMAS, 1995, p. 136). Esse indivíduo possuía o poder de um *pater* e isto equivalia ser o árbitro de vida e de morte de seus filhos. Daí a idéia do soberano ser legitimado como o *Pater Patria*, significava dizer que “é o árbitro de vida e de morte desta gente. Está em minhas mãos a qualidade da sorte e da posição que cabe a cada pessoa” (*De Clem.* Pr. I, 2)¹¹⁰.

Ainda que tivesse o poder de decidir sobre a vida dos súditos, o governante estaria submetido a temperança. De acordo com suas palavras, Augusto foi designado como “Pai da Pátria para que soubesse que lhe foi conferido o pátrio poder graças a seu grande comedimento em consultar os filhos e colocar seus próprios interesses depois deles” (*De Clem.* III, XII, 2)¹¹¹.

¹⁰⁹ “... Clementia ex omnibus magis quam regem aut principem decet. Eta enim magnae uires decori gloriaeque sunt, si illis salutaris potentia est; nam pestifera uis est ualere ad nocendum” (*De Clem.* III, I, 3).

¹¹⁰ “Ego uitae necisque gentibus arbiter; qualem quisque sortem statumque habeat, in mea manu positum est...” (*De Clem.* Pr. I, 2)

¹¹¹ “Patrem quidem Patriae appellauimus, ut sceiret datam sibi potestatem patriam, quae est temperantissima liberis consulens suaque post illos reponens” (*De Clem.* III, XII, 2).

O tirano, pelo contrário, era severamente criticado. Este provocava um clima de instabilidade, pois “um temor permanente, não só agudo mas que leva a extremos, incita os prostrados à audácia e persuade-os a recorrer a tudo” (*De Clem.* III, X, 4)¹¹². Para Sêneca, um soberano pacífico e tranqüilo possuía aliados.

Não é menosprezo de si mesmo ou demência o fato de tantos milhares receberam golpes de espada em benefício de uma só pessoa e resgatarem, com muitas mortes, uma só vida, que, às vezes, é a de um ancião e de um inválido (*De Clem.* III, I, 4)¹¹³.

Mesmo tendo como contributo a ponderação, o *imperator* mantinha-se em seu exclusivo *status quo*, a prática da *clementia* era restrita. Somente o sábio teria condições de alcançá-la, pois um homem perfeito “saberá rejeitar ou escolher o que for oportuno, mas sem sentir temor pelo que rejeita, nem admiração pelo que escolhe” (*Ep. Mor.* 31, 06)¹¹⁴. O homem sábio estava capacitado a prever todos os problemas e solucioná-los, “nasceu para a assistência comum e para o bem público, do qual dará a cada um a sua parte. Também aos infelizes, seja reprovar ou seja para castigar, estenderá sua bondade proporcionalmente” (*De Clem.* II, IV, 3)¹¹⁵.

A busca da sabedoria simbolizava a construção de um sistema mais autoritário, baseado na representatividade de um governo teocrático. Nem todos os indivíduos, segundo Sêneca, estavam aptos a refrear os desejos, a dominar o medo, a tomar as decisões adequadas, ou seja, ter o poder absoluto sobre si. Na obra *De Vita*

¹¹² “Temperatus enim timor cohibet animos, assiduus uero et acer et extrema admouens in audaciam iacentis excitat et omnia experiri suadet” (*De Clem.* III, X, 4).

¹¹³ “nec haec sui est aut dementia pro uno capite tot militia excipere ferrum ac multis morbitus unam animam redimere nonnumquam senis et inualidi” (*De Clem.* III, I, 4). Como asseverou Braren: “todo autoritarismo de um soberano despótico encontraria limites para seu poder se no ato de exercê-lo fosse controlado à força da clemência, virtude que harmonizaria atos e palavras de tal soberano, humanizando todas as suas realizações” (BRAREN, 1985, p. 05)

¹¹⁴ Ille prudens atque artifex pro tempore quaeque repellit aut eligit: sed nec quae repellit timet, nec miratur quae eligit, si modo magnus illi et inuictus animus est” (*Ep. Mor.* 31, 6)

¹¹⁵ “Ergo non miserebitur sapiens, sed succurret, sed proderit, in commune auxilium natus ac bonum publicum, ex quo dabit cuique partem. Etiam ad calamitosos pro portione improbandosque et emendandos bonitatem suam permittet” (*De Clem.* II, IV, 3).

Beata, o filósofo alega que as resoluções legitimadas por uma maioria proporcionavam prejuízo ao bem público. De acordo com suas palavras,

as assembléias onde os primeiros a se maravilharem com a eleição dos pretores em desrespeito à vontade popular, são aqueles que os elegeram. Dependendo do caso, aprovamos e condenamos as mesmas coisas; e este é o resultado de qualquer julgamento que se siga a opinião generalizada (*De Vita Beata*, I)¹¹⁶.

Os manuscritos *De Clementia* e *Diui Claudii Apocolocyntosis* são próximos quanto ao tema e ao período. Sêneca utilizou o retrato de Cláudio para revelar a Nero as consequências de seu despotismo, dizendo: *“Teu pai, no espaço de cinco anos, mandou costurar em sacos, mais pessoas que se tinha costurado em todos os séculos da história”* (*De Clem.* III, XXI, 1)¹¹⁷ – Cláudio representava, portanto, o desgoverno, símbolo de ódio e rebelião. Enquanto Nero simboliza o governo de um homem sábio. As decisões deveriam centralizar-se nas mãos do imperador-sábio. Ampliar a participação política significava, por consequência, aceitar as decisões tomadas por uma multidão de ignorantes e sofrer os distúrbios provocados pela massa em sua caótica movimentação.

¹¹⁶ “Nunc uero stat contra rationem defensor mali sui populus. Itaque id euenit quod in comitiis, in quibus eos factos esse praetores idem Qui fecere mirantur cum se mobilis fauor circumegit: eadem probamus, eadem reprehendimus; hic exitus est omnis iudicii, in quo secundum plures datur” (*De Vita Beata*, I, 5)

A sociedade dominada pelo vício.

“Os clientes de outro tempo buscavam amizades, hoje só buscam o proveito! Basta que o velho patrono, sentindo-se iludido, altere o testamento, e a saudação matinal irá ser feita a outra porta”.
Ep. Mor. Sêneca.

Antes de mais nada, seria útil fazer um exame de como Sêneca interpretava a sociedade, especialmente sob o período em que viveu. Cremos poder estabelecer, para fins de análise, os motivos pelos quais o filósofo da *stoa* optou por um sistema representativo, cuja centralidade fixava-se na figura do *princeps*.

Sêneca observava a atmosfera social com pouco entusiasmo, via uma condescendência generalizada da população em seguir os caminhos partilhados pelos vícios, embora a historiografia contemporânea pontue, predominantemente, a tirania dos imperadores. De acordo com suas palavras: “estes, por Hércules, ultrapassam em muito as invenções dos mimos, e neste nosso século, engenhoso apenas para tais coisas, os vícios progrediram tanto que já podemos acusar os mimos de negligência” (*Ad Paulinum de Brevitate Vitae*, XII, 8)¹¹⁸.

A falta de comedimento extrapolava todos os campos relacionais, desde os escravos até os cidadãos livres. Sêneca não se impressionava mais com fato de constatar o desrespeito do escravo, do liberto, da esposa ou cliente (*De Ira* XXXV, 1)¹¹⁹. O esbanjamento da riqueza, por exemplo, era corriqueiro, ainda que constituísse um

¹¹⁷ “Pater tuus plures intra quinquennium culleo insuit, quam omnibus saeculis insutos accepimus” (*De Clem.* III, XXI, 1).

¹¹⁸ “Plura me Hercules praetereunt quam fingunt et tanta incredibilium uitiorum copia ingenioso in hoc unum saeculo processit, ut iam mimorum arguere possimus neglegentiam” (*Ad Paulinum de Brevitate Vitae*, XII, 8). A referência aos mimos diz respeito a peças que tematizavam o cotidiano e a sexualidade.

¹¹⁹ Sêneca retratou os homens de seu tempo como corruptos. Vejamos: “Quanto a mim, todas as vezes que me reporto aos exemplos antigos, envergonho-me de me servir dos consolos da pobreza, visto que a corrupção de nosso tempo chegou a tal ponto que o dinheiro deixado aos exilados é maior do que foi outrora o patrimônio dos nobres” – “Me quidem, quotiens ad antiqua exempla respexi, paupertalis uti solaciis pudet, quoniam quidem eo temporum luxuria prolapsa est, ut maius uiaticum exsulum sit quam olim patrimonium principum fuit” (*Consolatio ad Helviam* XII, 4) Grifo Nosso.

ato vergonhoso desaparecer “a antiga moderação natural que limitava os desejos às necessidades; hoje, desejar apenas o essencial é dar provas de mesquinho provincialismo!” (*Ep. Mor.* 90, 19)¹²⁰. Mesmo convicto de que: “a civilização do luxo é um desvio em relação à natureza: dia-a-dia cria novas necessidades, que aumentam de época para época; o engenho está ao serviço dos vícios!” (*Ep. Mor.* 90, 19)¹²¹

A crítica aos constantes desregramentos sociais atingiu, igualmente, a cúria. Como veremos a seguir, esta condenação foi um dado evidente nos manuscritos de Sêneca, em especial, a *Apocolocyntosis*. Nesta sátira, os senadores, simbolizados pelo senado celestial, foram apresentados como homens que privilegiavam políticas como a troca de favores. Disto resultou, por consequência, na irresponsabilidade com os deveres à República. Em *De Constantia Sapientis*, argumentou que:

Há alguma diferença entre eles e as crianças, pois estas se apossam com avareza de ossinhos, nozes e moedinhas de cobre, eles, de ouro, prata e cidades, pois estas entre si se fazem de magistrados e imitam a

¹²⁰ “Recessit enim ille naturalis modus desideria ope necessaria finiens: iam rusticitatis et miseriae est uelle quantum sat est” (*Ep. Mor.* 90, 19). Nessa atitude combativa, Sêneca penalizava os excessos e defendia o retorno ao domínio e ao *cuidado de si*. O espírito “atormentado por pensamentos inconstantes, acabe por se afirmar e ganhar convicções sólidas, e se sinta contente de si mesmo” – “Opto tibi tui facultatem, ut uagis cogitationibus agitata mens tandem resistat et certa sit, ut placeat sibi et intellectis ueris bonis”...(*Ep. Mor.* 32, 5). Tratava-se de intensificar “os cuidados que se tem com o cuidado que os outros devem ter consigo mesmo” (FOUCAULT, 1985, p. 58), garantindo, assim, uma maior amplitude na estabilização da ordem social. Como afirmou Foucault: “Num espaço político onde a estrutura política da cidade e as leis (...) perderam certamente sua importância apesar de não terem, com isso, desaparecido, e onde os elementos decisivos se baseiam cada vez mais nos homens, nas suas decisões, (...) na sabedoria que eles manifestam no jogo entre equilíbrio e transações, evidencia-se que a arte de governar a si próprio se torna um fator político determinante. É conhecida a importância do problema da virtude dos imperadores, de sua vida privada e da maneira pela qual eles sabem dominar suas paixões: vê-se aí a garantia de que eles saberão colocar a si mesmos um limite ao exercício de seu próprio poder político” (FOUCAULT, 1985, p. 96).

¹²¹ “A natura luxuria descuiuit, quae cotidie se ipsa incitat et tot saeculis crescit et ingenio adiuuat uitia. Primo supercuacua coepit concupiscere, inde contraria, nouissime animum corpori addixit et illius deseruire libidini iussit” (*Ep. Mor.* 90, 19). O conselheiro de Nero executou os desregramentos sociais, em vários níveis, caracterizados pelo excesso desmedido do dinheiro, do poder, da avareza, do prazer, entre outros. Utilizou o espaço do balneário como local apropriado aos vícios. Fez a seguinte reconstrução: “Imagina toda a casa de ruídos capazes de porer os ouvidos no desespero: se são os fortalhões a treinar-se erguendo nas mãos pesados alteres de chumbo, quando não conseguem ou fingem não conseguir levantá-los, só oiço gemidos; se sustêm a respiração e depois voltam a respirar, então são assobios, é um arfar ofegante” – “Propone nunc tibi omnia genera uocum, quae in odium possunt aures adducere: cum fortiores exercentur et manus plumbo graues iactant, cum aut laborant aut imitantur, gemitus audio, quotiens retentum spiritum remiserunt, sibilos et acerbissimas respirationes” (*Ep. Mor.* 56, 1).

pretextu, os feixes e o tribunal, eles brincam a sério com os mesmos objetos no Campo de Marte, no fórum e na cúria, estas fazem castelos de areia na praia, eles, como se fizessem algo grandioso, se ocupam em erguer pedras e paredes e tetos, tornando perigoso o que foi inventado para a proteção física (*De Constantia Sapientis* XII, 2)¹²².

A aprovação ou desaprovação das leis girava em torno dos interesses dos poderosos. A deificação de Drusila, irmã do imperador Calígula, por exemplo, foi aprovada pelo senador Lívio Gemínio, "curator" da Via Ápia, por dinheiro, declarou ter visto Drusila subir aos céus. Na *Apocolocyntosis, in terris*, fez referência a este episódio, ridicularizando o endeusamento (*Apoc.* I, 2). Reprovava sua banalização, pois nestas condições, qualquer indivíduo tornar-se-ia um deus¹²³. Na *Consolatio ad Polybium*, execrou Caio César por tamanha insensatez. De acordo com suas palavras, queria que sua irmã fosse chorada ou venerada, ao mesmo tempo em que lhe erguia templos e moradas divinas (*Consolatio ad Polybium* XVII, 5). A apoteose deveria ocorrer dentro dos limites da sapiência, ou seja, em um homem moralmente perfeito. Para ele, o sábio

vê todos os bens serem usados pelos outros com a mesma equanimidade e indiferença que Júpter, e tem muito maior respeito por si próprio, porque enquanto Júpter não usa desses bens porque não pode, o sábio não os usa porque não quer! (*Ep. Mor.* 73, 14)¹²⁴

O *senatus* perdia o *status* de uma instituição respeitável, a descrença foi um dado inevitável devido a sua corruptibilidade. Sêneca fez referência a esse cepticismo quando apresentou a declaração do inspetor da Via Ápia sobre Drusila: "ninguém quis

¹²² "Non ideo quicquam inter illos puerosque interesse quis dixerit quod illis talorum nucumue et aeris auaritia est, his auri argentique et urbium, quod illi inter ipsos magistratus gerunt et praetextam fascesque ac tribunal imitantur, hi eadem in campo foque et in curia serio ludunt, illi in litoribus harenae congestu simulacra domuum excitant, ut magnum aliquid agentes in lapidibus ac parietibus et tectis moliendis occupati tutelae corporum inuenta in periculum uerterunt" (*De Constantia Sapientis* XII, 2).

¹²³ A reprovação à deificação, na sátira, aparece com a arguição de Jano. Ele contestou da seguinte forma: "era grande honra ser feito deus: agora foi tudo reduzido por vós a uma comédia mímica." – "Multa dixit de magnitudine deorum; non debere hunc uulgo dari honorem: "Olim, inquit, magna res erat deum fieri; iam Fabam minum fecistis" (*Apoc.* IX, 3).

¹²⁴ "sapiens tam acquo animo omnia apud alios uidet contemnitque quam Iuppiter et hoc se magis suspicit, quod Iuppiter uti illis non potest, sapiens non uult" (*Ep. Mor.* 73, 14).

acreditar aquilo que ele tinha visto" (Apoc. I, 3)¹²⁵. Considerada, então, como uma instituição venal e perigosa, argumentava sobre os riscos sofridos por alguém "como no caso de um acusador subornando, ou a incriminação falsa, ou o ódio dos mais poderosos contra nós, e outras práticas que constituem delitos entre os togados" (*De Constantia Sapientis* IX, 2)¹²⁶.

O preceptor de Nero repudiava da mesma forma a prática consolidada pelas transações fraudulentas. Na sátira menipéia, *in caelo*, o senado celestial, discutindo sobre a deificação de Cláudio, acionou um verdadeiro mercado de votos. Cláudio receoso em não obter a glorificação convenceu Hércules, por meio de enaltecimentos, a favorecê-lo¹²⁷. Com palavras elogiosas, afirmava:

ó Hércules fortíssimo entre os deuses, sempre tive confiança em ti e no teu auxílio para com os outros; aliás, se me tivessem pedido um fiador, teria dado o teu nome; tu me conheces melhor do que os outros. De fato, vê se recordas: eu, diante do teu templo em Tívoli, administrava a justiça longos dias a fio nos meses de julho e agosto (Apoc. VII, 4)¹²⁸.

Cláudio foi convidado a retirar-se da cúria para os deuses discutirem a proposta de deificação. Jano foi o primeiro a tomar a palavra, posicionando-se contra Cláudio, propondo que: "quem, contra este *senatus* consulto, for feito ou dito ou pintado deus, seja entregue aos espíritos e, no próximo espetáculo, bem chicoteado entre os

¹²⁵ "...illi pro tam bono nuntio nemo credit..." (Apoc. I, 3)

¹²⁶ O grifo é nosso. "...ut accusatore summisso aut criminatione falsa aut inritatis in nos potentiorum odiis quaeque alia inter togados latrocinia sunt" (*De Constantia Sapientis* IX, 2)

¹²⁷ Sêneca ridicularizou a imagem de Hércules ao considerá-lo ingênuo. Vejamos: "E certamente teria impingido gato por lebre a Hércules, que não é malicioso, se não tivesse ali a deusa Febre, a única divindade que tinha acompanhado Cláudio, deixando o seu templo". - "et imposuerat Herculi minime uafro, nisi fuisset illic Febris, quae, fano suo relicto, sola cum illo uenerat; ceteros omnes deos Romae reliquerat" (Apoc. VI, 1). Essa visão de um Hércules bestializado deve-se aos dois aspectos de seu símbolo: o herói purificador e o homem enfraquecido. Em uma das narrativas Dionísio conduz "o herói à banalização sob sua forma mais medíocre, até o ridículo. Hércules torna-se escravo de Ônfale. O mito mostra como o herói, subjugado pelo encanto de sua amante, cai na baixaza. A ascendência que a mulher banal consegue sobre o espírito de Hércules avilta-o de tal maneira que ele chega aceitar com submissão as mais degradantes provas vexatórias" (Diel, 197, p. 200). Na sátira Hércules foi, igualmente, ridicularizado por acreditar e até defender Cláudio, um homem desprezível.

¹²⁸ "Ego te, fortissime deorum Hercule, speravi mihi adfuturum apud alios, et, si qui a me notare petisset, te fui nominaturus, qui me optime nosti. Nam, si memoria repetis, ego eram qui tibi ante templum tuum ius dicebam totis diebus mense Iulio et Augusto" (Apoc. VII, 4).

gladiadores noviços" (Apoc. IX, 3)¹²⁹. Hércules, entretanto, articulou contra o deus Jano, convencendo Diéspiter, *com jeitinho*, a propor "que, desde de hoje, o divo Cláudio seja uma divindade com todos os direitos, igual a qualquer outro nomeado anteriormente (Apoc. IX, 4)¹³⁰. As opiniões no senado celestial estavam divididas, e Hércules

batendo o ferro enquanto estava quente, corria continuamente, sussurrando a cada um: "não me negues este favor, é para mim uma questão pessoal. Amanhã se precisares de mim, retribuir-te-ei: uma mão lava a outra (Apoc. IX, 6)¹³¹.

Após a intervenção do imperador Augusto, os deuses mandaram Cláudio para o Inferno (Apoc. XI, 6).

Aos olhos de Sêneca, o *Senatus Populusque Romanus* era dominado pelo desequilíbrio, pela corrupção. Roma foi libertada da tirania de Cláudio, no entanto, ainda existiam os mesmos *Hércules* que contribuíam com a política de "*manus manum lauat*". Ainda que fosse subornável, a instituição senatorial funcionava em alguns casos. O deus Jano, com as habituais características que proporcionavam a honestidade, a paz e a abundância (Grimal, 1993) e o divo Augusto, que envergonhava-se do poder (Apoc. X, 2), representavam uma certa funcionalidade; ambos não se iludiram com as promessas de Hércules, "*bateram o ferro*" contra a deificação de Cláudio¹³². Temos,

¹²⁹ "Qui contra hoc senatus consultum deus factus, dictus pictusue erit, eum dedi Laruis et proximo munere inter novos auctoratos ferulis uapulare placet" (Apoc. IX, 3)

¹³⁰ "...feruentia rapa uorare", censo uti Diuus Claudius ex hac die deus sit, ita uti ante eum quis optimo iure factus sit ..." (Apoc. IX, 5)

¹³¹ "Hercules enim, qui uideret ferrum suum in igne esse, modo huc, modo illuc cursabat et aiebat: "Noli mihi inuidere, mea res agitur; deinde tu si quid uolueris, in uicem faciam: manus manum lauat" (Apoc. IX, 6)

¹³² Na concepção de Marchetti: "parmi les "Pères" célestes, il y a un imbécile, Janus, et un magistrat corrompu, Diespiter, qui arrondit ses revenus en vendant de "petits droits de cité", ciuitatulas" (Marchetti, 1989, p. 337) Não compartilho, no entanto, da mesma interpretação sobre a imbecilidade do deus Jano. Embora tenha sido criticado pelo excesso do discurso, não foi representado como uma figura burlesca. Jano, em última instância, condenou a deificação de Cláudio, diferentemente de Diéspiter, que a defendeu por interesses próprios. Damos voz a Sêneca: "Pronunciou um longo e eloqüente discurso, como quem vive sempre no Foro; e o taquígrafo não conseguiu pegar tudo" – "Is multa diserte, cum in Foro uiuat, dixit, quae notarius persequi non potuit, et ideo non refero, ne aliis uerbis ponam quae ab illo dicta sunt" (Apoc. IX, 2).

igualmente, o caso de Calígula, quando se descuidou do abastecimento da cidade de Roma, os senadores

a quem eram confiados os cuidados com o trigo público, e que tinham de enfrentar pedra, ferro, fogo e o próprio Calígula? Com a maior dissimulação, encobriam um tão grande mal incrustado nas vísceras da República – e digo que o faziam com razão (*De Brevitate Vitae*, XVIII, 6)¹³³.

Sêneca condenou a República Romana em dois níveis: o senado e o imperador. Na *Apocolocyntosis*, ao incriminar Cláudio pelos crimes cometidos, referiu-se à nobreza com estas palavras: “Nesta família, matou Crasso, Magno, Escribônia, Tristioniae e Assarion, apesar de nobres” (*Apoc.* XI, 2)¹³⁴. Há uma ironia implícita, e em seguida, a ridicularização ao dizer que Crasso “era tão louco que até podia querer reinar” (*Apoc.* XI, 2)¹³⁵. Temos, portanto, na crítica seniquiana à banalização do rei, qualquer “louco” poderia governar Roma, assim como Cláudio que costumava vender pequenos direitos de cidade (*Apoc.* III, 3) e a se distrair jogando dados (*Apoc.* XV, 1).

Como podemos ver, o filósofo da *stoa* não via os homens de seu tempo, na sua totalidade, preocupados em solucionar os problemas da República, mas em promover a sua completa destruição. Como no tempo de Catão, “a qual daqui Clódio, dali Vatínio e todos os seres da pior espécie punham à venda e, dominados pela ambição cega, não entendiam que, enquanto a vendem, também estão se vendendo” (*De Constantia Sapientis* II, 1)¹³⁶.

¹³³ “Quem tunc animum habuerunt illi quibus erat mandatafrumenti publici cura, saxa, ferrum, ignes, Gaium exsepturi? Summa dissimulatione tantum inter uiscera latentis mali tegebant, cum ratione scilicet: quaedam enim ignorantibus aegris curanda sunt, causa multis moriendi fuit morbum suum nosse” (*De Brevitate Vitae*, XVIII, 6)

¹³⁴ “Occidit in una domo Crassum, Magnum, Scriboniam, Tristionias, Assarionem, nobiles tamem ...” (*Apoc.* XI, 2)

¹³⁵ “Crassum uero tam fatuum ut etiam regnare posset” (*Apoc.* XI, 2).

¹³⁶ “Quam hinc P. Clodius, hinc Vatinius ac pessimus quisque uenundabat et caeca cupiditate correpti non intellegebant de dum uendunt et uenie” (*De Constantia Sapientis* II, 1). De acordo com Favarsani: “era claro que estar no Estado era para a maioria, uma forma de extrair vantagens para si e para aqueles que lhe estavam próximos. Um bom exemplo dessa percepção é dado quando Sêneca, falando por Sipião, afirma que: “os ambiciosos perderam a cúria e o fórum e os locais destinados a exercer publicamente os vícios; os usuários perderam seus registros que a avareza com uma falsa alegria tomava riquezas (*De*

Esta perspectiva insere-se na concepção do tempo circular, isto é, no “mito do eterno retorno”. Segundo H. Ch. Pucch,

... o tempo que a revolução das esferas celestes determina e mede é a imagem móvel da eternidade imóvel, que ele imita ao se desenrolar em círculo. Conseqüentemente, todo devir cósmico, assim como a duração deste mundo de geração e corrupção que é o nosso, desenvolver-se-á em círculo ou segundo a sucessão indefinida de ciclos, no decurso dos quais a mesma realidade se faz, desfaz, de acordo com uma lei e alternativas imutáveis” (PUCCH *Apud*. ELIADE, 1992, p. 91)

Admite-se que, no interior de cada um desses ciclos de duração, foram reproduzidas as mesmas situações que se realizaram nos ciclos anteriores e seriam reproduzidos nos posteriores. Por conseqüência, “nenhum acontecimento é único (...) mas realizou-se e realizar-se-á perpetuamente; os mesmos indivíduos aparecem e reaparecerão em cada retorno do círculo sobre si mesmo” (ELIADE, 1992, p. 92).

Sêneca interpretava a sociedade como excessiva e corruptível. De acordo com suas palavras, “coisa alguma tem um termo, está tudo urdido em círculo, tudo se sucede alternadamente sem parar” (*Ep. Mor.* 24, 26)¹³⁷, assim como a corrupção. Os senadores, Vatínio e Clódio, que colocaram à venda a República, reproduziam-se, ciclicamente, em seu tempo. Diante de um mundo tão corrompido, Sêneca tinha a esperança de que surgisse um rei justo, com poderes extraordinários para ordenar esses homens dispostos à tirania. A centralização política parecia-lhe, portanto, inevitável perante um povo injusto. Era o máximo que se podia esperar.

Constantia Sapientis VI, 7)” (FAVERSANI, 2001, p. 187) Compartilhamos dos pressupostos de centralização política e distúrbio senatorial propostos por Favarsani. Não dividimos, no entanto, a mesma opinião quanto a conceituação de Estado. Sendo uma designação moderna, não se constituía, portanto, no imaginário Clássico. Optamos pelo termo *res publica* que aparece nos manuscritos seniquiano.

Idealização do Poder Centralizado.

*“A filosofia ensina-nos a respeitar o divino e a amar o humano; diz-nos que cabe aos deuses o governo do mundo, e que a condição humana é a mesma para todos”.
Epistulae Morales.*

Sêneca traçou um modelo ideal de soberania fundamentado no posicionamento único e central do imperador. Tratava-se de situá-lo acima de todos com um elo de ligação com o *populus romanus*, buscando-se, com isso, uma “unanimidade coletiva em torno da figura do supremo-patrono” (MENDES, 2001, p. 15). Note-se que a legitimação de Nero no poder foi realizada, em grande medida, pelo tratado *De Clementia*. Projetada como “idéia-força” serviu para proporcionar um novo vigor ao regimento governamental, pois Sêneca percebeu que a monarquia necessitava de novas razões para se manter¹³⁸. Como ficou demonstrado anteriormente, a *clementia* estabelecia as relações entre o governante e o subordinado, devendo ser esta de caráter humanitário (BRAREN, 1985)¹³⁹.

Tal interação, para Sêneca, tornou-se legítima pelo fato de o homem viver em sociedade. Como não conseguia imaginar-se fora do núcleo social, criava estratégias de sobrevivência que privilegiavam o compartilhamento de valores. Foi nesse sentido que ele afirmou:

Não é possível alguém viver feliz se apenas se preocupar consigo, se reduzir tudo às suas próprias conveniências: tem de viver para os outros quem quiser viver para si mesmo. A convivência – observada com

¹³⁷ “Nempe expergiscar dormiam, esuriam farciar, algebo aestuabo. Nullius rei finis est, sed in orbem nexa sunt omnia, fugiunt ac secuntur” (*Ep. Mor.* 24, 26)

¹³⁸ A sátira *Apocolocyntosis* foi considerada, igualmente, como um panfleto político. De acordo com Marchetti, “Il reste que la qualité burlesque, la bouffonnerie de certaines trouvailles, tout en constituant l'un des plaisirs de la lecture, prêtent des armes efficaces à l'entreprise de propagande du pamphlétaire” (MARCHETTI, 1989, p. 339)

¹³⁹ Sabemos pois que “se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo” (FOUCAULT, 1986, p. 148).

nobre e continuo empenho – que nos insere como homens entre outros homens e admite a existência de algo comum a todo o gênero humano, é da maior importância (*Ep. Mor.* 48, 2, 3)¹⁴⁰.

A partir desta ênfase, estabelecida pelas relações pessoais, criavam-se grupos de clientela que se beneficiavam mutuamente, proporcionando uma vinculação proveitosa. Essa ordenação foi articulada por meio da atuação do imperador. Este, enquanto patrono, tinha como função gerir e harmonizar o clientelismo, colocando-se no centro da ordenação social, dele dependia as garantias dos indivíduos e de suas posições. Esta interação não podia ser reduzida a uma mera troca de favores entre indivíduos. O clientelismo atuou, igualmente, como um

agente de controle social e como um mecanismo regulador de teor altamente promocional, o qual foi determinante para o equilíbrio social e compensava, de certa forma, as insuficiências das estruturas administrativas do centro (MENDES, 2001, p. 15).

Aos olhos de Sêneca, havia um diferencial entre os grupos grandes e pequenos: a queda dos maiores levava ao colapso de todos os pequenos, enquanto o contrário significava apenas uma “desgraça particular”. As transformações essenciais ocorriam apenas pelos grandes impérios (FAVERSANI, 2001). Cabia, então, ao soberano clemente, como representante dos deuses (*De Clem.* Pr. I, 2), manter o poder concentrado em suas mãos pelo fato de ser “o sopro vital que arregimenta estes tantos milhares que por si mesmos nada seriam a não ser ônus e presa de guerra, se esta idéia de império lhes fosse tirada” (*De Clem.* III, II, 1)¹⁴¹.

Para compreendermos esta questão, é necessário, antes de mais nada, verificar o significado da democracia para Sêneca. Nas *Epistulae Morales* referiu-se aos

¹⁴⁰ “Nec potest quisquam beate degere, qui se tantum intuetur, qui omnia ad utilitates suas conuertit: alteri uiuas oportet, si uis tibi uiuere. Haec societas diligenter et sancte obseruata, quae nos homines hominibus miscet e iudicat aliquod esse commune ius generis humani, plurimum ad illam quoque”... (*Ep. Mor.* 48, 2, 3)

¹⁴¹ “... ille spiritus uitalis, quem haec, quem haec tot milia trahunt nihil ipsa per se futura nisi onus et praeda, si mens illa imperii subtrahatur” (*De Clem.* III, I, 1).

dissabores de Sócrates, da seguinte forma: "... quer a rebeldia dos filhos que mais se assemelhavam à mãe do que ao pai, ou o que sofreu na guerra, durante o período dos tiranos ou sob a *democracia mais cruel ainda do que as guerras ou os tiranos*" (*Ep. Mor.* 104, 27-28)¹⁴². A democracia era, portanto, uma aberração, considerada pior do que as situações maléficas provocadas pelas guerras e pela tirania. De acordo com sua perspectiva, o que antes aprovamos, depois reprovamos, e isto é o final de todos os juízos em que se sentencia pelo maior número de votos (*De Vita Beata* I, 4, 5)¹⁴³.

Mas qual seria, então, a opção do filósofo da *stoa*? A República, ao que tudo indica, parecia-lhe a melhor escolha; no entanto, a condição para a sua realização não era mais possível, em especial, pelo dilaceramento do sentimento de liberdade entre os romanos (FAVERSANI, 2001). Essa metamorfose foi datada com a morte de Catão, pois "foi o único que abraçou o partido da república" (*Ep. Mor.* 104, 30, 31)¹⁴⁴, lutando contra César e Pompeu. Para Sêneca,

opondo-se aos vícios de uma sociedade em contínua degeneração e que estava afundando cada vez mais sob o próprio peso, apenas ele, sozinho, ergueu-se de pé e segurou a decadente república, tanto quanto uma única mão podia puxá-la, até que, destituído de poder, entregou-se para fazer companhia a uma ruína antes longamente sustentada, ao mesmo tempo em que se extinguiu o que era um sacrilégio separar; de fato, nem Catão viveu além da liberdade, nem a liberdade além de Catão (*De Constantia Sapientis* II, 2)¹⁴⁵.

¹⁴² "Quibus ille est domi exercitus siue uxorem eius reminiscimur moribus feram, lingua petulantem siue liberos indociles et matri quam patri similiores. Foris uero aut in bello fuit aut in tyrannide aut in libertate bellis ae tyrannis saeuioe. Viginti et septem annis pugnatum est; post finita arma triginta tyrannis noxae dedita est ciuitas, ex quibus plerique inimici erant" (*Ep. Mor.* 104, 27-28)

¹⁴³ Sêneca posiciona a multidão como uma massa ensandecida. No tratado *De Constantia Sapientis*, afirmou que Catão tolerou "palavras desonrosas e cuspes e todas as outras ofensas da multidão ensandecida" – "Traditus uoces inprobas et sputa et omnis alias insanae multitudinis contumelias pertulisset" (*De Constantia Sapientis*, I, 3).

¹⁴⁴ "... solus Cato fecit aliquas et rei publicae partes" (*Ep. Mor.* 104, 30).

¹⁴⁵ "aduersus uitia ciuitatis degenerantis et pessum sua mole sidentis stetit solus et cadentem rem publicam, quantum modo una retrahi manu poterat, tenuit, donec abstractus comitem se diu sustentatae ruinae dedit simulque extincta sunt quae nefas erat diuidi; neque enim Cato post libertatem uixit nec libertas post Catonem" (*De Constantia sapientia* II, 2).

A escolha pela Monarquia, como sendo um sistema mais razoável, foi apresentada no tratado *De Beneficiis*, quando Sêneca condenou Bruto pelo assassinato de Júlio César. Ele dizia:

ou temeu o nome de rei (que é o melhor estado para uma cidade, desde que sob o poder de um rei justo), ou julgou que poderia haver liberdade em um povo onde teria recompensa para mandar e o obedecer, ou pensou que a cidade que tinha seus antigos costumes poderia voltar à sua primeira forma, ou que havia igualdade no direito dos cidadãos, ou que as leis eram observadas por um povo onde milhares de homens brigavam não para saber se tinham que servir, mas para determinar a quem teriam de servir. Grande foi o silêncio que teve da natureza ou de sua cidade, pois acreditou que, morto um, faltariam outros que quisessem o mesmo (*De Beneficiis*, II, XX, 2)¹⁴⁶

Sêneca mostrou, claramente, nesta passagem, a destruição da República pela falta de liberdade, devido ao predomínio dos vícios. Não havia meios de sustentá-la em um espaço institucional onde privilegiava-se o fim da “igualdade no direito de cidadãos” e a “inobservância das leis”. Restava, então, uma saída: a possibilidade de um monarca justo. O filósofo, tempos mais tarde, referiu-se aos primeiros homens, dizendo: “os primeiros homens, os homens da geração seguinte que, ainda incorruptos, obedeciam à natureza, tinham um só chefe e uma só lei” (*Ep. Mor.* 90, 4)¹⁴⁷. Os inferiores, na acepção de Sêneca, se submetiam aos melhores. Assim como “nos bandos de animais, são os mais fortes ou os mais corajosos que assumem a chefia: quem guia a manada não é o touro fraco, mas sim o que se avanteja aos outros machos em corpulência e na força” (*Ep. Mor.* 90, 4)¹⁴⁸.

¹⁴⁶ “... qui aut regis nomen extimuit, cum optimus ciuitatis status sub rege iusto sit, aut ibi sperauit libertatem futuram, ubi tam magnum praemium erat et inperandi et seruiendi, aut existimauit ciuitatem in priorem formam posse reuocari amissis pristinis moribus futuramque ibi aequalitatem ciuili iuris et staturas suo loco leges, ubi uiderat tot milia hominum pugnantia, non an seruirent, sed utri. Quanta uero illum rerum naturae aut urbis suae tenuit obliuio, qui uno interempto defuturum credidit alium” (*De beneficiis* II, XX, 2)

¹⁴⁷ “Sed primi mortalium quique ex his geniti naturam incorrupti sequebantur, eundem habebant et ducem et legem, commissi melioris arbitrio” (*Ep. Mor.* 90, 4).

¹⁴⁸ “Naturae est enim potioribus deteriora summittere. Mutis quidem gregibus aut maxima corpora praesunt aut vehementissima. Non praecedit armenta degener taurus, sed qui magnitudine ac toris ceteros mares vicit” (*Ep. Mor.* 90, 4). Sêneca, no tratado sobre a clemência, utilizou a natureza para justificar o governo de um só. Ele afirmou: “Decerto foi a natureza que inventou o rei, fato que se pode observar a partir dos outros animais, e, entre eles, as abelhas, cujo rei tem o alvéolo mais espaçoso, colocado no centro e no lugar mais seguro” – “Natura enim commenta est regem, quod et ex aliis

Esse chefe clemente estaria unido aos preceitos da sabedoria, com isso, teria condições de evitar a violência, protegendo os mais fracos dos mais fortes e discerniria o que tivesse ou não utilidade. A interação entre imperador e súditos baseava-se, portanto, em algumas restrições. De acordo com Sêneca, devia-se aceitar

o que não podemos alterar, e conformarmo-nos sem resmungar com os desígnios da divindade que rege o curso do universo: o mau soldado é aquele que segue o seu general sempre a queixar-se! Por conseguinte aceitemos pressurosos e animados as suas ordens, não queiramos fugir ao curso das máquinas deslumbrantes na qual estão entretecidos também os nossos sofrimentos. (Ep. Mor. 107, 9)¹⁴⁹

Tratava-se de prestar obediência à ordem suprema que, naquela conjuntura, era apresentada pelo imperador. A partir disso, seria garantido a preservação da ordem social e, portanto, as proteções e os direitos que ela pressupunha (FAVERSANI, 2001). “Eis porque príncipes ou reis, ou qualquer nome que tenham são os tutores da ordem pública, não é de admirar que sejam estimados muito além das relações de caráter particular” (*De Clem.* III, II, 3)¹⁵⁰.

Dentro desta perspectiva, não era permitido ao *princeps* incorrer em equívocos, estando no centro das interações sociais; dele dependia, a paz e o equilíbrio do império romano, caso contrário, essa grande unidade seria desfacelada. O cidadão teria que conviver no caos absoluto. De acordo com suas palavras:

se alguma vez se romperem ou, se por algum acidente, não se puderem sustentar os elos partidos, esta unidade e esta vasta rede do enorme império se fragmentarão em muitas partes, e esta cidade terá deixado

animalibus licet cognoscere et ex apibus; quarum regi amplissimum cubile est medioque ac tutissimo loco” (*De Clem.* III, XVII, 2)

¹⁴⁹ Optimum est pati quod emendare non possis, et deum quo auctore cuncta proueniunt sine murmuratione comitari: malus miles est qui imperatorem gemens sequitur. Quare inpigri atque alacres excipiamus imperia nec oderimus hunc operis pulcherrimi cursum cui quidquid patienmur, intextum est” (*Ep. Mor.* 107, 9-10)

¹⁵⁰ “Ideo principes regesque et quocumque alio nomine sunt tutores status pulci non est mirum amari ultra priuatas etiam necessitudines” (*De Clem.* III, II, 3).

de dominar no mesmo momento em que tiver deixado de prestar obediência (*De Clem.* III, II, 2)¹⁵¹.

Qual seria, então, a postura plausível para um bom imperador? Relacionar-se com seu povo para estabelecer um estado de liberdade e justiça¹⁵². Guiado pela sensatez afastaria, por conseguinte, a nefasta ostentação do poder por meio do terror (*De Clem.* Pr. I, 3), isto é, agiria como se tivesse que “prestar contas às leis” (*De Clem.* Pr. I, 4).

Aos olhos de Sêneca, obedecia-se freqüentemente ao que comanda com mais tolerância. “O espírito humano é rebelde por natureza e, pelejando contra o que lhe é contrário e árduo, acompanha mais facilmente do que se deixa conduzir” (*De Clem.* III, XXII, 2)¹⁵³. O soberano clemente alcançaria a popularidade, o apoio do *populus* e sua manutenção no poder. Sêneca pensava o seguinte quadro:

é a sua própria preservação que os homens amam quando conduzem legiões, às dezenas, à batalha a favor de um só homem, quando acorrem às primeiras linhas de frente e apresentam o peito aos ferimentos para não deixar retroceder as insígnias de seu imperador (*De Clem.* III, II, 1)¹⁵⁴.

¹⁵¹ “Quam diu sciet ferre frenos, quos si quando abruperit uel aliquo casu discussos reponi sibi passus non erit, haec unitas et hic maximi imperii contextus in partes multas dissiliet, idemque huic urbi finis dominandi erit, qui parendi fuerit” (*De Clem.* III, II, 2)

¹⁵² A relação não era só de mútuo auxílio, mas de existência. O povo beneficiava-se por ser tratado com justiça e soberano com a segurança. Vejamos: “O rei não tem nem mesmo o curso de sua vida assegurado, pois é necessário que tema tanto quanto quis ser temido, que observe as mãos de cada pessoa e, durante o lapso de tempo em que não for apanhado, que fique julgado ser objeto de procura e não tenha nenhum momento isento de medo. Alguém suportaria levar uma vida assim, quando lhe é permitido ser inofensivo aos outros e, por essa razão, administrar tranqüilo o salutar direito do poder para satisfação de todos? Engana-se, pois, quem julga que é seguro ser rei quando nada é assegurado para o rei. A segurança deve ser pactuada através da segurança recíproca” – “Sed ne nunc quidem illi cursus tutus est; tantum enim necesse est timeat, quantum timeri uoluit et manus omnium obseruet et eo quoque tempore, quo non captatur, peti se iudicet nullumque momentum immune a metu habeat. Hanc aliquis agere uitam sustinet, cum liceat innoxium aliis, ob hoc securum salutare potentiae ius laetis omnibus tractare? Errat enim, si quis existimat tutum esse ibi regem, ubi nihil a rege tutum sit; securitas securitate mutua paciscenda est” (*De Clem.* III, XVII, 5). Há outras passagens em que Sêneca refere-se ao mesmo tema como Pr. I, 8; III, IV, 2,3 e III, IX, 4.

¹⁵³ “...natura contumax est humanus animus et in contrarium atque arduum nitens sequiturque facilius quam ducitur” (*De Clem.* III, XXII, 2).

¹⁵⁴ “Suam itaque incolumitatem amant, cum pro uno homine denas legiones in aciem deducunt, cum in primam frontem procurunt et aduersa uulneribus pectora ferunt, ne inperatoris sui signa uertantur” (*De Clem.* III, II, 1).

A clemência garantia ao imperador a permanência nas estruturas institucionais. Como possuía autoridade absoluta sobre os súditos, seu poder revertia-se em benefício com uma ação moderadora¹⁵⁵. Esta estabelecia limites ao seu poder, coibia-o de praticar abusos, quer dizer, a clemência acrescentava não somente a glória, mas a segurança dos príncipes, era ao mesmo tempo a honra e o apoio mais seguro do trono (*De Clem.* III, III, 4). Sêneca utilizou o caso de Cina para demonstrar como a clemência vinculava-se à segurança. Augusto, descobrindo às intenções de Cina contra sua pessoa, indignado, quis condená-lo, mas Lúvia o persuadiu dizendo:

Até agora não conseguiste nada com a severidade. A Salvidieno sucedeu Lépido; a Lépido, Murena; a Cepião, Egnácio, sem falar dos outros cuja ousadia tanto nos envergonha. Tenta, agora, como a clemência poderia favorecer-te (*De Clem.* III, VII, 6)¹⁵⁶.

Optando pelos conselhos da esposa, transformou seu súdito em um amigo. O filósofo concluiu, dizendo: “tinha-o como o mais amigo e o mais fiel; tornou-se seu único herdeiro. Desde então, não foi mais alvo de quaisquer atentados” (*De Clem.* III, VII, 12)¹⁵⁷. Ambos se beneficiaram: Cina garantiu a preservação de sua vida e Augusto a estabilidade no poder, permitindo, assim, uma troca de benefícios entre os dois.

Sêneca acusava de tirano aquele que, com seus atos de imoderação, incitava à rebeldia. O filósofo defendia que: “Numerosas execuções não são menos vergonhosas para o príncipe do que número de funerais para o médico” (*De Clem.* III, XXII, 1)¹⁵⁸. Realeza e tirania possuíam, no entanto, os mesmos desígnios. A diferença encontrava-se na clemência, pois um bom soberano não exagerava nos rigores da lei e

¹⁵⁵ Como propugnou Favversani: “as relações devem ser voluntárias e permanentes. O que se espera é que, tendo relações, possa se colocar ao abrigo do desprezo. Isso só será possível se essas relações forem marcadas pela confiança entre as partes. As pessoas que se relacionam, portanto, devem confiar umas nas outras a ponto de tratar de todos os assuntos. No interior desses grupos de pessoas que se relacionam são trocados não apenas favores, mas também informações, idéias” (FAVERSANI, 2001, p. 158).

¹⁵⁶ ‘Admittis’ inquit muliebre consilium? Fac, quod medici solent, qui, ubi usitata remedia non procedunt, temptant contraria. Seueritate nihil adhuc profecisti; Saluidienum Lepidus secutus est, Lipidum Merena, Murenam Caepio, Caepionem Egnatius, ut alios taceam, quos tantum ausos pudet (*De Clem.* III, VII, 6).’

¹⁵⁷ “Post hoc detulit ultro consulatum questus, quod non auderet petere. Amicissimum fidelissimumque habuit, heres solus illi fuit. Nullis amplius insidiis ab ullo petitus est” (*De Clem.* III, VII, 12)

nem sentia prazer em castigar. O tirano, pelo contrário, era cruel por prazer (*De Clem.* III, IX, 4)¹⁵⁹. Segue a seguinte argumentação:

‘Então, que? Os reis também não costumam matar?’ – Sim, mas somente quando o interesse público os persuade a fazê-lo. A sevícia está no coração dos tiranos. Contudo, o tirano difere do rei pelos atos, e não pelo nome (*De Clem.* III, X, 1)¹⁶⁰.

Dentro desta perspectiva educativa, Sêneca revelou a Nero o retrato do imperador Cláudio como *exemplum* de despotismo. Ele afirmou: “teu pai, no espaço de cinco anos, mandou costurar em sacos, mais pessoas que se tinha costurado em todos os séculos da história” (*De Clem.* III, XXI, 1)¹⁶¹. Sua tirania alcançou uma extensão tão inigualável, que atingiu, inclusive, seus próprios familiares. Na *Apocolocyntosis*, o personagem Augusto acusou-o de assassinar

o sogro Ápio Silano, dois genros – Magno Pompeu e Lúcio Silano; o sogro da filha – Crasso Frugi, com quem se parecia como se parecem dois ovos; Escribônia, sogra de sua filha; a própria mulher, Messalina; e todos os outros que não foi possível contar (*Apoc.* XI, 5)¹⁶².

¹⁵⁸ “Non minus principi turpia sunt multa supplicia quam medico multa funera” (*De Clem.* III, XXII, 1)

¹⁵⁹ Sêneca aconselha Nero evitar a severidade e a compaixão, pois “com a aparência de severidade incidimos na crueldade, com a aparência da clemência, na compaixão” (“per speciem enim seueritatis in crudelitatem incidimus, per speciem clementiae in misericordiam” - *De Clem.* II, II, 4). Esta “...não observa a causa do castigo mas o infortúnio do criminoso. A clemência se aproxima da razão” (“Misericordia non causam, sed fortunam spectat; clementia rationi accedit” - *De Clem.* II, III, 1).

¹⁶⁰ “Quid, ergo? Non reges quoque occidere solent?” – Solent, sed quotiens id fieri publica utilitas persuadet; tyrannis saeuitia cordi est. Tyrannus autem a rege factis distat, non nomine” (*De Clem.* III, X, 1). Sêneca, em outra passagem, atribui Fálaris o título de cruel, dizendo: “Darei o nome de cruel àqueles que têm motivo de punir mas não têm nenhuma medida, como Fálaris, de quem afirmam que se viu homens, por certo não inocentes porém numa dimensão que ultrapassa a medida do humano e do admissível” – “Illos ergo crudelis uocabo, qui puniendi causam habent, modum non habent, sicut in Phalari, quem aiunt non quidem in homines innocentes, sed super humanum ac probalim modum saeuisse” (*De Clem.* II, II, 3). Segundo Braren, Fálaris tornou-se lendário por torrar inimigos dentro das entranhas de um touro de bronze (BRAREN, 1990, p. 45).

¹⁶¹ “Pater tuus plures intra quinquennium culleo insuit, quam omnibus saeculis insutos accepimus” (*De Clem.* III, XXI, 1)

¹⁶² “Quandoquidem Diuus Claudius occidit socerum suum Appium Silanum, generos duos Magnum Pompeium et Silanum, socerum filiae suae Crassum Frugi, hominem tam similem sibi quam ouo ouum, Scriboniam socrum filiae suae, uxorem suam Messalinam et ceteros quorum numerus iniiri non potuit...” (*Apoc.* XI, 5)

Cláudio chegou a um outro estágio de indignidade: vender a cidadania romana a diversas províncias, sem nenhum controle. A cidadania, que era vendida, indiscriminadamente, por Messalina e seus libertos, era um dos componentes necessários para a obtenção do título de senador.

O senado era o responsável pela guarda da tradição romana. Um dos símbolos fundamentais da *res publica* era seu *populus*, composto pelos cidadãos. A expansão descontrolada da cidadania era, não só uma afronta, mas também uma ameaça (FAVERSANI, 2001, p. 170).

Nos manuscritos *De Clementia* e *Apocolocyntosis*, Sêneca revelou, portanto, o retrato de Cláudio para mostrar a Nero as seqüelas de sua tirania. Os desmandos do imperador proporcionavam uma rede de injustiças, que ocorriam, freqüentemente, por uma inversão de valores. As ações corretas podiam ser punidas e as incorretas encontravam elogio fácil (*De Clem.* Pr. II, 1). Além de seu desinteresse pelos assuntos da República ao dedicar-se aos jogos de dados (*Apoc.* XV, 3). O imperador, por ser um quase deus, contando com o favor dos deuses, detinha, em suas mãos, o poder supremo. Este poder, no entanto, revertendo-se sob o domínio de um mau soberano, conduzia a sociedade pelos caminhos da opressão (*De Clem.* III, I, 5). Para Sêneca, a corrupção do senado era o reflexo do desgoverno de Cláudio, ambos estavam alheios ao papel que deveriam desempenhar. Cabia a Nero, representante do governo de um homem sábio, centralizar todas as decisões em torno de si, proporcionando harmonia à sociedade romana, dilacerada pela insensatez de Cláudio, do *senatus* e do povo

Considerações Finais.

Neste estudo, analisamos dois objetivos essenciais: a interpretação da historiografia contemporânea sobre a atuação de Sêneca na política neroniana, como o propugnador do ideal senatorial, e, ao mesmo tempo, a leitura dos manuscritos seniquianos, especialmente *De Clementia* e *Apocolocyntosis*, revelando a constituição de um regime governamental de caráter centralizador.

Há uma idéia dominante de que Nero foi, durante os anos iniciais de seu principado, um governante controlado por Sêneca. Este defendia, majoritariamente, os interesses do senado e, por meio de seu aliado, Burros, angariava vantagens para o ordo eqüestre. Seguindo essa perspectiva, o imperador dividia sua jurisdição legal com o senado, proporcionando o retorno de sua antiga autoridade republicana. Note-se que a construção da diarquia foi consolidada pelo discurso de posse do jovem Nero, que traçava, em linhas gerais, algumas tentativas de coibir os abusos e a concentração de poder *in mano principis*, pois o soberano

1. não determinaria todas as resoluções.
2. não seria corruptível.
3. seus interesses particulares não se confundiriam com os negócios da República.
4. o senado manteria suas antigas funções.
5. o soberano seria responsável pelo exército.

Este discurso reconstruído pela narrativa tacitiana destacava, portanto, a limitação de poder do *princeps* na *res publica*, diferentemente do que propôs o filósofo da *stoa*. No tratado *De Clementia* não há referências à concessão de poderes, muito menos, a sua defesa, pois o soberano era posicionado acima das leis e instituições. Subordinava as forças militares, a *tribunicia potesta* dava-lhe o direito de interromper os

processos em deliberação e garantia a inviolabilidade de sua pessoa, não necessitando prestar contas a ninguém.

Daí a natureza da *clementia*: mostrar um modelo ideal de soberania baseado nos auspícios da moderação. Esta orientaria sua própria vida, disciplinaria seus caprichos e ambições pessoais, visando a uma finalidade única: proporcionar um bom desempenho como chefe do *imperium* (BRAREN, 1985), cumprindo, nestas condições, suas funções como um homem sábio e como *tutor rei publicae*.

A clemência devia ser apreendida pelo esforço pessoal, assim, o soberano, guiado pela virtude, proporcionaria harmonia à sociedade. Era quem fazia o *populus* existir, por isso, o mau imperador, conduzido pela desrazão, tratando os cidadãos com injustiça ou punindo com requintes de crueldade, causaria um caos absoluto em todo o *ordo social*.

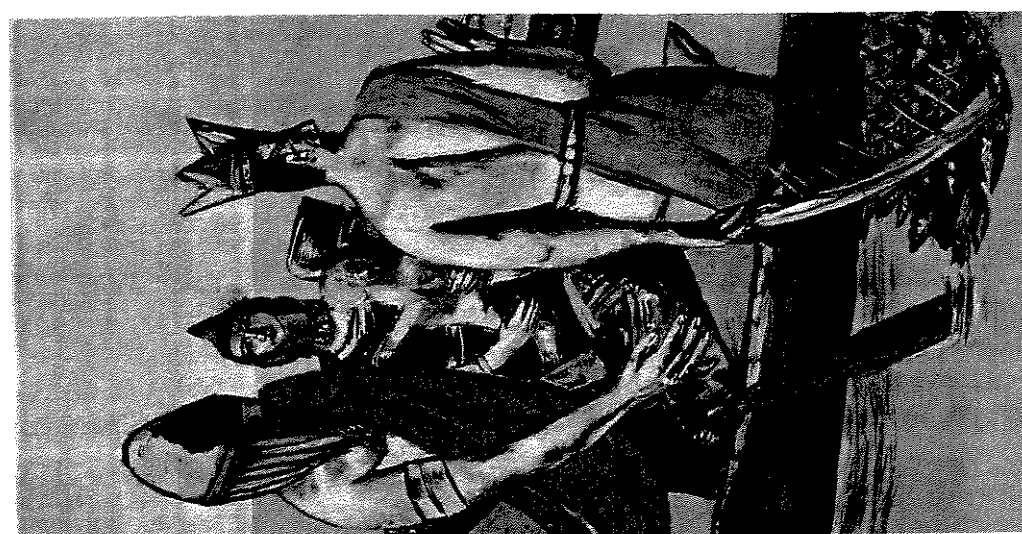
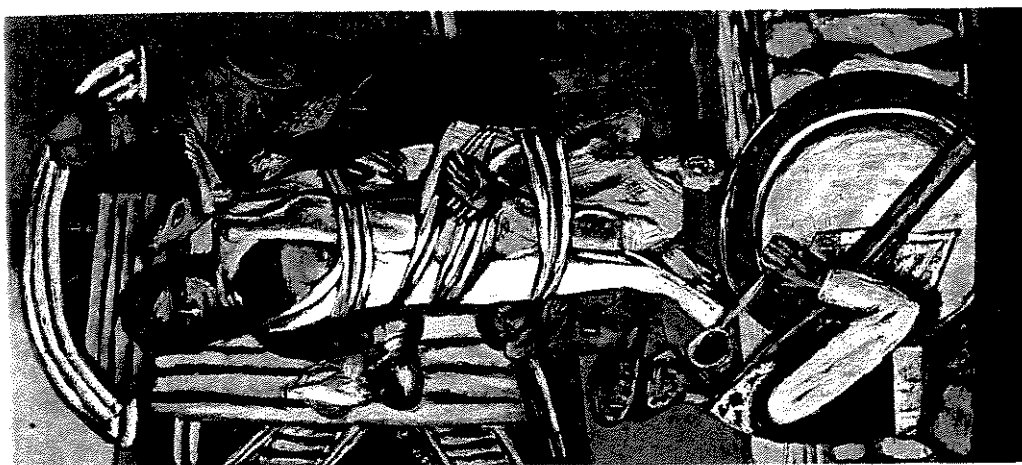
Sêneca revelou a Nero uma intensa corruptibilidade dos homens de seu tempo, devido ao despotismo de imperadores como Calígula e Cláudio, que encaminharam os súditos à corrupção. Os *Hércules* continuavam a transitar dentro do espaço público propagando sua oratória do *manus manum lauat*, e, com isso, distanciavam-se do desempenho de suas funções. Restava, então, a necessidade de um *princeps* virtuoso, com poderes extraordinários para ordenar estes indivíduos dispostos à tirania.

Podemos demarcar dois níveis de contradições: por um lado, o discurso historiográfico contemporâneo, que privilegia a narrativa tacitiana com o objetivo de compreender a idealização do *princeps* seniquiano; por outro lado, os manuscritos do próprio filósofo que priorizavam uma percepção diferenciada de Tácito. Trata-se de questionar por qual motivo a historiografia impôs o “ideal senatorial”, quando, de fato, Sêneca colocava a ampliação política como uma insensatez?

Sabemos pois que a centralização do poder e a contínua diminuição da influência da elite nas decisões centrais foram situações condenáveis no mundo moderno, por aproximarem-se de tendências autoritaristas. Temos duas situações: a narrativa tacitiana como conciliadora de propostas moderadoras e, ao mesmo tempo, a narrativa seniquiana portadora e defensora de políticas totalitaristas.

Nosso trabalho buscou circundar, portanto, as dimensões múltiplas do discurso historiográfico, comparando as diferentes formas de afastamento das propostas difundidas por Sêneca, pois se caracterizavam por um conjunto de oposições, cujos níveis e papéis deveriam ser descritos (FOUCAULT, 1972). Tratava-se de resgatar os manuscritos seniquianos como fonte documental, sendo mais uma opção de interpretação de reconstituição dos bastidores políticos do principado neroniano.

ANEXO.



29. Max Beckmann, *A partida (trípico)*. 1932-35. Tela. 216 x 315 cm. Nova York, Museum of Modern Art

BIBLIOGRAFIA.

Fontes Documentais.

SÊNECA, L. A. *Apocoloquintose do divino Cláudio*. Trad. de Agostinho da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. *L'Apocoloquintose du divin Claude*. Trad. René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1966.

_____. *Tratado sobre a Clemência*. Trad. de Ingeborg Braren. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *De la Clémence*. Trad. François Préchac. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

Fontes de Apoio:

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Dicionário Latino-Português*. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

SÊNECA, L. A. *Cartas a Lucílio*. Trad., Pref. E Notas de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

_____. *A Vida Feliz*. Trad. André Bartholomeu. Campinas: Pontes, 1991.

_____. *Sobre a firmeza do homem sábio*. Trad. Ricardo da Cunha Lima. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.

_____. *Sobre a tranqüilidade da alma*. Tradução José Rodrigues Seabra Filho. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

_____. *Sobre o Ócio*. Trad. de José Rodrigues Seabra Filho. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

_____. *Consolação a Hélvia*. In: *Cartas Consolatórias*. Trad. Cleonice Furtado Mendonça Van Raji. Campinas: Pontes, 1992.

_____. *Sobre a Brevidade da Vida*. Trad. de William Li. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

_____. *De Ira*. Trad. de Pedro Fernandez de Navarrete. Buenos Aires: El Ateneo, 1952.

_____. *De Beneficiis*. Trad. de François Préchac. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

_____. Medéia. Trad. de Agostinho da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

SUÉTONE. *Néron*. Trad. d'Yves Avril. Paris: Brodard et Taupin, 1995.

TÁCITO, Cornelius. *Anais*. Trad. de J. L. Freire de Carvalho. São Paulo: W. M. Jackson, 1952.

Bibliografia Contemporânea:

AVGVSTI, Divi. *Res Gestae*. Tradução de G. D. Leoni. São Paulo: Livraria Nobel, 1957.

ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia: inferno*. Tradução de Italo Eugênio Mauro. São Paulo: Editora 34, 1998.

ALFÖLDY, GÉZA. *História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

AZEVEDO, Fernando de. *No tempo de Petrônio*. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

AUERBACH, E. *Introdução aos Estudos Literários*. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1987.

_____. *Mimesis: a representação da realidade na Literatura Ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

ARIÈS, P. *Les temps de l'histoire*. Paris: Seuil, 1986.

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BALDWIN, Barry. Executions, trials, and punishment in the reign of Nero, *La Parola del Passato*, CXVII, 1967.

BICKEL, Ernst. *Historia de la literatura romana*. Madrid: Gredos, 1979.

BRAREN, Ingeborg. *Da Clemência de Sêneca*. São Paulo: FFLCH/USP (Dissertação de Mestrado), 1985.

_____. O mausoléu de Augusto e a Apocolocintose de Sêneca, *Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, nº 7/8, 1994/1995.

BAUMGART, Fritz. *Breve História da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BOWMAN, Alan K. & WOOLF, Greg. *A cultura escrita no mundo antigo*. São Paulo: Ática, 1998.

- BOURDIEU, Pierre. Ilusão biográfica. In: Ferreira, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CANESSA, Maria Eugenia Pareti de. Sêneca: un noble romano frente al poder imperial, *Revista de História Universal*, Universidad Nacional de Cuyo, Argentina, 2, 1990.
- CARCOPINO, J. *Roma no apogeu do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CORASSIN, Maria Luiza. Sêneca entre a colaboração e a oposição, *Letras Clássicas*, nº 03, 1999.
- CASSIRER, Ernest. *Linguagem, mito e religião*. Porto: Rés, 19?
- CROISILLE, Jean-Michel. *Néron a tué Agrippine*. Bruxelles: Complexe, 1994.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. de José Carlos Rodrigues. Lisboa: Vega, 1993.
- DIEL, Paul. *O simbolismo na mitologia grega*. Trad. de Roberto Cacuro e Marcos Martinho dos Santos. São Paulo: Attar, 19?
- DEVILLERS, O. Tacite, les sources et les impératifs de la narration: le récit de la mort d'Agrippine (Annales XIV, 3), *Latomus*, 54, 2, 1995.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *O mito do eterno retorno*. São Paulo, Perspectivas do Homem, 19?
- FAVERSANI, Fábio. *A sociedade em Sêneca*. São Paulo: USP/FFLCH, 2001. (Tese de Doutorado).
- _____. A Concepção de estado em Sêneca, *Boletim do CPA*, Campinas, nº 5/6, jan./dez., 1998.
- FINLEY, Moses I. *Política no mundo antigo*. São Paulo: Edições 70, 1983.
- _____. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FUNARI, P. P. A. *Império e Família em Roma*. São Paulo: Atual, 2000.
- _____. *Cultura material e Arqueologia histórica*. Campinas: Unicamp, 1998.
- _____. *Grécia e Roma: vida pública e vida privada, cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. Propaganda, oralidade e escrita em Pompéia, *História*, São Paulo, v. 17/18, 1998/1999.
- FRYRE, N. *Anatomia da crítica*. Tradução de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973.

- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- _____. *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- _____. Subjetividade e verdade. In: *Resumos dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- GAZOLA, Rachel. *O ofício do filósofo estóico: o duplo registro do discurso da stoa*.
- GUARINELLO, Norberto. *As formas de História Antiga*. Manuscrito Inédito (Conferência apresentada na XII Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos), 2001.
- GRAMMATICO, Giuseppina. Silencio y furor en la *Apokolokinthosis* de Séneca, *Letras Clássicas*, São Paulo, nº 3, 1999.
- _____. Nero, o estoicismo e a historiografia romana, *Boletim do CPA*, Campinas, nº 01, jan./jun., 1996.
- GIARDINA, Andrea. O homem romano. In: GIARDINA, Andrea (org.) *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1992.
- GRIMAL, Pierre. *Sénèque ou la conscience de l'empire*. Paris: Fayard, 1991.
- _____. *Le procès Néron*. Paris: Fallois, 1995.
- _____. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- GRIFFIN, Miriam T. *Seneca: a philosopher in politics*. New York: Oxford, 1976.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- GONÇALVES, A. T. M. Uma análise da obra De Clementia de Sêneca: a noção de virtude, *Phoênix*, Rio de Janeiro, 1999.
- _____. As imagens estóicas de Fedra de Sêneca, *Phoênix*, Rio de Janeiro, 1996.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *A era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LESUISSE, Léon. L'aspect héréditaire de la succession impériale sous les Julio-Claudiens, *Les Études Classiques*, tome III, 1962;
- LOPES, Fábio Henrique. A história em Xequê: Michel Foucault e Hayden White. In: RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.) *Narrar o passado, repensar a História*. Campinas: Unicamp, 2000.

- MAZARINO, Santo. *O fim do mundo antigo*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MARCHETTI, Mireille Armisen. *Sapientiae facies: étude sur les images de Sénèque*. Paris: Les Belles Lettres, 1989.
- MENDES, Norma Musco. As relações políticas entre o princeps e o populus romanum através do "transcrito público", *Heladeweb.com*, nº 1, 2001.
- _____. Cultura e sociedade: conceito e prática da romanização na Lusitânia, *Heladeweb.com*, nº 1, 2000.
- MORTUREUX, Bernard. Les idéaux stoïciens et les premières responsabilités politiques: le "De Clementia", *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*, Berlin, II, 36, 3, 1970.
- MOREAU, Alain. Apolo antigo: sombra e luz. In: *Dicionário de mitos literários*. Brasília: UNB, 1997.
- MULLER, Joseph-Emile. *Encyclopédie Larousse de poche l'art au XX siècle*. Paris: Larousse, 1967.
- MUECKE, D. C. *Ironia e o irônico*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- MURRAY, Oswyn. The *quinquennium neronis* and the stoics, *History*, Cambridge, nº 14, 1965.
- NIETZSCHE, Frederico. *A genealogia da moral*. Tradução de Carlos José de Meneses, 1983.
- NICOLET, Claude. O cidadão e o político. In: GIARDINA, Andrea (org.). *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1992.
- NOVAK, Maria da Glória. Estoicismo e epicurismo em Roma, *Letras Clássicas*, São Paulo, nº 3, 1999.
- PAGLIA, Camille. *Personas sexuais: arte e decadência de nefertite a Emily Dickinson*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PARATORE, E. *História da Literatura Latina*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1987.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da História com a Literatura, *Estudos Históricos*, Franca, v. 06, nº 01, 1999.
- PETERLINI, Ariovaldo Augusto. Uma visão senequiana da amizade, *Letras Clássicas*, São Paulo, nº 3, 1999.
- PETIT, Paul. *A paz romana*. São Paulo: Edusp/Pioneira, 1989.

- RAIJ, Cleonice Furtado de Mendonça Van. *Fedra de Sêneca. Discurso literário e perspectivas para um estudo filosófico*. São Paulo: USP, 1992 (Tese de Doutorado)
- REIS, R. (Re)lendo a história. In: PESAVENTO, S. J. & LEENHARDT, J. (org.) *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Unicamp, 1998.
- REIS, J. C. *Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.
- REIS, R. O Cânon. In: JOBIM, J. L. *Palavra da crítica. Tendências e conceitos no estudo da Literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- RUDICH, Vasily. *Political dissidence under Nero: the price of dissimulation*. London: Routledge, 1993.
- SCHWAB, Gustav. *As mais belas histórias da Antigüidade Clássica: metamorfoses e mitos menores*. Trad. de Luís Krausz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- THORNTON, M. K.. The enigma of Nero's Quinquennium: reputation of emperor Nero, *Historie*, Cambridge, n° 22, 1973.
- THOMAS, Yan. A divisão dos sexos no direito romano. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1995.
- PLASS, Paul. Wit in Seneca and the declaimers. In: *Wit and the writing of History. The rhetoric of historiography in Imperial Rome*. Madison: Wisconsin Studies in Classics, 1988.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História Clássica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 19?.
- PRÉCHAC, François. Le traité *De Clementia*. In: SÊNECA, L. A. *De la Clémence*. Paris: Les Belles Lettres, 1990.
- ULLMANN, R. A. *O estoicismo romano: Sêneca, Epicteto, Marco Aurélio*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- VEYNE, Paul. *Sêneca y el estoicismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- VOELKE, André-Jean. *L'idée de volonté dans le stoïcisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.
- WALTZ, René. *Vie de Sénèque*. Paris: Librairie Académique, 1909.
- WOOD, Ellen Meiksins. Introduction. In: *Peasant-Citizen and slave. The foundations of Athenian Democracy*. New York: Verso, 1988.